



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Relações Internacionais

Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003.

A mídia internacional e a imprensa brasileira

por
Julia Faria Camargo

Brasília
2008



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Relações Internacionais

Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003.

A mídia internacional e a imprensa brasileira

Dissertação de mestrado apresentada por Julia Faria Camargo ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – IREL-UnB – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História das Relações Internacionais.

Orientador: Professor Estevão Chaves de Rezende Martins

Brasília
2008



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Relações Internacionais

Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003.

A mídia internacional e a imprensa brasileira

Dissertação de mestrado apresentada por Julia Faria Camargo ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – IREL-UnB – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História das Relações Internacionais.

Comissão Examinadora

Professor Estevão Chaves de Rezende Martins

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – UnB

Professora Elizabete Sanches Rocha

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Professor Antônio Carlos Lessa

Instituto de Relações Internacionais – UnB

Brasília, 14 de março de 2008.

*Aos meus queridos pais, com muita alegria,
por me darem, cada um a sua maneira especial,
todo carinho e apoio incondicionais.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Estevão, com admiração, por me mostrar que o ofício de ensinar pode ultrapassar as fronteiras da sala de aula e se transformar em aprendizado precioso para a vida. Agradeço também por ter sido muito atencioso e prestativo durante todo o período de orientação. Palavras não conseguem expressar a minha gratidão.

À Professora Elizabete, com orgulho, por me motivar sempre com esperança a seguir meus sonhos desde a graduação. E por toda sua humanidade, que me incentiva a ser essa “aprendiz” de professora.

Aos grandes amigos que tive a sorte e oportunidade de encontrar em Brasília. Vocês tornaram o percurso do mestrado menos árduo e o dia-a-dia mais adorável:

À Mariana, por sua forte amizade desde o primeiro dia na UnB e por me mostrar que a vida com arte torna o mundo mais doce e divertido.

À Fernanda, por sua amizade constante e protetora e por me mostrar que é possível ser sensível e forte ao mesmo tempo.

À Camila, por sua amizade que sempre me traz boas inspirações.

Ao amigo João Vargas, por todo apoio irrestrito que sempre encontrei em você.

Ao Alfaia, grande amigo, sempre solícito.

E ao Rafael, amigo que apresentou Brasília como uma cidade encantadora, que realmente é.

À Odalva, funcionária da pós-graduação do I-REL, por sua disponibilidade e ternura sempre presentes quando precisei da sua ajuda.

Aos demais colegas e professores do I-REL, que contribuíram imensamente para o meu amadurecimento pessoal. Jamais me esquecerei de vocês.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo, a qual permitiu maior dedicação ao mestrado.

A todos meus familiares, alguns distantes geograficamente e outros agora presentes em espírito: pensar em vocês me traz lembranças mais que especiais, as quais me dão - além de saudades - muita motivação e alegria.

À Julia, irmã por opção, por sua valiosa contribuição na área do jornalismo e principalmente por seus 24 anos de amizade ininterrupta.

Ao Luís Felipe, com muito amor, por seu imensurável companheirismo, carinho e bom humor durante esses anos.

VERDADE

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil da meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arreventaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes uma das outras

Chegou-se a discutir qual a verdade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade



“His Master’s Voice” pelo artista alemão Michael Sowa.

RESUMO

Essa dissertação se propõe a analisar a cobertura da imprensa brasileira – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – no contexto inicial da invasão do Iraque, em 2003. Busca-se entender como e por que o discurso da mídia internacional influenciou nas produções da imprensa nacional no contexto do conflito. Na história da cobertura de guerras, a do Iraque tornou-se peculiar pelo fato de diversos meios de comunicação ao redor do mundo enviarem seus correspondentes para o *front*. Como um caleidoscópio, a invasão construiu diversas imagens para os telespectadores e leitores da sociedade internacional. Não obstante tenham enviado correspondentes ao Iraque, os três jornais brasileiros publicaram mais da metade de seu conteúdo com base nas agências internacionais de notícia e nos artigos de jornais estrangeiros. A análise de discurso - qualitativa e quantitativa - das matérias consideradas para essa pesquisa demonstra, entre outras coisas: que mesmo assumindo uma posição contrária à guerra, os jornais apresentaram aos seus leitores discursos construídos em tons “oficiais” e belicosos, tal qual apresentado pela mídia norte-americana, e em parte, pela inglesa; a ausência de um enfoque nacional sobre o conflito e a não reprodução das tomadas de decisão da política externa brasileira; a homogeneização dos assuntos internacionais publicados pelos três periódicos e, por fim, a análise mostra uma significativa variação entre os jornais na forma de cobrir a crise no Iraque. As explicações “macro” baseadas na dependência da mídia internacional pelos países que se situam à margem da comunicação internacional; no desigual fluxo de notícias entre os países; e na produção jornalística em períodos de guerra não conseguem explicar sozinhas a cobertura da imprensa brasileira sobre o Iraque. Defende-se que é preciso considerar fatores “micro” como a política editorial dos jornais e o público leitor desses periódicos nas explicações da comunicação internacional. De acordo com a perspectiva construtivista das Relações Internacionais argumenta-se que os discursos transmitidos pela mídia legitimam e constroem a realidade social. Por isso, considerar a mídia como um ator das relações internacionais implica sua responsabilização perante a configuração do cenário internacional. E quando o assunto é guerra, imputar essa responsabilidade é essencial devido ao fato de que manipulações e propagandas não formam somente um consenso ou uma convenção entre os membros da sociedade internacional, mas injustamente legitimam a morte de milhões de seres humanos. A pesquisa é estruturada em uma perspectiva interdisciplinar que envolve Relações Internacionais, Comunicação Internacional, Análise de Discurso e História.

Palavras-chave: mídia internacional – imprensa brasileira – Invasão do Iraque – discurso – relações internacionais

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the beginning of the Iraq's War (2003) coverage made by three major national newspapers – O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo and O Globo. And to understand how and why international media discourse has influenced on Brazilian papers production about the Iraq's War. Taking into account war coverage history, the Iraq crisis is very peculiar owing to the fact that different mass communications, around the world, have sent their correspondents to the front. As a kaleidoscope the invasion has built up divergent images to international society audience. Although the three papers have sent correspondents to the war zone, they have published more than a half of their news drawing from international news agencies and foreign newspaper articles. The qualitative and quantitative discourse analysis of the news considered in this work shows, among others things, that despite all papers were against the war, they have reproduced official and warlike discourses to their readers, just as the American and English media did; the absence of a national view of the conflict and no reproduction of Brazilian foreign affairs decision making; the homogenization of international subjects that the three national papers have published and, finally, the variation among the papers at a national level in some subjects of the invasion. The “macro” explanations based on the dependence of the countries that is marginalized at international communication scenario by the international media; the existence of unidirectional and unbalanced news flows among countries; and the journalistic production at war times, cannot explain alone the Brazilian papers coverage of the Iraq's war. The study fundamentally argues that there is a need to integrate “micro” factors such as editors' policy and readers of those papers in international communication explanations. In accordance with International Relations constructivism perspective, media discourses can legitimate and build up social reality. So, considering the media as an international actor results in its responsibility at the international scenario configuration. And when the subject is war, to input this responsibility is essential due to the fact that manipulations and propagandas don't make just a consensus or a convention among international society members, but unfairly legitimate the death of millions of human beings. The research is based on interdisciplinary approaches which involve: International Relations, International Communication, Discourse Analysis and History.

Keywords: international media – Brazilian press – Invasion of Iraq – discourse – international relations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Modo de produção das matérias pelos enlistados.....	77
Figura 2 Manchetes sobre o mea-culpa da mídia norte-americana.....	80
Gráfico 1 Origem das matérias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo.....	101
Gráfico 2 Origem das matérias publicadas pelo jornal O Globo.....	101
Gráfico 3 Origem das matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo.....	101
Gráfico 4 Porcentagem dos enquadramentos do jornal O Estado de S. Paulo.....	108
Gráfico 5 Porcentagem dos enquadramentos do jornal O Globo.....	108
Gráfico 6 Porcentagem dos enquadramentos do jornal Folha de S. Paulo.....	108
Gráfico 7 Quadro comparativo de fontes citadas pelos periódicos nacionais.....	114
Gráfico 8 Relação entre editoriais do Estado de S. Paulo que abordaram a legitimidade do conflito ou a sua condução.....	117
Gráfico 9 Relação entre editoriais do Globo que abordaram a legitimidade do conflito ou a sua condução.....	117
Gráfico 10 Relação entre editoriais da Folha de S. Paulo que abordaram a legitimidade do conflito ou a sua condução.....	117
Quadro 1 Síntese do perfil dos leitores dos periódicos analisados	32
Quadro 2 A cobertura jornalística em guerras do século XX.....	68
Tabela 1 Taxonomia dos tipos de atores, atividades, contexto e conceitos da mídia.....	41
Tabela 2 As três maiores agências internacionais do mundo.....	53
Tabela 3 Produção das matérias sobre a Guerra no Iraque.....	100
Tabela 4 Os enquadramentos das matérias da imprensa brasileira	107
Tabela 5 Fontes referenciadas nas matérias publicadas pelos periódicos nacionais.....	112
Tabela 6 Temas abordados pelos editoriais dos jornais	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. UM DIÁLOGO ENTRE O CONSTRUTIVISMO E A NOVA HISTÓRIA CULTURAL.....	18
1.1 Delimitação de Conceitos.....	19
1.2 O construtivismo dos modernistas-lingüistas e a mídia.....	20
1.3 A nova história cultural e a relação com as fontes	29
2. A EMERGÊNCIA DA MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	37
2.1 Perspectiva histórica da Comunicação Internacional	38
2.2 As corporações da mídia e o seu alcance global.....	48
2.3 A mídia brasileira no contexto da Comunicação Internacional	56
3. A ATUAÇÃO DA MÍDIA NA INVASÃO AO IRAQUE EM 2003.....	63
3.1 Mídia e guerra: um olhar histórico.....	64
3.2 A guerra no Iraque encaixotada: as estratégias para a mídia.....	73
3.3 A invasão vista em um caleidoscópio: as diferentes imagens ao redor do mundo.....	81
3.4 A diplomacia brasileira e a invasão ao Iraque.....	85
4. ECOS DO FRAGOR: A INVASÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	89
4.1 Análise de discurso e Relações Internacionais.....	90
4.2 A análise do discurso como método.....	94

4.3 O discurso da Imprensa.....	97
4.3.1 Agentes da globalização ou homogeneização?.....	99
4.3.2 A guerra emoldurada: os temas abordados pela imprensa.....	106
4.3.3 Quem fala na Guerra? A referência das fontes na imprensa.....	110
4.3.4 A posição oficial: os editoriais contra a invasão.....	115
4.4 Considerações sobre a análise da imprensa.....	122
CONCLUSÃO.....	126
REFERÊNCIAS	133

ANEXO –A

Conteúdo dos Jornais – Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de S. Paulo – utilizado como fonte para a pesquisa.

ANEXO – A

Conteúdo dos Jornais – Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de S. Paulo – utilizado como fonte para a pesquisa.

INTRODUÇÃO

A fragmentação do poder é uma característica marcante do cenário internacional contemporâneo. Nas últimas décadas, o surgimento de novos atores, além de refletir a sua complexidade, sugere que o estudo das Relações Internacionais implica acompanhar a mobilidade das teorias, modelos e teses criados para tentar explicar a veloz dinâmica desse sistema. Foi diante dessa observação que o estudo da mídia como um ator, nesse meio, se mostrou relevante.

Apesar de o envolvimento dos meios de comunicação nas questões internacionais ser um fenômeno recente — possui menos de um século — é possível afirmar que a relação estabelecida entre eles e a política internacional não se trata de algo efêmero. E quando o assunto em pauta é guerra, basta abrir as páginas da seção internacional dos jornais para observar como esse vínculo é configurado de uma forma mais ativa.

O objetivo desse trabalho concentra-se no estudo exploratório da cobertura da imprensa brasileira de referência – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – no início da invasão ao Iraque em 2003. Na história da cobertura de guerras, esse período apresenta-se de uma forma bastante peculiar, pois muitas empresas de comunicação estiveram no Iraque e reportaram o conflito de maneiras diferenciadas. Contribuíram para essa situação a ausência de um consenso entre os governos e na sociedade internacional a respeito da legitimidade e necessidade de invadir o país árabe. Em março de 2003, mês da deflagração, milhares de pessoas em países diversos protestavam contra o conflito e contra a possibilidade de os Estados Unidos em conjunto dos aliados atacarem o Iraque sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, fato que se concretizou no dia 20 de março daquele ano.

Dos jornais analisados nesse trabalho, todos enviaram correspondentes para cobrir o conflito no Iraque. Entretanto, isso não implicou a formulação de uma visão diferenciada sobre a guerra. E não obstante os três periódicos tenham se posicionado contra a invasão, uma análise minuciosa de suas publicações demonstra, de uma maneira geral, um retrato da guerra “oficialesco” e belicoso, tal qual a mídia norte-americana e inglesa apresentou aos seus leitores.

Explicações plausíveis para essa situação podem ser baseadas em três pontos comumente debatidos nas produções acadêmicas: a relação dependente dos meios de comunicação dos países periféricos pela mídia internacional; o desigual fluxo de notícias da

comunicação internacional; e a manipulação dos meios de comunicação pelos governos quando o tema abordado trata-se de uma guerra.

Somado a essas três possibilidades explicativas, tem-se que, no contexto específico da guerra no Iraque, a mídia norte-americana e, em menor grau, a inglesa adotaram uma postura bastante nacionalista e complacente com a atuação de seus governos com relação à invasão. Conseqüentemente, suas matérias foram acusadas de serem parciais e de não apresentarem questionamentos acerca das tomadas de decisão governamentais. Por sua vez, a imprensa brasileira, devido a fatores econômicos, importa grande parte das matérias de seus cadernos internacionais, e isso não foi diferente na produção de suas reportagens sobre o conflito no Iraque, o que explicaria, então, o seu comportamento.

Mas a proposta dessa pesquisa é ir além desse debate e demonstrar que outros fatores estão presentes na formulação das notícias sobre as questões internacionais. Portanto, a pergunta orientadora deixa de ser somente *qual* a influência do discurso da mídia internacional na imprensa brasileira no contexto da invasão do Iraque e passa também a ser: *como e por que* existe essa influência nas matérias publicadas pelos periódicos nacionais.

A relevância científica do tema desenvolvido é significativa, pois os estudos sobre o papel da mídia constituem uma subárea no campo das Relações Internacionais, que trata especificamente desses fenômenos, a Comunicação Internacional. Entretanto, poucas são as pesquisas em Relações Internacionais no Brasil que focalizam o papel da mídia como centro de discussões: “o papel da mídia na guerra é um assunto relevante, mas pouco estudado no Brasil, tanto na área das Relações Internacionais como da Comunicação ¹”.

A relevância social parte do pressuposto de que as histórias construídas pela mídia, normalmente, são as únicas fontes de informações que o público tem a respeito de um determinado assunto. Destarte, elas são capazes de formar opiniões e visões sobre os eventos internacionais. Assim, é importante debater se deve, ou não, haver uma maior preocupação a respeito das produções das notícias internacionais na imprensa brasileira, especialmente em um período de conflito, no qual a manipulação e a propaganda de guerra certamente estão presentes. Esta preocupação fundamentalmente envolve dois atores: os jornais, responsáveis, pela formulação de suas pautas e publicações sobre os eventos que ocorrem diariamente no cenário internacional e os próprios cidadãos que devem questionar e refletir porque as notícias são do jeito que se apresentam.

¹ Trecho retirado do “Parecer inicial de assessoria científica de bolsa de iniciação científica” atestado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) a respeito do projeto de iniciação científica: “O Papel da Mídia nas Relações Internacionais: Um Possível Ator?”, desenvolvido pela aluna em 2005.

E a relevância particular desse trabalho está situada na carência pessoal de orientação no tempo. Conforme Rüsen (2001) sugere em sua matriz disciplinar da Ciência Histórica², essa carência envolve: a compreensão do estudo do objeto em um determinado tempo histórico e o observador em seu próprio momento histórico. Dessa forma, o interesse por este tema se desenvolveu devido ao exercício de minha função como repórter em uma redação de jornal, à época da invasão do Iraque. A prática diária de auxiliar na cobertura do conflito trouxe à tona o que pode ser explicado, hoje, por meio da pergunta que essa dissertação se propõe a responder.

A pesquisa é guiada e inspirada por uma perspectiva metodológica interdisciplinar, que envolve conceitos da Comunicação Internacional, História, Análise de Discurso e das Relações Internacionais. Ressalta-se que a interdisciplinaridade não significa negar a objetividade e especificidades de cada uma das disciplinas utilizadas, mas detectar as conexões entre elas que possam oferecer uma explicação mais bem argumentada e coerente do tema tratado. De acordo com Fazenda (1993, p. 31), uma pesquisa interdisciplinar é caracterizada pelas trocas entre os especialistas e pela integração das disciplinas em um mesmo projeto de pesquisa. Ela implica a reciprocidade e a mutualidade do conhecimento em oposição à fragmentação: “a interdisciplinaridade depende então, basicamente, de uma mudança de atitude perante o problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela unitária do ser humano”.

No campo teórico, foram adotadas duas perspectivas complementares: a teoria construtivista das Relações Internacionais e os pressupostos da nova história cultural, do campo Historiográfico. Respeitando as suas peculiaridades, ambas se tornaram essenciais para uma melhor compreensão do objeto estudado. O construtivismo permitiu entender como a formação discursiva da mídia constrói a realidade social e a nova história cultural mostrou a necessidade de se colocar em evidência os leitores, para quem as matérias sobre a invasão ao Iraque foram construídas.

² A matriz proposta por Rüsen é composta por cinco fatores interdependentes do pensamento histórico. Nela cria-se um círculo que leva em consideração desde a subjetividade do pesquisador até as funções da pesquisa pretendida. Os cinco fatores interdependentes são respectivamente: **Interesses** (carências de orientação no tempo, interpretadas); **Idéias** (perspectivas orientadoras da experiência do passado); **Métodos** (regras da pesquisa empírica); **Formas** (de apresentação) e **Funções** (de orientação existencial). Além de permitir esboçar um quadro sinóptico das determinações do pensamento histórico, de acordo com o autor, a matriz disciplinar ainda possui duas outras vantagens. Ela esclarece o contexto em que se relacionam a ciência da História e a vida prática dos homens no respectivo tempo. E permite reconhecer que a história como ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens no tempo, e de que forma é que essa interação é reconhecida na “História”.

Seguindo a linha de pensamento interpretativo oferecida pelas duas perspectivas teóricas, a análise de discurso foi o método eleito para a observação das matérias publicadas pela imprensa brasileira no contexto da invasão ao Iraque. A opção pela utilização desse caminho possibilitou testar a sua eficácia nas pesquisas construtivistas das Relações Internacionais. As principais orientações para a sua aplicação vieram da Análise de Discurso da Escola Francesa, do campo da lingüística.

O objeto da aplicação da análise de discurso qualitativa e quantitativa, ou seja, o conteúdo produzido pelos jornais impressos Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, foi temporal, espacial e quantitativamente delimitado. Justifica-se a seleção desses periódicos devido ao fato de que no ano de 2003 – correspondente ao recorte temporal da pesquisa – eles lideraram o ranking dos diários de maior circulação (peças efetivamente vendidas) no País³. Comparativamente, o jornal Folha de S. Paulo foi o meio de comunicação que mais vendeu exemplares naquele ano. Em seguida, posicionou-se o diário carioca O Globo e, por fim, destacou-se O Estado de S. Paulo. Além disso, esses jornais possuem alcance nacional e são distribuídos em diversos centros do País.

Temporalmente, considerou-se como marco histórico fundamental o início do conflito em 20 de março de 2003, quando venceu o ultimato dado pelos Estados Unidos para que Saddam Hussein e sua família renunciassem ou “enfrentassem a guerra”, e o dia primeiro de maio do mesmo ano, quando a bordo do porta-aviões *Abraham Lincoln*, o presidente George W. Bush declarou (de forma simbólica) o final da Guerra do Iraque, dizendo tratar-se de uma “vitória em uma guerra contra o terror que começou em 11 de setembro de 2001 e continua”. As páginas noticiosas foram, então, abarcadas entre o dia 20 de março de 2003 e 2 de maio do mesmo ano, pois a declaração sobre o fim simbólico do conflito, em primeiro de maio, somente foi reproduzida nos jornais no dia seguinte.

Espacialmente, do conteúdo publicado pelos três periódicos foram considerados as matérias ou artigos e os editoriais. A seleção das matérias delimitou-se ao caderno Internacional dos meios de comunicação impressos. Diariamente, foi selecionado o conteúdo principal do caderno internacional de cada periódico, que retratava o conflito no Iraque. Vale ressaltar que esse conteúdo pode variar entre matérias e artigos. Descartou-se, então, as

³ Buscou-se referencial nas estatísticas de circulação dos periódicos diários vinculados à Associação Nacional de Jornais (ANJ), evitando, assim, uma escolha aleatória. Esses jornais tinham as seguintes médias diárias de circulação, conforme ranking disponibilizado pela ANJ -, com base em dados auditados pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC), em 2003: *Folha de S. Paulo* – 314.908; *O Globo* – 253.410 e *O Estado de S. Paulo* – 242.755. Informações disponíveis no site: <http://www.anj.org.br/>. Acesso em: 18/06/2005.

páginas que continham apenas *headlines* (chamadas) sobre o conflito e artigos publicitários. Os editoriais dos jornais foram selecionados de acordo com a delimitação temporal da pesquisa, desse modo, foram considerados todos os editoriais sobre o conflito no Iraque publicados entre 20 de março e 2 de maio de 2003.

Quantitativamente, no período de recorte temporal e espacial, somaram-se 132 páginas da parte internacional dos periódicos, sendo 44 matérias referentes a cada meio impresso. A quantidade dos editoriais resultou em quarenta e oito peças de análise referentes aos três periódicos. Esse conteúdo foi analisado a partir de quatro categorias, que buscam responder à pergunta da pesquisa:

- Os meios de comunicação utilizados pelos periódicos brasileiros para a produção das matérias sobre o conflito no Iraque.
- Os enquadramentos dos jornais acerca da invasão.
- As fontes ouvidas nas matérias da imprensa brasileira sobre a guerra.
- A posição dos editoriais nacionais perante o conflito.

No decorrer da exposição da pesquisa, é importante lembrar que as evidências trazidas pela mídia sobre a Guerra no Iraque não configuram retratos fiéis do campo de batalha. De acordo com Taylor (2002, p.120) uma vez deflagrado o conflito, deve se considerar que, na verdade, duas guerras são iniciadas. A guerra real, na qual há milhares de mortos e destruição abundante, e a guerra reportada pela mídia, na qual a realidade transmitida encontra-se distante de apresentar um cenário “nu e cru” do campo de batalha. A mídia, normalmente, apresenta uma guerra séptica para os seus leitores e telespectadores. Com efeito, o abismo entre a realidade da guerra e as imagens da guerra é profundo: “These are indeed the pollutants which constitute that overworked idiom, ‘the fog of war’. These are also the reason why historians need to re-write those rough drafts”.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 discorre sobre as contribuições e características das duas perspectivas teóricas adotadas como marco referencial. Tanto nos argumentos do construtivismo, quanto nas abordagens da nova história cultural procurou-se refletir sobre o papel da mídia nas Relações Internacionais. Nesse capítulo também são apresentadas as definições de conceitos relevantes utilizados no decorrer desse trabalho.

O capítulo 2 articula as principais reflexões acerca da emergência da mídia nas relações internacionais. Ele traz uma perspectiva histórica que aponta as características fundamentais do cenário internacional a partir de um ponto de vista focado na mídia. Em suas subseções discute-se: os principais temas correlatos aos estudos da Comunicação Internacional; os conglomerados e corporações da mídia internacional; e o papel da mídia brasileira no contexto de fluxos e contra-fluxos da comunicação internacional.

O capítulo 3 estuda a complexa relação entre mídia, Estado e opinião pública, quando o assunto em questão é guerra. Nele é feita uma retrospectiva das principais coberturas de guerra a partir do século XX, com a finalidade de entender que a cobertura do conflito no Iraque, em 2003, está imersa em uma lógica antecedente, que possui a tendência de limitar a liberdade de atuação dos meios de comunicação. Após essa contextualização, é discutida a fragmentada cobertura da Guerra no Iraque. Como uma das categorias, proposta para a análise das matérias da imprensa brasileira, investiga como foi reportada a posição da política externa do Governo Lula em não apoiar o conflito no Iraque, examinou-se, em uma das subseções deste capítulo, como se formou essa posição e com que intuito.

Apresentados os principais conceitos sobre a comunicação internacional e sua dinâmica, o último capítulo detém-se na análise qualitativa e quantitativa das matérias publicadas pela imprensa brasileira no contexto da invasão ao Iraque. Anteriormente à essa análise, duas subseções se debruçam sobre as questões metodológicas da análise de discurso nas Relações Internacionais. Nelas, discute-se a perspectiva construtivista sobre a linguagem e referenciam-se as principais contribuições da Escola Francesa da Análise de Discurso. Nas categorias organizadas para a análise das matérias e editoriais da imprensa brasileira, levou-se em consideração as demais explicações contidas nos capítulos anteriores. E por fim, na conclusão desse trabalho, são apresentadas as sugestões e perspectivas para futuras pesquisas, bem como as limitações do presente trabalho.

1. UM DIÁLOGO ENTRE O CONSTRUTIVISMO E A NOVA HISTÓRIA CULTURAL

Que, puesto que las guerras nacen en la mente de los hombres, es en la mente de los hombres donde deben erigirse los baluartes de la paz (trecho retirado da Constituição da UNESCO, 16 de novembro de 1945, Londres).

Formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e os fenômenos do Sistema Internacional não é uma tarefa fácil. Não menos difícil é refletir sobre os poderes explicativos e as capacidades interpretativas dos modelos teóricos já existentes que tornam coerentes os argumentos de um texto. As opções de molduras são muitas.

Com a compreensão de que a realidade internacional exige uma pluralidade de perspectivas – inclusive a contribuição de outras disciplinas – foi descartada a metáfora de uma moldura fixa e adotada a idéia de um mosaico teórico, que mais se aproxima de um enfoque interdisciplinar. Com essa finalidade, foram adotadas duas fundamentações teóricas: a teoria construtivista das Relações Internacionais e a perspectiva da nova história cultural (NHC) no campo da Historiografia.

Por um lado, as reflexões construtivistas reforçaram a convicção de que os Estados não são os únicos objetos de estudo das Relações Internacionais e, assim, permitiram situar o papel da mídia como um ator relevante na configuração dessas relações. A importância do discurso e da linguagem na constituição da sociedade internacional também foi discutida sob esse prisma.

E por outro lado, as perspectivas da nova história cultural forneceram as reflexões adequadas acerca do tratamento das fontes documentais – nesse caso as matérias sobre o conflito no Iraque foram vistas como construções da realidade – e mostraram a relevância de se identificar e caracterizar a comunidade de leitores sobre a invasão do Iraque.

Portanto, nesse mosaico, foi possível estabelecer um diálogo entre essas duas perspectivas, ambas de orientações interpretativas. O objetivo do primeiro capítulo é delimitar os conceitos utilizados e explicar a instrumentação teórica utilizada para a realização desse trabalho.

1.1. Delimitação de Conceitos

Faz-se imprescindível esclarecer os princípios teóricos e alguns termos relevantes que os interlocutores encontrarão no decorrer da exposição dessa pesquisa. São eles: mídia, mídia internacional, invasão ao Iraque, construtivismo e nova história cultural.

A palavra **mídia** provém do latim *medium* (no plural: *media*) que significa “meio”, espaço intermediário. No Brasil, o termo foi “aportuguesado” baseando-se na pronúncia inglesa do termo *media*. Atualmente, o léxico é utilizado para designar genericamente os meios, veículos e canais de comunicação, por exemplo, jornal, revista, rádio, televisão. Um dado interessante é que o uso da palavra mídia só adquiriu utilização corriqueira a partir da primeira metade do século XX (BURKE; BRIGSS, 2004).

Emprega-se o termo **mídia internacional** para designar os meios de comunicação cuja informação produzida é veiculada em inúmeros países. A *mídia internacional* é, normalmente, caracterizada pelos atores que se destacam no cenário da comunicação global e cujo material é tido como referência para a produção de diversos tipos de mídia ao redor do mundo.

O termo é bastante abrangente, pois nele comporta diferentes meios de comunicação: as agências internacionais de notícia, que possuem escritórios espalhados em diversas regiões do mundo, como por exemplo, *Agence France Presse*, *Reuters*, *Associated Press*, *DPA*, *EFE* etc. Jornais cujas matérias publicadas normalmente são tidas como referência no plano internacional. Como exemplos, podem ser citados: *Le Monde*, *El País*, *New York Times*, *The Guardian*, *Financial Time*, *Bild* etc. As rádios internacionais, como a *Voice of America* – *VOA* – fundada pelo governo norte-americano em 1942 e, atualmente, transmitida em todos os continentes. E as redes de televisão⁴ cuja audiência alcança diversos pontos do globo e cada

⁴ Nessa categoria é possível também agrupar duas redes de TV brasileiras cujas transmissões vêm alcançando considerável quantidade de países: Rede Globo Internacional, cujo material é distribuído para 111 países e Rede Record Internacional que possui sua programação transmitida para os Estados Unidos, Canadá, Europa e África.

vez mais são utilizadas como fontes da mídia impressa. Alguns exemplos são: *CNN, BBC, CBS, Fox News, Al Jazeera, Al Arabya, etc.*

A questão acerca dos nomes apropriados para se referir à crise no Iraque é muito importante, uma vez que, um dos pressupostos presentes nesse trabalho é o de que a linguagem constrói a realidade. Baseado no fato de que não houve autorização do Conselho de Segurança da ONU para os ataques ao Iraque, entre os termos disponíveis, elegeu-se **invasão** como o mais adequado para definir a sucessão de fatos a partir de 20 de março de 2003, data da deflagração. Julga-se que denominações como guerra, conflito, operações militares e ocupação seriam incompatíveis com a realidade apresentada. Por questões estilísticas de escrita, contudo, tornou-se necessário recorrer a estes termos, pois os fatos ocorridos no Iraque são referenciados inúmeras vezes nesse trabalho.

Com a finalidade de se produzir um argumento válido e coerente para a resolução do problema proposto foram adotadas duas fundamentações teóricas: **a teoria construtivista** das Relações Internacionais e a perspectiva da **nova história cultural** (NHC), no campo da Historiografia.

As duas perspectivas, a princípio distintas, não revelam a insuficiência de uma ou outra lidar com os assuntos propostos, mas, sim, que o diálogo entre elas no decorrer da investigação se mostrou bastante frutífero para abordar o tema pesquisado.

1.2.

O construtivismo dos modernistas-lingüistas e a mídia

O desenvolvimento do construtivismo nas Relações Internacionais ocorreu no final da década de 1980 e no início da década de 1990. A publicação do livro de Nicholas Onuf, em 1989 – *The world of our making: rules and rule in social theory and international relations* – e o artigo publicado por Wendt, em 1992 – *Anarchy is what states make of it* – representaram o marco inaugural dessa teoria.

Uma das principais contribuições construtivistas foi trazer para as Relações Internacionais o debate acerca do lugar das idéias e dos valores na análise dos fenômenos internacionais. A premissa básica desse campo teórico é a de que vivemos em um mundo que permanentemente construímos. Ou seja, não existe uma realidade absoluta imposta, pré-

determinada, mas, sim, uma construção social, a qual é produto das escolhas humanas. Assim, o mundo seria um lugar passível a mudanças e transformações. Por abarcar questões mais abstratas e gerais, que não abordam temas específicos, Onuf (1998, p. 58) argumenta que o construtivismo é um meio de se estudar qualquer campo do conhecimento social, inclusive as Relações Internacionais.

Conforme será explorado mais à frente, não existe um consenso sólido entre as idéias dos autores que seguem a teoria construtivista nas Relações Internacionais, por isso, há um limite para se conhecer até que ponto é possível fazer generalizações e imprimir características gerais ao construtivismo. Fearon e Wendt (2002, p.57), contudo, ao fazerem uma análise na qual consideraram os pressupostos e idéias convergentes entre os pensadores construtivistas, organizaram quatro pontos em comum acordo.

O primeiro aspecto convergente baseia-se na suposição de que a principal preocupação do construtivismo relaciona-se com o papel das idéias na vida social. A ênfase nas idéias implica a oposição aos argumentos que reverenciam a função das determinantes materiais na vida social. Isso não significa, entretanto, que essas últimas não sejam relevantes, mas, sim, que o princípio fundamental dos construtivistas concentra-se na relevância das idéias e dos valores.

O segundo argumento está relacionado com a construção social dos agentes. Os construtivistas não os consideram como “algo dado”, porém como resultado de uma construção de interesses e identidades que sofrem mudanças no decorrer do tempo. Essas variações podem ser explicadas por meio de influências vindas de um nível mais superficial, como, por exemplo, o campo social; ou de um nível mais profundo que leva em consideração as explicações subjetivas.

Ainda de acordo com os dois autores, as preocupações com os caminhos das pesquisas representam o terceiro ponto que os construtivistas concordam entre si. Para esses teóricos, as questões metodológicas se relacionam mais a uma perspectiva holística do que individualista. A fim de se ter uma melhor compreensão dos eventos internacionais, o mundo deve ser visto como um todo integrado, como uma rede de inter-relações dinâmica.

E por fim, o quarto ponto defendido por todos os construtivistas – e o que liga as demais considerações – é a oposição entre a premissa constitutiva e as explicações causais. Enquanto as explicações causais procuram estabelecer as condições pré-existentes de um efeito qualquer e afirmam que causa e efeito são fenômenos independentes, a intenção constitutiva, em contraste, procura estabelecer as condições que possibilitam que os objetos se tornem aquilo

que representam. Esse ponto pode ser mais bem compreendido de acordo com o exemplo baseado na relação entre senhor e escravo. Fearon e Wendt (2002) explicam que a natureza e o significado de “senhor” e “escravo” somente podem ser entendidos tomando como base a relação estabelecida entre eles. Assim, só é possível existir um escravo se houver um senhor, e o contrário também é verdadeiro: só existe um senhor se houver um escravo. É isso que forma uma relação de co-constituição.

Apesar das reflexões construtivistas concordarem, pelo menos, com esses quatro pontos acima apresentados, existem diferenças significativas entre os autores. Muitas delas são baseadas em conceitos filosóficos e sociológicos, o que gerou diferentes concepções no cerne dessa teoria. Com a finalidade de compreender essas nuances, Adler (2002, p.97-98) divide esses pensamentos construtivistas em quatro categorias: modernistas; modernistas-lingüistas; radicais e críticos.

Os **construtivistas modernistas** são também chamados de neoclássicos, grupo no qual o autor se inclui e também considera Wendt. Este grupo resulta de uma combinação entre a hermenêutica objetiva somada a um interesse cognitivo “conservador” – no sentido de não negar as bases modernistas – em entender e explicar as relações internacionais. Os construtivistas pertencentes a essa categoria procuram descobrir os mecanismos sociais causais e constitutivos que participam das relações internacionais.

O construtivismo dos **modernistas-lingüistas**, também conhecidos como “rule-oriented constructivism” resulta da combinação, dessa vez, entre uma hermenêutica subjetiva com também um interesse cognitivo “conservador” em explicar e entender a realidade internacional. Esses construtivistas defendem que a compreensão das relações internacionais só pode ser feita ao se considerar as normas e linguagens que constituem os fatos sociais. O interesse dos modernistas-lingüistas é entender como as regras sociais são responsáveis pela constituição mútua e recíproca entre as pessoas e a sociedade. Outra característica relevante abordada por esse grupo é a ênfase no poder do discurso em construir realidades sociais.

As perspectivas pós-modernistas e pós-estruturalistas se situam no terceiro grupo denominado pelo autor como **radicais**. Os pensadores dessa categoria adotam de uma maneira “radical” a “virada lingüística” e partem de uma atitude de “desconstrução” com relação ao conhecimento. Eles acreditam que a realidade não pode ser verdadeiramente representada e que não é possível imprimir diferentes valores às constatações.

E o último grupo definido por Adler é formado pelos construtivistas **críticos** que associam à hermenêutica objetiva um interesse emancipador do conhecimento. Eles defendem

que um melhor conhecimento do mecanismo sobre o qual se baseiam as ordens políticas e sociais pode levar a uma emancipação da sociedade internacional.

Após essa breve explicação acerca das principais características construtivistas e as suas diferentes nuances, é importante esclarecer que as proposições teóricas seguidas nessa pesquisa levam em consideração as reflexões formuladas pelos construtivistas modernistas-lingüistas, representados, especificamente, por Onuf (1998; 1989) e Kratochwil (1995).

Como já explicado, os construtivistas modernistas-lingüistas diferem dos demais por enfatizarem em seus estudos o papel da norma e da linguagem. Eles propõem uma análise das relações internacionais associada à interpretação e ao contexto subjetivo: “[...] the rule-oriented constructivism that Onuf introduced in 1989 requires a rethinking of how social scientists see and understand the world” (KUBÁLKOVÁ, 2001, p.5).

Para uma compreensão adequada sobre como esta abordagem se relaciona com o tema desse trabalho é fundamental fazer duas ressalvas. Primeiramente, os principais autores dessa categoria não abordam o papel da mídia em suas análises. Essa ausência pode ser justificada pelo fato de o construtivismo – assim como os estudos da mídia – ser um assunto relativamente recente nos estudos das Relações Internacionais e também por sua base teórica, como já afirmado, não abordar temáticas específicas.

Entretanto, essa negligência observada foi justamente o motor da tentativa de trabalhar no construtivismo a possibilidade de se analisar o papel da mídia. A pergunta orientadora perante essa ausência pode ser expressa da seguinte maneira: se o construtivismo é a teoria das Relações Internacionais que busca situar a importância das idéias e dos valores no mundo social, e a mídia é o principal meio no qual esses significados circulam atualmente, por que não existe uma discussão sobre mídia no cerne do construtivismo?

Em segundo lugar, essa análise não busca esgotar toda a possível contribuição dos princípios construtivistas aos estudos da Comunicação Internacional. Longe disso, esta é uma reflexão propositalmente orientada com a finalidade de situar esta pesquisa em uma determinada linha de pensamento. Justifica-se então, a definição de alguns autores e idéias em detrimento de outros.

Para este estudo, considerou-se dois pressupostos-chave: a) o mundo social não é “natural”, porém lingüisticamente construído; b) agentes constroem e são construídos pelas regras sociais que constituem a estrutura do mundo histórico em geral e político em particular.

a) O mundo social não é “natural”, porém lingüisticamente construído.

Essa premissa revela que a natureza da análise construtivista não remete somente às questões metodológicas, porém a uma análise ontológica dos fatores sociais. A realidade não é material, mas é social. Nota-se que essa linha de pensamento vai de encontro à crença positivista de que existe uma realidade “lá fora”, a qual independe da observação do cientista.

Conseqüentemente, a premissa pós-positivista⁵, de que o mundo é uma construção social, questiona alguns pressupostos das teorias tradicionais das Relações Internacionais, como por exemplo, a crença dos teóricos realistas sobre a natureza anárquica do Sistema Internacional. Para Onuf (1998), a anarquia é simplesmente uma construção social e sendo assim, pode ser transformada pelas interações entre agentes e estruturas. O autor prefere, então, denominar a sociedade internacional de heterônima em lugar de anárquica.

A presença do discernimento ontológico permite a esses construtivistas refletirem sobre o papel da linguagem como a forma de apresentar, representar e mudar a realidade do mundo social. Tanto para Kratochwil (1995) quanto para Onuf (1998) a interpretação das regras e normas que vigoram nos discursos é fundamental para a compreensão da realidade internacional. Para aquele, o mundo é construído pelos discursos que utilizamos para nos referirmos a ele, e, para este, existe uma relação assimétrica de poder, a qual permite que determinados discursos sobressaiam a outros e criem regras que definem as ações dos atores.

Ambos os autores possuem como fontes inspiradoras os filósofos Ludwig Wittgenstein⁶ e Jürgen Habermas⁷. Para Wittgenstein a realidade não pode ser compreendida senão como resultado de uma complexa prática social e lingüística, que o autor denominou “jogos de linguagem”. E Habermas, filósofo da teoria crítica, cuja contribuição principal baseia-se em suas reflexões sobre a Teoria da Ação Comunicativa, a qual argumenta que a interação social

⁵Considerou-se nessa pesquisa que o termo “pós-positivista” deve ser utilizado com cautela, pois tende a agregar diferentes perspectivas a uma mesma classificação, o que pode acarretar distorções. Nas Relações Internacionais, o conceito foi cunhado por Yosef Lapid (1989) para designar o debate entre os positivistas, representados pelos teóricos tradicionais das Relações Internacionais, e os pós-positivistas, representados pelos construtivistas, pós-estruturalistas, feministas etc. Apesar da dificuldade em utilizar o termo, prefere-se essa interpretação à de Keohane (1988), que quando em seu discurso de posse na ISA (*International Studies Association*) dividiu as novas perspectivas da agenda de pesquisa das Relações Internacionais entre os racionalistas e reflexistas, sendo aqueles os que possuíam um programa de pesquisa sistemático e estes cujas pesquisas foram acusadas de faltarem com o rigor científico, tal qual utilizado pelos racionalistas (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p.7).

⁶Ver: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus lógico-philosophicus**. Edusp, 1994.

⁷Ver: HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.

entre os atores, com o intuito de se firmar um entendimento mútuo, depende da linguagem ou atos comunicativos.

Kratochwil (1995) corrobora que a “virada lingüística” – movimento iniciado pelos filósofos lingüistas, em meados de 1960, que designou a linguagem não como um espelho da realidade, mas como sua construtora – destaca a análise de discurso, mais especificamente das normas e regras que vigoram nos discursos, como um tema metodológico inovador para a reflexão sobre os eventos afetos às relações internacionais.

O autor argumenta que o entendimento das regras que regem os discursos permite compreender a própria realidade, pois o mundo é construído pelos discursos que utilizamos para nos referirmos a ele. É no processo de interação e comunicação entre os atores que são construídos os interesses e as preferências dos agentes. Dessa maneira, o papel das normas ganha relevância no processo decisório, uma vez que elas influenciam as escolhas dos atores: “[...] we have to understand how the social world is intrinsically linked to language and how language, because it is a rule-governed activity, can provide us with a point of departure for our inquiry into the functions of norms in social life” (1995, p.6).

A procura em outras disciplinas por caminhos que superassem as falhas ontológicas e epistemológicas dos estudos das Relações Internacionais é uma característica constante nos escritos de Kratochwil. Diversas vezes o autor atacou o positivismo e o racionalismo. Por ser o mundo socialmente construído, não se pode utilizar os métodos das ciências exatas para entendê-lo (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p.170). Em conjunto com Hall, ele escreveu:

The debate in international relations theory must strive to transcend the current condition in which criticisms that point to the inadequacy of an uncorrected structural neorealist paradigm are dismissed as ideological salvos... It should be possible to learn from historical materials by treating the dead fairly or even sympathetically (*de mortuis nihil nise bene*) without being charged with espousing a position inimical to science (1993, p. 91).

Dessa forma, para os construtivistas modernistas-lingüistas a realidade do mundo social constrói e é construída por esses esforços em constituir consensos, regras e identidades. Para uma análise da mídia por meio do prisma construtivista, pressupõe-se que a percepção que os agentes possuem do mundo político – e sua atuação sobre ele – somente pode ser interpretada ao se enfatizar o papel das idéias e dos valores nas relações internacionais.

No que se refere ao tema pesquisado, argumenta-se que a atuação da mídia – com a sua capacidade de construir e disseminar em larga escala realidades sociais por meio de seu discurso diário – compartilha com os outros agentes a função de constituir a definição de

regras, identidades e interesses. E em um movimento dialógico, igualmente, a mídia é constituída e influenciada pela estrutura da realidade política internacional.

Essa atividade da mídia pode ser observada, diariamente, nas abordagens de todas as situações sociais. No entanto, ela é mais facilmente aferida – para fins de realização de pesquisas – em momentos de crise como guerras e conflitos, ou em grandes eventos internacionais, uma vez que, nesses períodos, existe uma significativa concentração de atenção da sociedade internacional e uma maior produção de informações sobre estes assuntos.

Ao se afirmar que a mídia, com seu discurso diário, compartilha com os outros atores a função de constituir regras, identidades e interesses na sociedade internacional é possível refletir que essa função pode ocorrer de duas maneiras diversas.

Quando a própria mídia, movida por diversos interesses, provoca essas atividades constitutivas, o que a tornaria uma atuante⁸. Alguns exemplos podem ser: o privilégio a um determinado político em campanhas eleitorais; a disseminação de algum modismo; a pressão para alguma tomada de decisão específica, a evidência de uma pauta pouco debatida, etc.

Ou quando a mídia permite abrir espaço para que outras autoridades e grupos de interesses tentem realizar as suas constituições, o que nesse caso a tornaria um “co-ator” ou até mesmo um palco para outras atuações. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando instituições e políticos se utilizam da mídia para se auto-promoverem; quando transmitem informações de interesses políticos e pessoais; quando a mídia, por pressão de terceiros, opta por não transmitir determinados assuntos; quando em um regime não-democrático a mídia sofre forte censura e é dominada pelas fontes oficiais, etc.

Por fim, sob o prisma da teoria construtivista é possível entender as notícias como participantes do processo por meio do qual o mundo é construído e os significados são criados. São os significados transmitidos pelas notícias que definem e constituem os fenômenos sociais e, dependendo do assunto, eles podem ser abordados em uma escala global.

b) Agentes constroem e são constituídos pelas regras sociais que constituem a estrutura do mundo histórico em geral e político em particular.

⁸ O papel da mídia como ator será discutido adequadamente no próximo capítulo.

Originador do construtivismo, Onuf (1989) define as relações internacionais como nada mais sendo do que relações sociais. Influenciado também pela teoria da estruturação de Giddens⁹, o autor argumenta que não existe antecedência ontológica entre agente e estrutura, pois ambos são co-constituídos de forma contínua e permanente. Em um processo de duas vias, as pessoas fazem a sociedade e a sociedade faz as pessoas. Em suas palavras:

Fundamental to constructivism is the proposition that human beings are social beings, and we would not be human but for our social relations. In other words, social relations make or construct people – ourselves – into the kind of beings that we are. Conversely, we make the world what it is, from the raw materials that nature provides, by doing what we do with each other and saying what we say to each other. Indeed, saying is doing: talking is undoubtedly the most important way that we go about making the world what it is (ONUF, 1998, p. 59).

As regras são o elemento de conexão que faz o processo pelo qual as pessoas e a sociedade se constituam entre si – sempre de forma contínua e permanente. Essas regras podem ser definidas como: as escolhas assertivas que indicam aquilo que deve ser feito. Elas se situam exatamente entre os agentes e a estrutura. Dizer o que uma regra é, significa a mesma coisa que falar de uma forma que implica na ação de alguém e isso é denominado de “atos da fala”. Sua eficácia depende da concordância daqueles que ouvem quem os está proferindo.

As regras derivam dos atos da fala que, por sua vez, são divididos em três diferentes categorias: assertiva, diretiva, e de “compromisso” (*commissive*). Assim, as regras feitas pelos agentes sustentam três possibilidades de funções que podem ser utilizadas para instruir, dirigir e “gerar comprometimento” (*commitment*). Abaixo, seguindo Onuf, essas regras são explicadas de maneira mais detalhada e tentou-se formular exemplos que as relacionassem às questões da mídia.

As regras na forma de atos da fala **assertivo** informam os agentes a respeito do mundo, como as coisas são e como funcionam. As informações contidas nessas regras podem ser consideradas de uma maneira geral ou podem ser específicas. Levando em consideração a mídia, essas regras podem ser encontradas nas matérias de jornais publicadas diariamente, pois elas informam o leitor como os fatos aconteceram, como se encontra a situação de determinada realidade. Por exemplo, tem-se o título de uma matéria sobre a invasão do Iraque publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo: “EUA iniciam grande batalha contra as defesas de Bagdá”.

⁹ Ver: GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Editora Martins Fontes, 2003.

Às regras, na forma de atos da fala de **direção**, estão implícitas as ordens que implicam na obediência e na aceitação das regras. Elas são imperativas e ditam aos agentes aquilo que eles devem fazer. Outra característica é que elas são normativas informam os interlocutores sobre as conseqüências caso sejam negligenciadas. Exemplos que podem ser utilizados para caracterizá-las encontram-se nos editoriais dos jornais. Normalmente esses textos, por serem opinativos, sempre indicam aquilo que deve ou não ser feito em determinadas situações. Por exemplo, à época da invasão ao Iraque um editorial do jornal Folha de S. Paulo publicou a seguinte frase: “Países como o Brasil devem pressionar para que a ONU seja a protagonista da reconstrução”.

E, por fim, as regras na forma de atos da fala de **compromisso** envolvem promessa e podem propor uma resposta para aqueles que a seguirem. Quando se forma uma rede de promessas, as conseqüências são os deveres e obrigações que os agentes têm um com os outros. Esses tipos de regras são mais facilmente observados em mídias que sofrem uma forte influência política, são complacentes com determinada política ou, se encontram sob um regime de censura. Um exemplo foi a atitude da mídia norte-americana em não publicar imagens de militares mortos, a pedido de Donald Rumsfeld, que fez a seguinte declaração, conforme reproduzido pelo diário O Globo: “As redes de televisão que levarem ao ar tais imagens estarão, eu diria, fazendo algo no mínimo infeliz”.

Caso os interlocutores comecem a repetir determinado ato da fala, o qual gera um mesmo efeito, todos que estão envolvidos nessa rede começam a acreditar que essa repetição é significativa, pois ela passa a representar algo no mundo social. Quando ocorre essa situação específica de repetição, este fenômeno é chamado de **convenção**: “every one comes to believe that the words themselves, and not the speaker mouthing them, are responsible for what happens” (ONUF, 1998, p.66). Enquanto as regras informam os agentes o que eles deveriam fazer, as convenções informam o que eles sempre fizeram.

De fato, a principal contribuição dos modernistas-lingüistas é o esforço em demonstrar que as regras derivam e dependem dos atos da fala. Neste ínterim, a linguagem é o meio pelo qual agentes e estruturas constituem uns aos outros. A realidade não é descrita pela linguagem, porém, criada por ela.

Ao se tomar como base as proposições de Onuf (1998), acredita-se que o papel da mídia – embora seja possível pensar em sua atuação nos três tipos de regras derivados dos atos da fala – é mais atuante e significativo na formulação das regras assertivas, aquelas que indicam como o mundo é e informam como as coisas são, uma vez que, a quantidade de matérias que

exercem essa função publicadas diariamente é superior ao número de textos opinativos ou discursos de personalidades. Dessa forma, as regras constituídas pela mídia seriam feitas com a finalidade de instrução.

Assim, no contexto da cobertura da invasão ao Iraque, ao estudar se o discurso da mídia internacional mostrou-se significativo na imprensa brasileira a ponto dela reproduzi-lo em suas matérias, é possível refletir se predominou o tipo de regra derivado do ato da fala **assertivo** e, conseqüentemente, se essa situação pode ser considerada uma **convenção** no plano internacional, uma vez que pode ter criado a percepção de como o conflito sucedeu.

1.3.

A nova história cultural e a relação com as fontes

A tarefa de oferecer à mídia um papel relevante nas Relações Internacionais somente é possível ao se considerar a importância do passado em relação ao presente e trazer a História para o interior dos estudos mídia e a mídia para dentro da História (BRIGGS & BURKE, 2004).

A abordagem teórica que permitiu investigar e compreender o passado insere-se na proposta da nova história cultural (NHC). Especificamente, levou-se em consideração os pensamentos formulados por Roger Chartier (2001), Peter Burke (2005) e Lynn Hunt (2001).

O principal pressuposto da NHC é a decifração do significado por meio das representações sociais. O termo NHC foi cunhado no final da década de 1980 pela historiadora norte-americana Lyn Hunt. A palavra “nova” serviu para diferenciar das formas mais antigas da história cultural, cuja principal fonte de inspiração foi a antropologia (BURKE, 2005).

O movimento da história cultural representou, na historiografia, uma reação ao determinismo econômico. Tal contraposição se deveu em grande parte aos historiadores da quarta geração da Escola dos Annales, como Roger Chartier¹⁰ e Jacques Revel¹¹. Esses historiadores asseveraram que as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam. Elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural (HUNT,

¹⁰ CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. Estação Liberdade, 1999.

¹¹ REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Bertrand Brasil, 1989.

2001). Por sua vez, Burke (2005) afirma que a NHC possui várias fontes de inspiração, segue um novo paradigma e preocupa-se mais com questões teóricas.

Duas premissas-chave da nova história cultural foram consideradas: a) Textos de um determinado período não são espelhos da realidade; b) É necessário, no exercício da construção social, identificar “quem” estava olhando para os textos em um determinado tempo e espaço.

a) Textos de um determinado período não são espelhos da realidade.

Essa premissa revela o olhar cuidadoso que o historiador deve ter com relação às fontes pesquisadas e sugere que o construtivismo representa uma das vias para a efetividade dessa cautela.

Burke (2005) alerta que a tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos de um determinado período como espelhos da realidade. Os historiadores culturais devem praticar a crítica das fontes, perguntar por que um texto veio a existir e se seu propósito era convencer o público a realizar determinada atitude.

Se houve um momento em que era possível e até mesmo normal que os historiadores ignorassem Nietzsche ou Wittgenstein, ficou cada vez mais difícil fugir às discussões sobre a relação problemática entre linguagem e o mundo externo que ela supostamente refletia. O espelho foi quebrado (BURKE, 2005, p.101).

A “quebra do espelho” trouxe o questionamento do termo “representação”, um dos conceitos mais utilizados pelos autores da NHC. A palavra “representação” sugere que imagens e textos simplesmente refletem a realidade social. Entretanto, muitos praticantes da NHC se sentem desconfortáveis com essa implicação. Por isso, tornou-se essencial pensar em “construção” cultural e social da realidade, ou, como definiu Chartier, é preciso pensar em uma “história cultural da sociedade” (CHARTIER apud BURKE, 2005).

Nesse trabalho, o tratamento das fontes bibliográficas e documentais foi realizado com cautela. Nas fontes bibliográficas, procurou-se compreender a atuação da mídia no contexto da guerra no Iraque não como um evento ímpar, mas como um fato que se insere no bojo da atuação da mídia em conflitos internacionais anteriores. Essa perspectiva histórica possibilita identificar o fato de que muitos fenômenos da mídia são mais antigos do que usualmente se imagina.

E nas fontes documentais – matérias sobre o conflito publicadas pela imprensa brasileira – procurou-se entender as notícias como o resultado de um processo complexo de construção social e cultural dos fenômenos internacionais.

Devido à velocidade com que a mídia veicula as informações atualmente, as notícias sobre a guerra no Iraque são registros que documentam como quase-agentes do processo político, cujas atividades foram variáveis importantes para a configuração do cenário da guerra, que, após um distanciamento relativo, pode agora ser inicialmente aquilatado. Portanto, as notícias não podem ser vistas somente como fontes daquilo que aconteceu, pois elas pesaram no processo que levou à determinada configuração pública do contexto internacional.

As notícias foram, então, consideradas como construções lingüísticas do mundo, como resultante da interação entre a mente, a linguagem, os constrangimentos jornalísticos (pessoais, sociais, ideológicos, culturais, etc) e os fenômenos reais que nelas são representados em uma determinada época (SOUZA, 2004).

b) No exercício da construção social, é necessário identificar “quem” estava olhando para os textos em um determinado momento histórico.

Essa premissa representa uma das principais críticas da história cultural e parte do pressuposto de que é preciso identificar quem eram as pessoas que estavam observando os objetos em um determinado espaço e tempo.

Ela pode ser mais bem compreendida por meio da pergunta formulada por Chartier (2001, p.213): “Deveríamos colocar no centro da história o texto oferecido à leitura ou o leitor que o lê?” A tensão reside por um lado em impor à leitura uma significação intrínseca e independente de qualquer decifração e, por outro, como organizar a pluralidade e múltiplas variações de percepções que cada leitor, em sua experiência individual, adquire e impõe à determinado texto.

Em artigo sobre as práticas da leitura, o autor (2001, p.217) explica que é necessário identificar as estratégias por meio das quais autoridades e editoras imprimiram uma ortodoxia ou uma leitura autorizada do texto. A identificação dessas estratégias seria possível por meio da análise de discurso, por exemplo. Os leitores, de alguma maneira, encontram-se invariavelmente inscritos no texto e este por sua vez inscreve-se de múltiplas formas em seus leitores.

Com a finalidade de decifrar essa problemática, Chartier (2001) propõe reunir duas perspectivas: é preciso estudar de que forma os textos impressos organizam a leitura e, igualmente, é preciso identificar a comunidade de leitores ou “comunidades interpretativas” cujos membros compartilham os mesmos estilos de leitura.

Essa proposição sugeriu que analisar a construção da imprensa brasileira acerca da invasão ao Iraque, negligenciando aqueles que receberam tal performance, seria um exercício incompleto. É preciso esclarecer, no entanto, que não se pretende investigar a percepção brasileira sobre a contenda no Iraque, tampouco analisar a posição da opinião pública nacional a respeito do conflito. De fato, esse exercício revela-se importante e, por isso, merece uma reflexão específica, diversa da que aqui se aplica. Mesmo assim, houve uma preocupação em identificar quem são os leitores, ou comunidades interpretativas que tiveram acesso às matérias publicadas pela imprensa brasileira no período da invasão ao Iraque.

A caracterização dessa comunidade interpretativa foi feita a partir das informações disponibilizadas pelos responsáveis ao atendimento ao leitor dos jornais selecionados e a partir dos seus respectivos *sites*¹². É mister esclarecer que os três periódicos alegaram não existir uma pesquisa específica sobre o perfil do leitor da parte internacional. Por esse motivo, os dados disponibilizados pelos jornais são referentes à caracterização do leitor de uma maneira geral, não pertencente a uma área específica.

No quadro abaixo, procurou-se manter as informações apresentadas pelos diários. A média diária de circulação foi consultada por meio da Agência Nacional de Jornais – ANJ – no ano de 2003:

¹² A íntegra da pesquisa pode ser encontrada nos sites abaixo indicados pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. O perfil do leitor de O Estado de S. Paulo foi fornecido via correio eletrônico. http://209.85.165.104/search?q=cache:VhYRhSMxmB0J:www.infoglobo.com.br/mercado_perfilleitores.asp+perfil+do+leitor+%22o+globo%22&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=2; e http://www1.folha.uol.com.br/foha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acessados em: 15/02/ 2007.

Periódico	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>	<i>O Globo</i>
Sexo	50% Homem 50% Mulher	53% Homem 47% Mulher	50% Homem 50% Mulher
Idade	Média de 40,3 anos	25% (a maior parte) possuem entre 20 e 29 anos	31% (a maior parte) possuem 50 anos ou mais
Classe Social	Maior parte pertence às classes A e B	29% A; 47% B 18% C; 6% D e E	38% A; 39% B 18% C; 5% D
Escolaridade	47% possuem ensino superior	Não Informa	55% possuem ensino superior
Renda familiar	36% (a maior parte) com renda acima de 30 salários mínimo	Não Informa	18% (a maior parte) com renda de 5 salários mínimo
Média diária de circulação em 2003	314.908	253.410	242.755
Ano e fonte da pesquisa	2000 Fonte: Datafolha	2005 Fonte: Estudos Marplan	Sem data Fonte: Ipsos Marplan

Quadro 1 - Síntese do perfil dos leitores dos periódicos analisados na pesquisa.

Especificamente, o perfil do interlocutor brasileiro, que se interessa pela parte dos jornais destinada aos temas internacionais, fica explícito nas assertivas de Natali (2004). O jornalista descreve o interlocutor internacional de maneira diferenciada dos consumidores de outras áreas dos jornais. Para ele, este leitor faz parte de um segmento minoritário e mais bem informado da sociedade. Isso porque política internacional não é algo que interpela a vida cotidiana de maneira imediata. Ainda, segundo Natali, a Guerra no Iraque é um evento que provoca interesse em apenas uma pequena parte da sociedade:

[a Guerra no] Iraque interpela a atenção de uma parcela minoritária dos leitores. São leitores com padrões sofisticados de interesses, com um grau de exigência provavelmente maior do que daqueles cuja atenção se volta apenas para um perímetro mais circunscrito de assuntos como a economia, quando diz respeito ao

próprio bolso, ou a cidade da qual é habitante, com seus problemas de transporte e segurança (2004, p.109).

Embora esse tipo de análise seja bastante comum entre os profissionais e pensadores da mídia, é razoável discordar da justificativa oferecida por Natali de que a população brasileira não se interessa pelos fatos internacionais “porque não representam algo que interpela a vida cotidiana de uma maneira imediata”. É possível afirmar que o que ocorre, na verdade, é uma má transmissão de informações sobre os assuntos internacionais.

Atualmente, autores das Relações Internacionais – como, por exemplo, Milner (1997), Risse-Kapen (1995), Putnan (1993) e Hudson (2005) – defendem que as barreiras e fronteiras que separam os países entre o externo e interno são praticamente mínimas. As políticas domésticas e as relações internacionais são intrinsecamente inter-relacionadas. A posição internacional de um país exerce impacto em suas questões domésticas e estas, por sua vez, dependem do comportamento desse país no plano internacional.

De acordo com Putnan (1993, p.436), no nível nacional, os grupos domésticos perseguem seus interesses pressionando o governo a adotar determinadas políticas. E no nível internacional, os governos nacionais procuram maximizar suas habilidades para satisfazerem as pressões domésticas, enquanto minimizam as conseqüências adversas vindas das políticas externas. Nenhum desses dois reflexos pode ser ignorado. No jogo de dois níveis, o movimento dos atores é simultâneo.

Portanto, se existe uma ausência de interesses pelos assuntos internacionais por parte dos leitores, isso pode ser explicado pelo fato desses temas não serem apresentados de uma maneira eficiente, que consiga relacioná-los ao dia-a-dia das pessoas. Por exemplo, suponhamos que a Organização Mundial da Saúde – OMS – inicie uma campanha mundial de redução do tabagismo e proponha que os países se comprometam a adotar políticas domésticas para alcançar esse objetivo. Seria interessante que as matérias publicadas abordassem também as conseqüências diretas desse acordo internacional para as famílias produtoras de tabaco na região sul do País ou para os fumantes brasileiros, que, no mínimo, teriam o seu produto mais caro.

Outro ponto que auxilia na identificação dos leitores é a definição de suas posições a respeito da invasão ao Iraque. Uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Datafolha e publicada no diário Folha de S. Paulo, no dia 7 de abril de 2003, revela índices significativos: 90% dos brasileiros eram contrários à invasão ao Iraque; 86% julgaram que o Presidente Lula

agiu bem ao condená-la; e 60% acreditavam que a imagem dos Estados Unidos mudou para pior com a deflagração do ataque.

A título de comparação, pesquisas realizadas na mesma época apontavam que estavam contra a guerra 68% dos suecos, 76% dos italianos, 78% dos franceses, 84% dos alemães. Enquanto nos Estados Unidos, 75% da população se mostrava favorável ao conflito, no Reino Unido esse índice era de 48%.

De acordo com a reportagem publicada no periódico o fato de a população brasileira apresentar índices de rejeição à guerra superiores a de muitos países era uma constatação surpreendente “quando se considera que o brasileiro médio não tem o costume de acompanhar política internacional”.

A partir das evidências dos dados levantados e da caracterização do leitor brasileiro que se interessa pelos temas internacionais, é possível apreender que as matérias sobre a Guerra no Iraque, analisadas nessa pesquisa, foram produzidas com o intuito de atingir um público de elite, relativamente jovem, pertencente às classes sociais A e B, com nível de escolaridade alto e provavelmente contrário à invasão.

Por fim, após refletir acerca dos pressupostos da nova história cultural e da teoria construtivista das Relações Internacionais é possível inferir que as avaliações construtivistas das Relações Internacionais e da nova história cultural requerem métodos interpretativos.

Como já explicado, os construtivistas modernistas-lingüistas pertencem a uma tradição interpretativa baseada no contexto da subjetividade. Essa característica não é consistente com os padrões de explicações causais das abordagens positivistas. Como argumentam Kratochwil e Ruggie:

No discipline can resolve anomalies or reduce the wooliness of concepts when its ontological posture is contradicts by its epistemological orientation, models of explanation, and the presume relationships among its constitutive analytical constructs. The problems we have pointed to are not insuperable, but their resolution will require the incorporation into prevailing approaches of insights and methods derived from the interpretative sciences (1986, p.711).

Compartilhando essa mesma preocupação, as abordagens da nova história cultural, de acordo com Hunt, envolvem uma ciência também interpretativa: seu objetivo é ler em busca do significado. “A decifração do significado, então, é mais do que a inferência de leis causais de explicação, é assumida como a tarefa fundamental da história cultural” (HUNT, 2001, p.16).

Observa-se, então, um diálogo frutífero entre as duas perspectivas para a fundamentação teórica desse trabalho. A teoria construtivista permite entender o papel da mídia nas Relações Internacionais e, especificamente, por meio das reflexões dos modernistas-lingüistas é possível compreender como linguagem e discurso constituem a realidade internacional. E os pressupostos da nova história cultural sugerem que é fundamental entender as fontes como construções da realidade e identificar “quem” estava olhando-as, no momento em que foram produzidas.

Em comum, ambas fundamentações teóricas partem de uma tradição interpretativa e concentram seus esforços na compreensão dos significados e nas construções das práticas sociais e culturais. Em outras palavras, tanto a NHC, como a teoria construtivista defendem que a realidade é socialmente construída.

2. A EMERGÊNCIA DA MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

The world outside and the pictures in our hands [...] The hypothesis, which seems to me most fertile, is that news and truth are not the same thing, and must be clearly distinguished. The function of news is to signalize an event. The function of truth is to bring to light hidden facts, to set them into relation with each other, and make a picture of reality on which men can act. The significant revolution of modern times is not industrial or economic or political, but the revolution taking place in the art of creating consent among the governed (Walter Lippmann, 1922).

“Sociedade da Informação”, “Aldeia Global”, “Sociedade Pós-industrial”, “A Terceira Onda”, “Sociedade em Rede”¹³. Estes são alguns conceitos utilizados para denominar a sociedade internacional contemporânea. Apesar da diversidade de concepções teóricas e ideológicas que cada um desses termos carrega, um fator essencial converge para os seus surgimentos: o desenvolvimento das tecnologias da informação e o seu rápido envolvimento nas atividades sociais.

Para se compreender a atuação da mídia nas relações internacionais contemporânea é preciso considerar um passado não tão longínquo. Se a expansão da Comunicação Internacional é situada no contexto do desenvolvimento do capitalismo no século XIX, são nos capítulos mais tristes do “breve século XX” – fazendo alusão à obra de Hobsbawm¹⁴ – entre as duas Guerras Mundiais, é que se observa a sua solidificação, até mesmo como disciplina acadêmica. Uma relação caracterizada por domínio *versus* dependência e continuidades *versus* transformações é o que revela a análise da evolução da Comunicação Internacional.

Lançar um olhar histórico acerca da emergência da mídia nas Relações Internacionais é o objetivo desse segundo capítulo. A primeira seção expõe o surgimento e as principais questões da pesquisa em Comunicação Internacional. A segunda referencia os grandes conglomerados da informação e situa as controvérsias que cercam a produção das notícias internacionais. E a última parte visa a compreender a localização da mídia brasileira nas circunstâncias de fluxos e contra-fluxos da comunicação internacional.

¹³ O termo “Sociedade da Informação” foi originado no Japão e não é atribuído a um autor específico. Já os demais são conceitos desenvolvidos pelos seguintes autores: McLuhan (1964), Daniel Bell (1973), Alvin Toffler (1980), Manuel Castells (2003).

¹⁴ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX. Companhia das letras, 1995.

2.1. Perspectiva histórica da Comunicação Internacional

A pesquisa em Comunicação Internacional é uma atividade recente no campo de estudos das Ciências Humanas e das Relações Internacionais especificamente. Na edição especial da revista *The Public Opinion Quarterly*, Lowenthal (1952-53, p.vii) afirmou: “[...] this research will eventually stand on its own feet as a self-respecting discipline, and that in the long run, it may even serve as an integrating force among many branches of the social sciences and humanities”.

As primeiras definições da Comunicação Internacional baseavam-se na idéia de uma comunicação que ocorria através das fronteiras e estava diretamente associada às informações trocadas entre os governos. O progresso das tecnologias da informação, a globalização da mídia e o surgimento das indústrias culturais, no século XX, incluíram novos atores no domínio internacional da comunicação-informação e, assim, proporcionaram a sua desvinculação com as questões governamentais somente.

A entrada de novos participantes trouxe relevância para essa *issue área*. Atualmente, os interesses temáticos da Comunicação Internacional fazem parte das pesquisas desenvolvidas pela *International Studies Association* – ISA – e englobam, de uma maneira mais abrangente, questões políticas, econômicas, sociais, culturais e militares.

O interesse acadêmico pela Comunicação Internacional ocorreu no período entre as duas Guerras Mundiais e foi originado por três razões principais: a utilização da propaganda durante as décadas de 1920 e 1930; o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação; e o advento do rádio, que trouxe as pesquisas de audiência para as Ciências Sociais (LAZARFELD, 1952-53, p.481).

Os primeiros estudos a se preocuparem com essa temática são os trabalhos de Lippmann¹⁵ (1922) e Lasswell¹⁶ (1927). Ambos refletiram sobre a atuação dos meios de comunicação na I Guerra Mundial, principalmente do rádio, e inauguraram a investigação das técnicas de propaganda e a sua relação com a opinião pública. Enquanto as preocupações de Lippmann refletiam sobre a manipulação da opinião pública pelas instituições e pelos

¹⁵Ver: LASSWELL, Harold. **Propaganda techniques in the world war**. New York: Alfred Knopf, 1927.

¹⁶ Ver: LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Free Press, 1922.

Estados, Lasswell fazia um trabalho pioneiro em uma análise sistemática da propaganda de guerra.

Até a década de 1960, os estudos da Comunicação Internacional eram excessivamente caracterizados por uma postura de pesquisa comportamental. As discussões trazidas pela Guerra Fria, no entanto, fizeram com que esse foco fosse desviado. De uma análise marcada pelo behaviorismo, as pesquisas da Comunicação Internacional debruçaram-se sobre as reflexões centradas no diálogo Norte-Sul. Foi esta guinada nos assuntos tratados que consolidou essa área de estudos nas questões afetas às Relações Internacionais. Esse fato deveu-se, fundamentalmente, ao debate “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação” – NOMIC – realizado pela Unesco entre as décadas de 1970 e 1980.

À época, incentivado pelos países do terceiro mundo, a grande questão do debate era a democratização global dos assuntos ligados à informação-comunicação. Os protagonistas da NOMIC argumentavam que a desigualdade no cenário da comunicação internacional trazia sérias implicações para os países em desenvolvimento, que dependiam dos países mais ricos em todos os setores da informação. Estes e suas mídias também foram acusados de produzirem e disseminarem, pelo globo, notícias distorcidas e até mesmo falsas sobre os países do terceiro mundo.

As críticas à ordem da informação, em resumo, se baseavam em três pontos: (1) na existência de uma única via de informação, vinda das mídias dos países desenvolvidos; (2) no monopólio de algumas corporações da mídia, que dominavam o fluxo da informação no mercado mundial; (3) na verticalização das notícias, que contribuía para uma visão distorcida das regiões mais pobres do mundo.

No ano de 1980, a UNESCO aprovou as resoluções propostas pela NOMIC, que ficaram mundialmente conhecidas sob o nome de “Comissão MacBride” ou “One World, Many Voices”. É proveitoso citar três exemplos que estavam entre as propostas do relatório¹⁷:

- *Elimination of the negative effects of certain monopolists, public or private and excessive concentrations.*
- *Plurality of sources and channels of information*

¹⁷ UNESCO. **One World, Many Voices**. A report by the international commission for the study of communication problems. Documento disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf> Acesso em: 13/07/2006.

- *Respect for the right of all peoples to participate in international exchange of information on the basis of equality, justice and mutual benefit.*

Não obstante tenha recebido um forte apoio internacional, as propostas da conferência, resumidas no documento MacBride, foram recusadas pelos Estados Unidos e Reino Unido que não concordaram com as gestões políticas da reunião e se retiraram da Unesco¹⁸. A discordância desses países sustentava-se na desconfiança de que a União Soviética estivesse exercendo influência sobre os países em desenvolvimento. A argumentação contrária à NOMIC, apresentada pelos Estados Unidos e Reino Unido, sugeria que ao se criar mecanismos com a finalidade de regularizar a atuação dos meios de comunicação, a liberdade da mídia e o livre fluxo de informação seriam colocados em risco.

Apesar de não ter alcançado na prática algum tipo de regulamentação do setor das comunicações, o documento *One World, Many Voices* foi importante porque, pela primeira vez, trouxe o tema da comunicação-informação para os assuntos da agenda global.

A emergência da mídia nas Relações Internacionais causou um impacto modificador nessas relações, fato que a considerou alçada à condição de ator no cenário externo. Dougherty & Pfatzgraff (2001, p.109) ao classificarem os agentes do Sistema Internacional em diferentes grupos, citam os conglomerados midiáticos como parte do que eles denominam de *Subnational Group*:

Interaction consists not only of demands and responses – the actions – of nations-states, international organizations, and others no state actors, but also of transactions across national boundaries, including the flow of ideas and of information as in the internet and Global Television such as CNN.

Nye e Keohane (2001, p. 215-227) explicam que o *soft power* – capacidade de conseguir resultados desejados por meio da atração ao invés da coerção – requer eficácia na utilização dos meios de comunicação. Os autores asseveram que a revolução da informação alterou as características da interdependência complexa, pois com o advento da mídia no mundo político, o número dos canais de comunicação se multiplicou. Em entrevista feita em 2004, por correio eletrônico, Nye explica a relevância dos meios de comunicação nas relações internacionais: “To the extent that the media is read across borders and gathers news across borders, I would consider it a transnational actor” (NYE, 2004, on-line).

¹⁸ O Reino Unido se reincorporou à UNESCO em 1997, enquanto os Estados Unidos somente se reincorporaram ao órgão em 2003.

É importante observar que a atuação da mídia no cenário internacional se diferencia da atuação dos demais atores. Enquanto estes últimos possuem identidades mais ou menos constantes, interesses baseados em tradições e se comportam de uma forma na qual é possível observar certa previsibilidade, por sua vez, a mídia pode ser considerada um ator de múltiplas faces, cujo semblante depende do contexto, do tipo de veículo e da própria direção do meio de comunicação. Assim, não é possível imprimir à mídia uma identidade fixa no cenário internacional.

A problematização dessa característica mutante é refletida no artigo “*Global Communication and Foreign Policy*”¹⁹, escrito por Gilboa (2002). O autor cria uma taxonomia com quatro papéis para a mídia, a qual é considerada como ator de acordo com diferentes atributos, tipos de atividades, contextos e conceitos. As quatro possibilidades de atuação podem ser: controladora, constrangedora, interventora e instrumental. A tabela abaixo resume as taxonomias criadas por Gilboa e inclui uma outra sugestão: a mídia como um ator conflituoso.

Tipo de ator	Atividade	Contexto	Conceito
Ator controlador	Substitui a tomada de decisão	Intervenção em crises humanitárias	Efeito CNN
Ator constrangedor	Constrange a tomada de decisão	Processo de tomada de decisão	Política em tempo-real
Ator interventor	Mediadores	Mediação internacional	Crises políticas
Ator instrumental	Promove negociações e acordos	Resolução de conflitos	Diplomacia midiática
<i>Ator conflituoso</i>	<i>Provoca conflitos</i>	<i>Situações de crise</i>	<i>Conflitos midiáticos</i>

Tabela 1 - Taxonomia dos tipos de atores, atividades, contexto e conceitos da mídia. Baseada em Gilboa (2002, p. 733).

¹⁹ O primeiro estudioso a considerar o papel da mídia como um ator relevante no processo de tomada de decisão em política externa foi Bernard Cohen em sua obra: **The press and the foreign policy**. Cohen tentou responder à seguinte pergunta em seu trabalho: “What are the consequences for the foreign policy-making environment, of the way that the press defines and performs its job, and the way that its output is assimilated by the participants in the process?” (1969, p.4).

O papel da mídia como **controladora** sugere que a comunicação global substituiu os tomadores de decisão quanto às questões relacionadas à intervenção militar. Esse papel é baseado na teoria do efeito CNN (*CNN Effect*) a qual sugere que os meios de comunicação, principalmente a televisão, se tornaram atores dominantes na formulação de políticas relacionadas à defesa e às crises humanitárias. A Guerra do Golfo em 1991, a intervenção na Somália (1994), no Kosovo (1999) e em Ruanda (1994), seriam os exemplos que demonstram a influência das imagens televisivas nas opções políticas.

Como um ator **constrangedor**, a mídia é vista como mais um elemento que influencia no processo de tomada de decisão e cuja função primordial é constranger o líder político a tomar decisões e agir em um curto-prazo. Para realizar essa tarefa, os tomadores de decisão se utilizam dos canais de comunicação ao invés dos canais diplomáticos. Isso ocorre devido à alta velocidade com que a mídia veicula informações em escala mundial. O autor cita como exemplo o fato de que durante a Guerra do Golfo, em 1991, o presidente Bush passou informações aos membros da coalizão contra o Iraque por meio da CNN e não por canais diplomáticos.

O terceiro papel considerado é a mídia como **interventora** nas mediações internacionais. Essa categoria considera que, muitas vezes, os repórteres agem como intermediadores diretos ou indiretos nos conflitos e podem servir como catalisadores dos acordos e resoluções. Por exemplo, o programa da rede de televisão norte-americana ABC, *Nightline*, cujo apresentador atua como mediador ao trazer para o palco representantes de países que estiveram em situações de conflito. No palco do programa já estiveram palestinos e israelenses, brancos e negros da África do Sul, Tutsis e Hutus de Ruanda, etc.

E por fim, o quarto papel é a mídia como um ator **instrumental** utilizado por governos e diplomatas como uma ferramenta para mobilizar suporte e lograr acordos. Parte-se do pressuposto de que ao criarem um ambiente de evento, a utilização dos meios de comunicação pode auxiliar nas negociações. A mídia como um ator instrumental também está direcionado à conquista da opinião pública da sociedade internacional pelos governos. Os exemplos citados por Gilboa são: o acordo de Camp David, em 1978, a visita de Sadat a Jerusalém em 1977, a Conferência de Paz de Madri em 1991, todos transmitidos como grandes eventos internacionais.

Apesar de não ter sido considerado pelo autor, é válido também destacar o papel da mídia como um ator **conflituoso** no cenário internacional. Dois exemplos recentes corroboram essa classificação. O primeiro versa sobre a repercussão de uma matéria

especulativa, publicada pela revista norte-americana *Newsweek*, acerca da deturpação do Alcorão por soldados norte-americanos, na base de Guantánamo (Cuba), em maio de 2005. Não obstante fosse baseada em fontes não oficiais, a reportagem gerou protestos e causou mais de quinze mortes em países islâmicos. Na edição de 23 de maio, Mark Withtaker, diretor da revista, tentou explicar aos leitores o que havia acontecido:

Did a report in NEWSWEEK set off a wave of deadly anti-American riots in Afghanistan? That's what numerous news accounts suggested last week as angry Afghans took to the streets to protest reports, linked to us, that U.S. interrogators had desecrated the Qumran while interrogating Muslim terror suspects. We were as alarmed as anyone to hear of the violence, which left at least 15 Afghans dead and scores injured. But I think it's important for the public to know exactly what we reported, why, and how subsequent events unfolded (WITHTAKER, 2005).

No segundo exemplo trata-se da divulgação de charges difamatórias do profeta Maomé, publicadas pelo jornal dinamarquês *Morgenavisen Jyllands-Posten* e posteriormente por outros jornais europeus, em 30 de setembro de 2005. Tais caricaturas provocaram indignação e protestos nos países mulçumanos. E as tensões se intensificaram quando o Primeiro Ministro da Dinamarca, Anders Fogh Rasmussen, se recusou a discutir a divulgação das charges com onze embaixadores representantes de países islâmicos e defendeu a liberdade de expressão da imprensa de seu país. Portanto, a possibilidade de a cobertura da mídia gerar situações caóticas pode agregar mais um tipo de classificação para o seu papel nas questões internacionais: a de promover conflitos.

Sob um prisma teórico, observa-se que a literatura existente sobre mídia e Relações Internacionais é bastante limitada e se desenvolve a partir de duas teorias que se chocam: *CNN Effect* e *Manufacturing Consense*.

A primeira, como já explicitada, analisa a capacidade da mídia, com a transmissão diária de discursos e imagens, em influenciar diretamente no processo de tomada de decisão. Ela pode ser definida também como a capacidade que a mídia tem de modificar a agenda política, principalmente em assuntos relacionados às intervenções militares.

Já a segunda teoria é baseada na obra de Herman e Chomsky (1988)²⁰, a qual considera que a mídia não intervém no processo político. Ao contrário, é a mídia que é mobilizada com o intuito de apoiar as políticas governamentais ou as elites. Essa perspectiva de análise é

²⁰ Ver: HERMAN E. S.; CHOMSKY N. **Manufacturing consense**. Pantheon Books, 1998.

baseada na teoria do imperialismo cultural, a qual sugere que existe um pacto entre as elites mundiais com a finalidade de se configurar e manter determinado *status quo*.

É coerente afirmar que a fragilidade dessas duas propostas se encontra no fato de ambas imprimirem à mídia uma atuação extrema. Ou a mídia intervém nas decisões e dita as políticas que devem ou não ser tomadas, ou, por outro lado, ela é utilizada pelos governos como uma ferramenta para que seus objetivos sejam alcançados. Assim, ambas perspectivas buscam apenas posicionar a atuação da mídia em uma escala na qual influência *versus* não-influência são as duas variáveis principais. Sugere-se que existem outros pontos que devem ser considerados nessa linha.

Literaturas mais recentes da Comunicação Internacional demonstram que o processo pelo qual a mídia interage na esfera da política internacional é mais complexo e sua atuação ocorre de maneiras diversificadas.

Um estudo profícuo é a análise feita por Robinson (2000, p.614-641), sobre o impacto da cobertura da mídia na tomada de decisão, especificamente nas intervenções em crises humanitárias. O autor defende que a influência da mídia só ocorre quando: (1) existe uma incerteza política a respeito de determinada intervenção, e (2) a cobertura é enfatizada mostrando sofrimentos humanos. Por outro lado, quando o tomador de decisão possui certeza política em relação à intervenção (ou não intervenção), o papel da mídia não se mostra relevante e, muitas vezes atua complacente com política adotada pelo governo. Para demonstrar essa crítica à teoria do efeito *CNN*, o autor realiza dois estudos de caso: a intervenção norte-americana na Bósnia, em 1995, para proteger Gorazde, (área para os refugiados), na qual a pressão da mídia somada à indeterminação política causaram a intervenção. E o segundo estudo de caso aborda a intervenção, também norte-americana, em Kosovo, em 1999, e a decisão da administração Bill Clinton em não enviar tropas e força aérea para proteger a população albanesa. Nesse caso, o autor argumenta que o governo possuía objetivos claros, e, conseqüentemente, o papel da mídia mostrou-se irrelevante no processo de tomada de decisão.

No bojo dessas perspectivas sobre o papel dos meios de comunicação, considera-se que a compreensão de que existe uma influência mútua entre mídia e política é a mais adequada para se entender a sua atuação em assuntos internacionais. O grau dessa influência pode variar de acordo com o caso analisado e pode ocorrer que em determinados assuntos ora a mídia guia a política, ora a política guia a mídia. E isso pode acontecer em diferentes intensidades e contextos. Portanto, nesse movimento, acredita-se que classificar essa relação como fixa não

contribui para um melhor entendimento da interação entre mídia e política na esfera internacional.

Ainda seguindo essa temática política, a diplomacia pública²¹ é um outro tema que envolve os estudos da Comunicação Internacional e das Relações Internacionais, que evidencia a utilização dos meios de comunicação.

Esse tipo de diplomacia é caracterizado pela tentativa de se promover o interesse de um ator – não necessariamente os Estados – por meio da habilidade de informar e influenciar pessoas em outros países. Ou seja, é o meio pelo qual um ator se comunica com pessoas de outras sociedades.

A diplomacia pública envolve não apenas a mensagem que se deseja passar, mas o modo pelo qual a mensagem foi interpretada pelas sociedades que a receberam. Nas palavras de Sharp (2007): “public diplomacy is the process by which direct relations with people in a country are pursued to advance the interests and extend the values of those being represented” (2007, p.110).

A implementação dessa atividade envolve a utilização de ferramentas de persuasão, o que faz com que alguns autores a relacione ao conceito de *soft power* definido por Nye e já explicado linhas acima. A diplomacia pública pode ser realizada por meio de, entre outras possibilidades, intercâmbios educacionais ou culturais, incentivo à troca de informações e publicações e, principalmente, através dos meios de comunicação.

Nos Estados Unidos, a utilização da diplomacia pública ganhou relevância após os ataques a Washington e Nova York, em 11 de setembro de 2001 e, também, após a decisão norte-americana em atacar o Afeganistão e o Iraque. Sua utilização está associada à crescente onda de sentimentos antiamericanos ao redor do mundo. De acordo com Melissen (2007) a nova diplomacia pública norte-americana vem sendo caracterizada por enfatizar os assuntos relacionados à segurança internacional e às relações com o mundo árabe.

É válido citar alguns exemplos da utilização da mídia nessa atividade. Em 2002, o governo norte-americano lançou duas estações de rádio em árabe – Rádio *Sawa* e Rádio *Farda* – em português significam “em conjunto” e “amanhã”, respectivamente – que objetiva atingir a população jovem do oriente médio e próximo. No início da Guerra do Iraque, em

²¹ Chama-se a atenção para o fato de que o termo “diplomacia pública” nos estudos de Relações Internacionais da academia brasileira é mais comumente utilizado para se definir a influência e participação de atores domésticos no processo de tomada de decisão do Itamaraty. Não foram encontradas referências de estudos que versam sobre a utilização da diplomacia pública pelo Governo brasileiro no sentido de se comunicar com a sociedade de outros países.

abril de 2003, os governos britânico e norte-americano lançaram uma emissora de TV no país invadido batizada de *Nahwa Al Hurrieh* – em direção à liberdade – cujo objetivo seria suscitar nos iraquianos um sentimento de confiança com relação aos militares. Também com esse mesmo objetivo foi criado um jornal impresso para ser distribuído entre a população iraquiana.

No campo da historiografia das Relações Internacionais é possível observar, igualmente, que o papel dos meios de comunicação encontra espaço considerável em suas análises. Na Escola Italiana, o estudo da mídia e, principalmente, da opinião pública são temas presentes no *Centro per gli Studi di Política Stera e Opinione Pubblica* da Universidade de Milão. A Escola Francesa das Relações Internacionais, ao considerar as múltiplas causas da vida internacional, inclui de forma significativa o papel da mídia em suas análises. Argumenta-se que essa presença pode ser considerada até mesmo como uma das forças profundas que movem as relações internacionais²². E, por fim, na Escola Inglesa também se destaca as novas abordagens empreendidas sobre a mídia e a interação com a opinião pública (SARAIVA, 2001, p.28).

Já na academia brasileira de Relações Internacionais o tema da Comunicação Internacional é um assunto ainda pouco pesquisado pelos estudiosos. Observa-se que suas reflexões tiveram início a partir da década de 1990. Em um levantamento de dados feito a partir das informações disponíveis nas bibliotecas do Instituto de Relações Internacionais da PUC – Rio de Janeiro, do Instituto Rio Branco e da Universidade de Brasília foram encontradas apenas treze pesquisas, entre teses e dissertações, desenvolvidas nessa área, sendo o Instituto Rio Branco o órgão que mais se interessa pelo assunto: foram seis os trabalhos apresentados. Nessas pesquisas encontra-se uma rica diversidade de temas: a presença do Brasil na imprensa estrangeira; análise da opinião pública brasileira em assuntos de política externa; diplomacia e meio de comunicação; a mídia como um ator na formulação da política externa brasileira; a imprensa brasileira e a Primeira Guerra Mundial; o conceito de terrorismo na mídia internacional; a informação na nova ordem internacional, etc.

A pergunta sobre o quão global é o alcance das mídias, é outro ponto relevante dos assuntos tratados pela Comunicação Internacional. Apesar de o termo global ser bastante utilizado em diversos discursos, existe certa dificuldade em definir o que é global com relação à globalização dos meios de comunicação (SREBERNY, 2005; THUSSU, 2006). Esse

²² Ver: CAMARGO, Julia. **O papel da comunicação-informação na Historiografia das Relações Internacionais**: Uma análise da Escola Francesa. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – Anpuh – São Leopoldo, 2007.

problema se deve principalmente à dupla natureza que as mídias de alcance internacional possuem. Por um lado, são agentes locais em seus países de origem e por outro se comportam como atores internacionais nas nações em que são publicadas ou transmitidas.

Com efeito, questionar o quão global uma mídia pode ser, é o mesmo que questionar quão nacionalista ela é. A resposta para essa pergunta pode ser formulada considerando fatores de produção, distribuição e recepção desses meios de comunicação. Para Man-Chan (2005), o internacional em uma mídia está intrinsecamente relacionado às configurações assimétricas entre as diferentes partes do mundo, o que faz com que os meios de comunicação de países periféricos sejam dependentes das grandes corporações da mídia.

Robertson (1992) defende uma visão diferente e argumenta que apesar da grande capacidade de alcance, são poucos os produtos oferecidos pela mídia internacional que apresentam uma alta taxa de consumo entre as populações locais dos países periféricos, exceto pelas elites desses países. Existiria, então, uma tentativa em adaptar os gêneros “midiáticos” internacionais à linguagem, ao estilo e às convenções culturais locais, criando, para o autor, um fenômeno denominado de “glocalização” (fusão entre as palavras local e global), para caracterizar a resultante cultural conseqüente da predominância dos gêneros da mídia ocidental.

No primeiro decênio do século XXI, as discussões acerca da ordem da comunicação global continuam a suscitar debates. Em novembro de 2005, uma nova conferência mundial, realizada na Tunísia, dessa vez organizada pela União Internacional das Telecomunicações – UIT –, percorreu novamente sobre as questões afetas à Comunicação Internacional. Contudo, naquele fórum as reflexões se apresentaram de maneira mais técnica e analítica, quando comparadas com as da NOMIC que, entre 1970 e 1980, versaram em torno dos fenômenos sociais, culturais e políticos da ordem “comunicacional”.

Denominada de *World Summit On The Information Society – WSIS* –, muitos autores (PADOVANI e KAARLE, 2005; PASQUALI, 2005) condenaram a falta de perspectiva histórica no debate e argumentaram que o fato da conferência ter sido organizada sob os auspícios da UIT e não da UNESCO demonstrou a mudança de um foco predominantemente político, para uma análise tecnológica e econômica, uma vez que a grande questão da conferência tratou sobre a governabilidade da internet.

Castells (2003, p.76) garante que a difusão das tecnologias da informação, a partir de 1970, desenvolveu um novo paradigma histórico que cunhou o termo “sociedade da informação” para designar a cultura mundial contemporânea. No século XX, a revolução

tecnológica no campo da informação-comunicação modificou não somente a dimensão do poder nas relações entre os Estados e no processo político. Igualmente modificou as relações sociais e culturais:

Inspirado em Manuel Castells, Mathews indica que há, na sociedade moderna da informação, uma espécie de hipermercado global da cultura, em cujo âmbito identidades e distinções se conformam e, eventualmente, opõem-se. Tanto no contexto nacional como no internacional, a cultura segue três vertentes: a individual, a coletiva e a pública ou estatal. As três vertentes estão mergulhadas em um sistema de circulação de idéias e de produtos chamado mercado. Por intermédio da informação da sociedade – o que inclui os meios de comunicação social clássicos, como a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema -, pode-se constatar que concorrem com os elementos particulares da auto-afirmação os elementos globais que circulam a bordo desses meios e que inspiram adesões ou rejeições (MARTINS, 2007, p.29).

Portanto, ao longo do século XX, observa-se que o desenvolvimento da mídia ganhou relevância nos planos nacional e internacional. O reconhecimento de que esse novo ator chegou à arena internacional requer refletir sobre suas identidades, capacidades e estruturas, bem como a sua interação com os outros atuantes. Caracterizar como essas variáveis da mídia afetam as relações internacionais é a proposta de estudo da Comunicação Internacional. O assunto tratado na próxima seção busca referenciar os alicerces da sociedade da informação, ou seja, as grandes empresas da mídia.

2.2.

As corporações da mídia como atores globais

Na sociedade da informação, os oligopólios constituem o eixo preponderante das corporações de mídia e entretenimento. A partir da década de 1990, observa-se a tendência econômica da desregularização e liberalização dos setores da comunicação internacional. Essa prática funcionou como um catalisador para a extensão de novas mídias no cenário internacional – principalmente dos canais de televisão – e foi uma das principais responsáveis pela concentração das empresas em poucas corporações transnacionais²³. Conseqüentemente,

²³ Em 2007 dois novos oligopólios se formaram. A fusão da *Reuters* com a *Thompson Corp.*, que resultou em um dos maiores grupos de informação financeira – superando a *Bloomberg*, empresa de informações do atual prefeito de Nova York, Michael Bloomberg. E a compra das ações da *Dow Jones*, responsável por publicar um dos mais conhecidos jornais financeiros, o *The Wall Street Journal*, pelo grupo *News Corporation* do magnata da mídia, Rupert Murdoch, que possui empresas como: Sky, Fox News, Telecine, MySpace.com.

as indústrias da mídia passaram a participar de diversas áreas do mercado e, por isso, tornou-se difícil distingui-las em atuações específicas.

Apesar de ter beneficiado principalmente as corporações já atuantes, com a abertura do campo da comunicação, as mídias de países periféricos como Brasil, Índia, China e Catar ganharam espaço nessa área. Entretanto, a crescente participação internacional dos meios de comunicação desses países ainda não conseguiu modificar a estrutura da comunicação internacional, que continua sendo representada por uma concentração em poucos atores. A principal preocupação acerca da formação desses oligopólios é o risco que oferecem à oferta de discursos plurais (THUSSU, 2006, p. 98 -109).

Entre as grandes corporações do setor midiático atual, consideram-se: as companhias de entretenimento e informação – *Time Warner, Disney, News Corporation, Bertelsman, Viacom, Sony*, etc; as empresas de *marketing* – *Omnicon Group, WPP Group, Interpublic Group*; as estações de rádio internacionais – *BBC World Service, Voice of America, Radio France International*, etc; os jornais impressos de referência mundial – *Wall Street Journal, The economist, Financial Time*, etc; os canais de notícia internacionais – *BBC, CNN, Reuters TV, APTN*, etc; e as agências internacionais de notícia – *Associated Press, Reuters, Agence France Presse*, etc. Nessa subseção, ofereceu-se uma maior atenção a esses três últimos atores porque eles se relacionam diretamente com o tema pesquisado.

O surgimento das indústrias da mídia situa-se na segunda metade do século XV, quando as técnicas de impressão, originalmente desenvolvidas pelo inventor alemão, Johannes Gutenberg, se espalharam pelos centros urbanos da Europa. O advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólico que escaparam ao controle do Estado e da Igreja.

No século XVI, surgiram as primeiras publicações de periódicos de notícias e informações. Entretanto, a origem dos jornais modernos está localizada nas primeiras duas décadas do século XVIII. Esses veículos se preocupavam principalmente com as notícias do estrangeiro, isto é, que aconteciam distante de onde o jornal era publicado e suas matérias eram lidas. Por isso, Natali (2004, p.22) assevera que o jornalismo impresso nasceu internacional. É importante compreender, no entanto, que durante o século XVII, o alcance geográfico das notícias publicadas por esses jornais permaneceu bastante limitado, pois, raramente eles traziam informações que aconteciam fora das fronteiras européias (THOMPSON, 2002, p.36).

Atualmente jornais e revistas americanos e britânicos são os meios de comunicação impressos que lideram o ranking das publicações no plano internacional. Alguns exemplos podem ser citados. O jornal *International Herald Tribune* – cujo direito de publicação pertence ao *New York Times* – é distribuído para 180 países. A revista britânica *The Economist* possui mais leitores e vende mais cópias fora do Reino Unido do que dentro do próprio país. O semanal norte-americano *Newsweek* é distribuído para 190 países em todas as regiões do globo (THUSSU, 2006).

Os canais de notícias, igualmente, apontam a tradição anglo-americana no mercado da comunicação. Atualmente, os dois maiores canais jornalísticos mundiais são a *CNN* e a *BBC*, ambos oferecem aos telespectadores cobertura 24 horas dos fatos que acontecem pelo mundo. Também conhecidos internacionalmente estão alguns noticiários norte-americanos que são transmitidos nas mais tradicionais redes de TV daquele país, como: *NBC* (*National Broadcasting Corporation*), *ABC* (*American Broadcasting Corporation*), *CBS* (*Columbia Broadcasting System*) e a *Fox News*. Recentemente, existe uma tendência cada vez mais crescente de se usar esses canais de notícias como fontes para a produção das matérias dos jornais impressos. Esse fato ocorreu na cobertura da guerra do Iraque pela imprensa brasileira, como será visto mais adiante.

Fora do eixo dominante acima relatado, observa-se o advento de canais de notícia vindos de países que não costumavam participar do mercado global da comunicação. Destaca-se que todos eles são baseados nos mesmos padrões de produção da *CNN* ou *BCC*. Alguns exemplos são: *CCTV*, da China; *Globo News*, do Brasil; *Índia Star News*, da Índia; e *Al Jazeera*, do Catar. De acordo com Thussu (2006) os seus surgimentos se devem principalmente à desregularização dos mercados da comunicação internacional.

Dentro desse nicho que são os canais de notícia 24 horas, encontra-se um outro tipo de empresa de comunicação que são as agências televisivas de notícia. São elas que fornecem para os noticiários grande parte do material áudio-visual que vemos diariamente nas notícias internacionais. As duas maiores empresas desses ramos são a britânica *Reuters* e a norte-americana *APTV – Agency Press Television News*. No meio midiático, elas são conhecidas como “gigantes invisíveis” devido ao fato de a maioria dos programas televisivos não informarem aos telespectadores quem são os responsáveis pelas imagens transmitidas.

Pode-se dizer que o modo pelo qual essas agências decidem o que deve ou não ser capturado por suas câmeras obedece à uma dinâmica de produção bastante excludente. Nigel Baker, diretor da *APNT*, defende a idéia de que é errôneo cobrar um comportamento ético

dessas empresas, baseado na diversidade de informações e imagens, uma vez que essa mercadoria da mídia visa a favorecer os seus clientes, que são bastante específicos:

Beyond doubt, TV news agencies are businesses, which exist to serve the needs of their customers. To this extent, the agencies will tend to favour covering stories which reflect the needs and interests of their main subscribers. The countries that represent the biggest agency markets are the United States, Germany and Japan. The classic example of how this may determine coverage is if six tourists from any of those nations were, for example, taken hostage in the Philippines, the agencies would be highly pro-active in obtaining coverage of the story. The same is unlikely to be the case if the hostage were from Uruguay, Tajikistan or Nepal, as those countries do not represent significant markets (BAKER, 2004, p. 64).

Entre as discussões acerca dos diversos produtores de informação, o debate sobre as agências internacionais – as quais oferecem material, principalmente, para a mídia impressa – é o mais antigo e o que mais gera polêmica. Ele remonta à década de 1970, com as discussões promovidas pela NOMIC. Como já explicado, naquela conjuntura alegava-se que os países do chamado terceiro mundo recebiam muito mais informações dos países do primeiro do que vice-versa. Ao se integrar aos canais de notícias locais, essa dinâmica de produção das agências internacionais configurava uma estrutura que Paterson e Sreberny (2004, p.7-8) caracterizaram como: “a media map that is ethnocentric and narrow”.

Seguindo um contexto histórico, foi no século XIX que ocorreu o desenvolvimento mais importante para a indústria dos jornais: o advento das primeiras agências internacionais de notícia, que modificou de forma qualitativa e quantitativa a disseminação das informações nos planos nacional e internacional. Pioneiro nesses estudos, Boyd-Barrett argumenta que devido ao fato de coletarem e distribuírem matérias para jornais e revistas do mundo, as agências internacionais de notícia atuam como *agenda setting*²⁴ do cenário internacional. Além disso, elas contribuem para a manutenção da esfera pública e representam um dos principais agentes da globalização:

²⁴O termo *agenda setting* é utilizado para explicar como a realidade social é representada, vivida e discutida a partir das informações disponibilizadas pelos meios de comunicação. É um tipo de efeito social da mídia que envolve os processos de seleção, disposição e incidência sobre determinados temas que, uma vez, publicados participam do cotidiano das sociedades. Esse estudo foi proposto originalmente por Lippmann em seu livro **Public Opinion** (1922) e foi mais bem desenvolvido, na década de 1970, por Maxwell McCombs e Donald Shaw que aplicaram a hipótese do “agendamento” em períodos de campanha eleitorais nos Estados Unidos. A reflexão desses dois autores foi publicada no artigo: **The agenda setting function of mass media**, em 1972.

News agencies deserve scholarly attention not simply because they are agents of construction of what we have come to understand as the domains of the “national” and of the “international” – now somewhat limited concepts – but more practically, because these are grounds for considering that what agencies do and how they do it are important for the survival of a “public sphere of democratic dialogue, and also for global as well as for national and regional security (BOYD-BARRET; RANTANEN, 2004, p.42).

A primeira agência internacional de notícias, *French Havas Agency*, foi criada em 1835 por Charles Havas. Catorze anos depois, Bernard Wolff concebeu a agência alemã *Wolff*, em Berlim. E em 1851, em Londres, Paul Julius Reuter fundou a *Reuters*. À época, essas agências possuíam uma forte relação com os seus respectivos governos, uma vez que recebiam subsídios para manter os seus escritórios. De acordo com Boyd-Barret (1980, p.23), as grandes agências européias sustentavam-se com o capital imperialista e suas expansões fora da Europa estavam intrinsecamente associadas ao colonialismo territorial do século XIX. Em 1870, as três assinaram um tratado que ficou conhecido como *Ring Combination*, por meio do qual elas definiram geograficamente as suas influências comerciais, e assim, controlaram a distribuição de notícias por todo o mundo.

Após a Primeira Guerra Mundial e o conseqüente enfraquecimento dos impérios europeus, esse tríplice cartel foi quebrado pelo surgimento de duas agências norte-americanas: *Associated Press (AP)*, e *United Press International (UPI)*. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a agência alemã *Wolff* perdeu sua posição no domínio internacional e a *Havas* foi substituída pela agência *France Presse*.

A partir desse contexto, atualmente três grandes empresas controlam o mercado internacional de notícias: *Reuters*, *Associated Press (AP)*, *Agence France Presse (AFP)*. De acordo com estudo da UNESCO essas agências de notícia representam 80% da fonte de informações que abastece a opinião pública mundial (THUSSU, 2006, p.132). A tabela abaixo explicita alguns dados relevantes dessas agências:

	Associated Press (USA)	Reuters (Britain)	Agence France- Presse (France)
Worldwide bureaux	242	196	140
Countries covered	121	130	165
Languages used	5	19	6
Journalists employed	3700	2300	2000
News output (words per day)	20 million	8 million	4-6 million

Tabela 2 – As três maiores agências internacionais do mundo.
Fonte: THUSSU, Daya Kishan, 2006, p. 130.

Em 1985, a UNESCO patrocinou o primeiro estudo comparativo dos fluxos de notícia no cenário internacional. A pesquisa investigou como a imprensa de vinte e nove países representava a imagem das nações em suas matérias. Chamado de *Foreign news in the media: International reporting in 29 countries*²⁵, o documento identificou que as notícias internacionais abordavam os mesmos assuntos, independentemente da região analisada, o que causava uma homogeneização das notícias sobre os acontecimentos internacionais. A conclusão do trabalho fazia um alerta sobre a necessidade de novas mídias atuarem no cenário internacional, não somente para que visões diferentes fossem relatadas, mas para que outros fatos fossem documentados.

Apesar do incontestável domínio dessas agências, existem outras importantes empresas de notícia no mercado internacional. Porém, vale ressaltar, não possuem o mesmo alcance geográfico daquelas três. De acordo com Thussu (2006) suas influências estão concentradas em regiões específicas. Destaca-se alguns exemplos ilustrativos. A *United Press International – UPI* – era considerada, durante a década de 1980, como uma das “quatro grandes”. Hoje em dia, sua influência internacional encontra-se em declínio. Na Europa Oriental, destaca-se a alemã *Deutsche Presse-Argentur – DPA*–, que possui assinantes em mais de noventa países. Com grande influência na América Latina encontra-se a espanhola *EFE*. A agência internacional chinesa, Xinhua, fundada em 1931, vem se firmando pelo seu crescimento no mercado internacional. A TASS, agência internacional de notícia oficial da ex-União Soviética, possuía significativo poder durante a Guerra Fria. Em 1992, passou a se chamar ITAR–TASS e sua presença agora se limita às ex-repúblicas soviéticas.

²⁵ Documento disponível no site: www.unesdoc.unesco.org/images/0006/000652/065257eo.pdf

Ainda nesse tema, é igualmente indispensável referenciar as agências internacionais de notícias que se inserem na classificação das organizações sociais e cujo objetivo principal é relatar os assuntos que envolvem os países em desenvolvimento. Estabelecida em 1967, *Gemini News Service* era uma agência sem fins lucrativos, cujo objetivo declarado era promover a “descolonização” das notícias internacionais. Por falta de recursos, seus serviços cessaram em 2001. A *Inter Press Service*²⁶ – *IPS* – é uma das únicas agências alternativas que continua em operação. Autodenominada como uma sociedade civil com o lema “uma outra comunicação é possível”, a agência focaliza seus esforços, principalmente, na cobertura das mazelas e necessidades dos países mais pobres.

Mesmo não conseguindo impor essa agenda social no mercado da mídia, a atuação das organizações sociais – cujo trabalho é idôneo – apresenta-se como elemento crucial para a promoção dos valores democráticos. Em um cenário em que as informações estão, cada vez mais, associadas aos interesses políticos e econômicos, as agências de notícia com esse viés fazem um contraponto ao tentar incluir vozes e enquadramentos diferentes na estrutura da comunicação internacional.

Com relação à essa estrutura e à atuação das corporações da mídia, não existe consenso entre os autores a respeito das conseqüências de suas atividades, o que torna necessário expor o debate nesta seção.

Para alguns (BOYD-BARRETT e RANTANEN, 2004; WU, 2004; PATERSON e SREBERNY, 2004; THUSSU, 2006) existem razões bastantes para temer a dominação global das empresas de notícias. Para outros, como por exemplo, Giddens (2005, p.73), há um exagero com relação ao poder dessas corporações e sua influência política. E, defendendo posições mais radicais, Habermas propõe que os veículos de informação de comprovada “seriedade” deveriam receber subsídios do Estado para não serem sucumbidos pelas grandes corporações da comunicação.

Thussu (2006, p.146) corrobora que as corporações do setor da mídia utilizam seu poder para influenciar na tomada de decisão dos governos. As autoridades políticas – como, por exemplo, o ex - primeiro ministro italiano e magnata do setor das comunicações, Silvio

²⁶ Ver: www.ipsnews.net

Berlusconi²⁷ – utilizam a mídia para adquirir poder político. Enquanto na Guerra Fria a mídia era utilizada como instrumento propagandístico pelos governos, atualmente, ela se tornou uma ferramenta das corporações e de seus patrocinadores no governo: “it has been argued that in western-democracies a symbiotic relationship exists between the media and governments”.

Por outro lado, Giddens (2005) argumenta que apesar de influenciarem nas organizações políticas, as corporações da mídia não exercem o controle do poder político e, portanto, não se sobrepõem ao Estado. Para o sociólogo, seria um exagero configurar a essas empresas um poder tão grande. O papel da sociedade civil global serviria como um agente limitador do poder dessas corporações: “just to reduce these things to some kind of a corporate plot or some kind of traditional form of capitalism or imperialism do not make any sense, really”.

Já a posição de Habermas (2007) sustenta-se na observação de que os jornais contemporâneos e o público atual demonstram menos interesses por temas institucionais e uma maior curiosidade por *infotainment* (fusão, em inglês, das palavras *information* e *entertainment*, informação e entretenimento). O filósofo defende a idéia de que a imprensa, por ser responsável pela formação da esfera pública, não pode correr os riscos de sucumbir às grandes corporações e, por isso, deveria ser financiada pelo Estado que: “não comete nenhuma “falha sistêmica” quando intervém em casos específicos para tentar preservar esse bem público que é a imprensa de qualidade”.

Entre os diferentes posicionamentos e argumentações oferecidos pelos autores acerca da estrutura da comunicação internacional, nessa pesquisa, defende-se que é fundamental analisar essa problemática por meio de uma perspectiva histórica, uma vez que se trata de uma discussão relativamente recente.

Não obstante haja uma incipiente propagação de diversas novas mídias, o domínio ocidental – liderado principalmente pelos Estados Unidos, posteriormente à II Guerra Mundial – predomina nas redes de informação e entretenimento mundial. São ocidentais os maiores atores globais no setor da mídia: publicação de livros, agências internacionais de notícias, jornais internacionais, revistas, estações de rádio, canais de televisão, propagandas e filmes. Portanto, é inegável que a existência da concentração dos conglomerados midiáticos

²⁷ A família de Sílvio Berlusconi é proprietária do maior conglomerado da mídia na Itália: três canais de televisão, dois jornais, uma editora, uma agência de publicidade entre outros negócios ligados à internet. Na última eleição italiana, em 2006, Berlusconi foi acusado por organizações que defendem a liberdade de expressão por utilizar excessivamente seus meios de comunicação para sua propaganda eleitoral.

traz conseqüências na forma como são apresentadas as informações sobre o mundo em que vivemos.

Dessa forma, observa-se que a crescente tendência na concentração de empresas de notícias e entretenimento traz como conseqüência o risco da difusão de discursos limitados geograficamente e monofônicos em um aspecto cultural acerca da realidade internacional: “a concentração do mercado de imagens em poucas empresas provoca a produção e a difusão de notícias homogeneizadas no plano global, desprovidas de diferenciais nacionais ou de pluralidades de enfoques” (NATALI, 2004, p.48). Analisar o lugar da mídia brasileira, especificamente da imprensa, nessa conjuntura é o assunto tratado na última seção desse capítulo.

2.3.

A mídia brasileira no contexto da Comunicação Internacional

A compreensão de como a mídia brasileira atua na estrutura da Comunicação Internacional contemporânea é intrínseca ao entendimento do caminho que proporcionou a conjuntura de desigualdade entre os países no que se refere ao domínio da comunicação-informação no decorrer do século XX.

De acordo com Thompson (2002, p.137-138) a globalização da comunicação está relacionada a três desenvolvimentos-chave que ocorreram entre o final do século XIX e o início do XX: o desenvolvimento dos sistemas de cabos submarinos pelas potências imperiais Européias, na segunda metade do século XIX; o surgimento das agências internacionais de notícias; a formação das Agências Internacionais interessadas nas distribuições do espectro eletromagnético, como por exemplo, a União Internacional das Telecomunicações – UIT.

Devido ao controle das redes de telégrafo mundiais, a Inglaterra dominou o setor da comunicação internacional durante todo o século XIX e a primeira metade do XX. Após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como potência no campo da comunicação. Com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética, os meios de comunicação norte-americanos surgiram como os principais *agenda-setting* do cenário internacional.

Ao analisar as variáveis tecnológicas, Boyd-Barrrett (2006, p.23) defende que os estudos que abordam o imperialismo da mídia são os mais apropriados para se entender a

dinâmica da comunicação internacional e a preponderância norte-americana nesse campo. O autor garante que, desde os últimos vinte e cinco anos, os Estados Unidos dominam todos os setores de produção tecnológica relacionados aos serviços de comunicação e que existe uma grande possibilidade de essa situação não sofrer mudanças consideráveis nas próximas décadas.

Mas, igualmente no limiar do século XXI, observa-se o alvorecer de novos atores no cenário da Comunicação Internacional. Thussu (2006, p.180) argumenta que nos últimos dez anos a disponibilidade das tecnologias digitais, o barateamento das redes de satélite e a desregularização sofrida pelo setor das comunicações proporcionaram a proliferação de novas mídias regionais.

Outra razão para o surgimento desses canais transnacionais é o crescente movimento migratório das populações. Considerando que a maior parte dos países é formada por sociedades multiculturais, as empresas de comunicação transnacionais encontram notória audiência dos imigrantes em países diversos de sua sede.

Como resultado, esses fatores permitiram um maior envolvimento dos meios de comunicação dos países periféricos que até então só participavam como consumidores da comunicação internacional. Conseqüentemente, não é mais possível falar em uma ordem “comunicacional” de um único sentido.

Para explicar o paradoxo entre a preponderância de algumas mídias e o alvorecer de outras, o autor (2006) define esse movimento como “fluxos e contra-fluxos” da comunicação internacional. Alguns exemplos são: o advento da rede árabe de televisão Al Jazeera; o canal televisivo chinês Phoenix; as exportações de telenovelas latino-americanas; a indústria cinematográfica indiana – conhecida também como Bollywood.

No entanto, nesse presente momento de fluxos e contra-fluxos, defende-se que apesar das mídias provenientes de locais periféricos da comunicação internacional estarem alcançando cada vez mais visibilidade, ainda não é possível equiparar os meios já estabelecidos com os emergentes. Considera-se o fato de que, por serem atores principiantes no cenário internacional, essas mídias ainda não exercem influência global equivalente a dos grandes conglomerados da informação internacional. Suas transmissões funcionam como reações culturais em planos locais, onde aí podem equiparar-se com as das grandes empresas, como é o caso da Al Jazeera, no Oriente Médio e Bollywood na Índia. Essa proposição pode ser comprovada tomando como exemplo a mídia brasileira. Matérias diretamente assinadas pela Al Jazeera e pela chinesa Xinhua inexistem nos meios de comunicação nacionais.

Portanto, se é possível falar de uma ordem da comunicação de sentido duplo, é razoável considerar que o fluxo de uma das vias é imensuravelmente superior ao da outra. Considerando as agências internacionais de notícia e as grandes imprensas, é possível afirmar que, no atual momento da comunicação internacional, observa-se um cenário de mais continuidades do que de transformações.

Um segundo estudo, realizado em 1995, com propósitos semelhantes à pesquisa desenvolvida pela UNESCO em 1985²⁸, mostrou que as empresas de comunicação provenientes dos Estados Unidos e da Inglaterra continuam sendo os maiores produtores de *headlines* do mundo. Durante o período de duas semanas, o estudo analisou a imprensa de quarenta e quatro países de todos os continentes do globo e chegou à seguinte conclusão: os Estados Unidos são o país mais representado nos meios de comunicação dessas nações. E em segundo lugar, as imprensas oferecem considerável atenção à região geográfica em que seus Estados estão localizados quando comparada às partes mais remotas do mundo. No caso da imprensa brasileira, a atenção oferecida aos Estados Unidos na cobertura internacional ficou em primeiro lugar e em seguida vieram as notícias sobre a Argentina (WU, 2004, p.94).

Não existem dúvidas de que a localização da mídia brasileira nesse cenário da comunicação internacional é a de um país periférico, que não dita pautas para os principais assuntos globais e que depende muito de outras mídias para a formulação de suas notícias sobre os acontecimentos internacionais. Na imprensa, essa característica está presente desde os primórdios das publicações sobre os assuntos internacionais no País.

A história do jornalismo internacional publicado no Brasil possui como data fundamental o dia 22 de junho de 1874, quando um telégrafo ligando o Brasil à Europa foi instalado, no reinado de Dom Pedro II. Em 1877, a agência Reuter-Havas (empresa que reunia as atuais Reuters e France Presse) inaugurou uma sucursal no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o Jornal do Comércio publicava, simultaneamente com os jornais europeus, as duas primeiras notícias internacionais no Brasil: a primeira informava que nos estaleiros ingleses havia fracassado a tentativa de lançar ao mar uma fragata encomendada pela Marinha brasileira. E a segunda informava a morte de um ex-embaixador britânico no Brasil (NATALI, 2004, p.40-41).

No início do século XX, o jornalismo brasileiro passou por reformas estruturais. Na parte internacional, uma das principais mudanças se referiu à substituição das fontes diplomáticas brasileiras no exterior pelas agências internacionais de notícias na produção de

²⁸ Cf. cap. 2, p.53.

matérias sobre os fatos ocorridos fora do Brasil. À época, as principais agências de notícias que prestavam serviços em território nacional eram a Havas e a agência Americana. Os serviços da *United Press* só chegaram ao país em 1920 (GARAMBONE, 2003, p.41-42).

A primeira obra brasileira a versar sobre a influência das agências internacionais foi escrita por Nóbrega da Cunha, em 1943: “A imprensa americana e seus reflexos no Brasil”. Fundador do Diário de Notícias e repórter experiente da *Associated Press*, o jornalista denunciou que a dependência da imprensa brasileira das notícias norte-americanas se devia ao fato de o Brasil não possuir serviços telegráficos eficientes, tornando-se, assim, dependente dos serviços de informação norte-americanos.

Werneck Sodré, em sua obra sobre a história da imprensa no Brasil²⁹, faz uma veemente argumentação contra a presença das agências internacionais de notícia nos periódicos brasileiros. Para resolver essa questão, o autor propõe a criação de uma agência nacional com subsídios Estatais com a finalidade de distribuir as notícias internacionais: “Qualquer leitor, ainda o mais desatento, verifica que o noticiário estrangeiro é o mesmo em todos os nossos jornais, cabendo a cada um apenas o maior ou menor aproveitamento do material informativo que recebem das agências estrangeiras [...]” (SODRÉ, 1966, p.477).

Um fato interessante é a constatação de que a presença dessas agências nos periódicos nacionais foi motivo de polêmica na história da vida política brasileira. Em 1963, em meio à crise da imprensa causada pelo alto custo do papel importado, o então Senador José Ermírio Moraes, em entrevista coletiva, apresentou um projeto no qual clamava pela desnacionalização da imprensa nacional e apontava a periculosidade do domínio das agências internacionais de notícia:

Com as novas linhas que certamente adotarão as empresas, possivelmente terá melhor acolhida, nos órgãos de imprensa, o noticiário nacional muitas vezes relegado a plano secundário por jornais que dedicam as suas primeiras páginas exclusivamente ao material fornecido pelas agências estrangeiras. Na verdade, há jornais no Brasil, cuja primeira página é inteiramente desnacionalizada, mais parecendo um órgão da ONU (MORAIS, 1963 apud SODRÉ, 1966, p. 476).

Na academia brasileira, esforços conjuntos para entender a construção da notícia internacional na imprensa brasileira promoveram, em 1999, um seminário com o intuito de avaliar as condições de produção das notícias, seus conteúdos e qualidades, bem como sua relação com o pensamento brasileiro em matéria internacional. O evento reuniu acadêmicos, diplomatas e jornalistas. Entre os temas discutidos estava a retração financeira dos jornais

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Civilização Brasileira, 1966.

brasileiros cujo impacto se dá na quase extinção de correspondentes no exterior. A consequência seria, então, uma contenção para a formação de um ângulo nacional na abordagem da notícia internacional e uma dependência maior das agências estrangeiras. Esse fato, de acordo com os debatedores, também ajuda a explicar a desproporcionalidade de notícias publicadas pelos grandes jornais estrangeiros quando comparadas com o pequeno número de matérias oferecidas pela imprensa nacional (SARAIVA, 2000, p.186-188).

Sérgio Dávila, um dos jornalistas brasileiros a cobrir o conflito no Iraque *in locus*, em entrevista feita, em 2004, igualmente compartilha das reflexões explicitadas no seminário acadêmico sobre a construção da notícia internacional nos jornais do País. Segundo o jornalista, a dependência da imprensa nacional da mídia internacional é latente e os meios de comunicação brasileiros preferem utilizar como fonte as empresas de informações norte-americanas. O principal motivo dessa relação se encontraria na crise financeira das empresas de comunicação brasileiras:

As principais agências internacionais, que abastecem os principais diários brasileiros, são ou norte-americanas (caso da Associated Press, que está em 99% dos nossos jornais) ou baseadas em Nova Iorque (caso da Reuters, *idem, ibidem*). Além disso, os quatro maiores diários brasileiros assinam os serviços noticiosos do "New York Times", do "Washington Post", "Los Angeles Times", "Wall Street Journal", "USA Today", para ficar em apenas alguns. Nossa principal revista semanal de informações é praticamente uma caixa de ressonância das norte-americanas Times e Newsweek no que tange à cobertura internacional, de tendência, comportamento, ciência e saúde. A crise que atinge o jornalismo mundial, aliada à alta do dólar no Brasil e ao particular endividamento das empresas de comunicação brasileiras, fez com que estas tivessem de reduzir sua presença no exterior, cortando cargos de correspondentes e gastos com viagens de enviados especiais. Assim, a visão norte-americana é não só mais acessível quanto mais barata (DÁVILA, 2004, online).

Ressalte-se que a situação das redações da seção internacional no Brasil já teve a sua época de ouro. Comparada com a situação atual, na década de 1970, os grandes jornais brasileiros, por não estarem excessivamente endividados, podiam contar com uma ampla gama de correspondentes no exterior. Há cerca de vinte e cinco anos, o jornal O Estado de S. Paulo tinha uma sucursal em Paris e possuía uma equipe de dez correspondentes permanentes. Os periódicos Folha de S. Paulo e O Globo possuíam equipes equivalentes com sete correspondentes cada um (NATALI, 2004, p.54).

À época da invasão ao Iraque, em 2003, as agências internacionais de notícia e os jornais estrangeiros utilizados pelos diários analisados nessa pesquisa mostram as escolhas por uma ínfima diversidade de fontes. O jornal Folha de S. Paulo publicou suas notícias

internacionais com o apoio das agências *Reuters*, *Associated Press*, *Agence France Presse* e a *EFE*. E com os jornais estrangeiros *Le monde*, os britânicos *Independent* e *Financial Times* e o norte-americano *New York Times*. O Estado de S. Paulo se abasteceu com as agências internacionais *Agence France Presse*, *ANSA*, *Associated Press*, *DPA*, *EFE* e *Reuters*. Entre os jornais estrangeiros estavam: *New York Times*, *Los Angeles Times*, *The Washington Post*, *The Times*, *The Sunday Times*. E O Globo assinou os serviços da *Reuters*, *EFE*, *BBC*, e os serviços dos jornais internacionais *New York Times*, *The Washington Post*, *Daily Telegraph* e do *El País*.

A dependência da mídia internacional pela imprensa brasileira pode ser mais bem compreendida ao se tomar como referência comparativa a produção das notícias internacionais por jornais de outros países, como por exemplo, *New York Times*, *The Times*, *Daily Telegraph*. A seção dedicada aos assuntos internacionais desses jornais raramente apresenta matérias assinadas por agências internacionais de notícias ou artigos traduzidos de outros periódicos.

O jornal norte-americano *New York Times* oferece aos seus leitores notícias internacionais assinadas, em sua maior parte, por seus correspondentes em diversas partes do globo. E, comumente, publica as notícias compradas das agências internacionais como pequenas notas em uma coluna intitulada *World Briefing*.

Na imprensa britânica, as notícias das agências internacionais e os artigos traduzidos de outros periódicos igualmente não são recursos utilizados com frequência. O editor da seção internacional do jornal *Daily Telegraph*, Alain Philps e o editorialista Michael Binyan, do diário *The Times* expressam que a opção pelas matérias produzidas pelos seus respectivos correspondentes se deve a uma questão de desconfiança com relação aos outros meios de comunicação e também por uma questão de privilegiar as versões produzidas pelos próprios empregados dos jornais. Em entrevista feita por Souza (2006), eles explicam o modo de produção das notícias internacionais dos respectivos jornais:

Nós certamente julgamos as agências quase todos os dias por sua confiabilidade. Mas não há regras fáceis para isso. Depois de algum tempo compreendemos que algumas agências são melhores em alguns lugares e outras em outros [...] Nós vemos com muita suspeita um assunto que uma agência só noticia. Nós não usamos as agências sem consultar os nossos correspondentes, se temos um correspondente no país. E sempre preferimos dar a versão de nosso correspondente. Quase nunca utilizamos traduções de outros jornais. Nunca, por exemplo, publicaríamos um artigo de um jornalista do *New York Times*. Não faríamos isso porque não confiamos nele, não precisamos e preferimos que nosso próprio pessoal dê sua versão e interpretação. E porque deveríamos retirar espaço de nossos próprios jornalistas para

dá-lo ao jornalista de um jornal rival? Não Há razão para isso (Michael Binyan apud SOUZA, 2006, p.128).

Se nós temos um correspondente permanente no lugar, nós usamos as agências como dica de assuntos e esperamos que o correspondente faça o trabalho. Se for em algum lugar onde não temos ninguém, nós vamos confiar nas agências. Mas como temos uma ampla rede de correspondentes e colaboradores, não tendemos a publicar um artigo de agência na íntegra, a não ser que seja algo exclusivo. Em geral usamos mais esses materiais como dicas (Alain Philips apud SOUZA, 2006, p. 134).

Por fim, não obstante no contexto histórico da comunicação internacional de domínio *versus* dependência e de continuidades *versus* transformações, a imprensa brasileira esteja localizada na condição de dependência é fundamental esclarecer que essa relação com as grandes agências de notícias e mídias internacionais não implica necessariamente a inexistência de uma reflexão crítica acerca das matérias compradas.

Atualmente, nos cadernos internacionais e, principalmente, nos editoriais, análises críticas de jornalistas e especialistas sobre os assuntos internacionais são comuns na grande imprensa, fato que demonstra uma transformação com o trato das notícias internacionais. Portanto, não se pode afirmar que a construção da notícia internacional na imprensa brasileira se resume, constantemente, a um simplório exercício de “copiar e colar”.

Acontece que em momentos de crise, como conflitos e guerras, a capacidade crítica torna-se um exercício árduo por dois motivos: a alta quantidade de informações disponíveis em um curto espaço de tempo e a possibilidade de existirem matérias mais parciais do que em situações pacíficas – que podem ser chamadas de manipulações ou propagandas de guerra.

Para uma melhor compreensão do papel da mídia como um ator em períodos de crise, o próximo capítulo oferece um panorama da sua atuação em alguns conflitos do cenário internacional e especificamente aborda as diferentes produções jornalísticas na guerra do Iraque.

3. A ATUAÇÃO DA MÍDIA NA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003

Temos visto muita alteração no humor e percepção da mídia. Muitos altos e baixos, às vezes, no mesmo dia. A cobertura maciça da guerra pode ser desorientadora. Felizmente, o povo americano sabe discernir o que vê e ouve. Perguntas sobre o quanto a guerra vai durar são legítimas. Mas há uma diferença entre perguntar isso e questionar, como vem sendo feito, a razão pela qual esta guerra não acabou.

(Donald Rumsfeld, ex-Secretário de Defesa dos EUA, 2003).

One day, like in Afghanistan, those journalists will get bored and go write about Syria or Iran; Iraq will be off your media radar. Out of sight, out of mind. Lucky you, you have that option. I have to live it.

(Salam Pax, de Bagdá, 2003).

“Em uma guerra, a primeira vítima é a verdade”. A frase que já se tornou lugar comum é de autoria do senador norte-americano Hiram Johnson, que em 1917 a utilizou para se referir à cobertura da Primeira Guerra Mundial feita pelos jornais de seu país.

Apesar da impossibilidade de se relatar uma verdade absoluta no jornalismo ou em qualquer outra atividade – afinal as reportagens nada mais são do que construções sociais acerca dos fatos do cotidiano – a utilização da censura, autocensura, manipulação, propaganda e do sentimento patriota ao longo da história da cobertura dos conflitos contribuem para que exista um maior abismo entre aquilo que foi noticiado e o fato.

A conquista dos corações e mentes da sociedade nacional e internacional representa um fator essencial em uma guerra. Sem ela não é possível estabelecer um consenso e sem este os esforços dos beligerantes podem ser minados. Responsáveis pela formação da opinião pública, os meios de comunicação adquirem um valor latente nesse contexto.

As próximas três seções buscam esclarecer o papel da mídia como uma ferramenta relevante nos conflitos internacionais e também oferecem uma breve contextualização sobre o conflito no Iraque e a posição da diplomacia brasileira perante ele. Devido ao fato de a cobertura da invasão fazer parte de um amplo contexto que envolve a atuação da mídia em outros conflitos e guerras do cenário internacional, optou-se, primeiramente, por refletir acerca dessas coberturas. A escolha por uma análise histórica insere-se na necessidade de se compreender a cobertura do conflito no Iraque não como um evento novo, porém, como uma consequência de sucessões de estratégias construídas ao longo das guerras do século XX. Nesse percurso, a contemporaneidade da frase de Johnson é evidente.

3.1. **Mídia e guerra: um olhar histórico**

Analisar a atuação da mídia em conflitos e guerras do cenário internacional significa desvendar uma relação caracterizada por uma tríplice tensão que envolve mídia, opinião pública e Estado. Essa tensão existe em inúmeras situações diárias. Argumenta-se, porém, que, em um cenário conflituoso, ela se torna mais relevante. As oposições entre esses três atores residem nas modificações das características que eles, supostamente, deveriam exercer no jogo político e social. E suas conseqüências advêm de influências mútuas e pressões que caracterizam as deflagrações ao longo da história das coberturas de guerra.

Por um lado, os Estados que se envolvem em uma aventura bélica necessitam construir um consenso nacional e internacional com o intuito de legitimar as suas decisões e tornar válidos os seus motivos. É evidente que, do ponto de vista dos Estados, as guerras em que se envolvem sempre são justas ou necessárias e ocorrem perante ameaça inimiga. Para atingir esse consenso, os Estados precisam conquistar “corações e mentes” da sociedade nacional e internacional. A realização dessa tarefa pode envolver a influência dos meios de comunicação, responsáveis em grande parte pela formação da opinião pública.

A preocupação em construir um consenso social está intimamente relacionada ao regime democrático, no qual a opinião do povo é o fator basilar que os Estados devem considerar para formular as suas tomadas de decisões. Em se tratando de uma guerra, o esforço de argumentação é uma ação com alto grau de complexidade, uma vez que não é fácil convencer uma população a se dispor às perdas e aos sofrimentos humanos inerentes a um conflito bélico:

Embora as autoridades políticas e militares possam justificar suas tentativas de controlar a mídia com base na lógica do campo de batalha (como a necessidade de evitar informações que possam colocar em risco a vida dos soldados), sabem muito bem que há muito mais em jogo. Sabem que imagens e informações mediadas têm o poder de estimular formas de ação responsiva, crítica e dissenso que podem enfraquecer o esforço de guerra (THOMPSON, 2002, p.104).

Caso haja um descompasso entre a opinião da sociedade e as atitudes governamentais, o voto é o instrumento de controle sensível que os cidadãos nacionais possuem para responder de forma positiva ou negativa às conseqüências das políticas formuladas. É interessante assinalar que, em um mundo caracterizado pela interdependência complexa e pela crescente separação entre externo e interno, a opinião pública da sociedade internacional, que, muitas

vezes se envolve com os assuntos de outras nações, não possui um mecanismo patente que permita repudiar ou aprovar as conseqüências advindas de decisões políticas tomadas em âmbito nacional alheio.

Por outro lado, também em um regime democrático encontra-se a imprensa livre cujo papel primordial seria representar os interesses da sociedade, fiscalizar e denunciar governos, defender os direitos e liberdades individuais e, por fim, contribuir para a construção de uma sociedade plural, característica fundamental do regime democrático. É preciso destacar igualmente a outra face da imprensa: sua necessidade de participar do mercado de lucros. Nessa linha de pensamento, a produção das matérias é feita para alcançar um público determinado, que expressa sua concordância ou discordância com a posição editorial de um meio de comunicação, principalmente, por meio da aquisição ou não do produto oferecido.

A grande questão da cobertura de um conflito está na relação entre mídia e governo. Na mesma via em que se depara a pressão governamental com o intuito de controlar as declarações, imagens, opiniões – muitas vezes por meio das versões oficiais – e ressaltar o patriotismo e o sentimento nacionalista, encontram-se também os jornalistas de um país que se situa em conflito. É justamente nessa convergência de interesses e constrangimentos que se constitui uma das particularidades da história das coberturas de guerra: a observância de mídias que se posicionam de maneira parcial e nacionalista. Em outras palavras, cria-se um pacto voluntário ou coercitivo no qual mídia e governo se expressam com a mesma voz.

Quando essa relação ganha forma, a mídia tende a privilegiar e publicar as versões oficiais de um determinado conflito. De acordo com a hipótese proposta por Thussu e Freedman (2003, p.6) essa situação faz com que os meios de comunicação aceitem e reproduzam conceitos e definições criados pelos governos, como por exemplo, terrorismo (*what others do to us*, nas palavras dos autores) e guerra preventiva (*what we do to others*, nas palavras dos autores) com a finalidade de mobilizar um consenso popular com relação às operações militares. E a legitimação desse discurso ocorre em um plano global, uma vez que guerras e conflitos sempre recebem atenção especial dos meios de comunicação em qualquer parte do mundo.

Hallin (1989) foi o primeiro autor da Comunicação Internacional a propor a idéia da “esfera de um consenso”. De acordo com o autor, quando a formulação de um consenso é forte, a mídia tende a seguir a discussão política conforme definida pelos governos, sem questionamentos. Entretanto, quando esse consenso começa a se desgastar a mesma cobertura

pode se tornar bastante crítica, diversa da definição dos governos, o que torna a mídia um ator difícil de ser controlado.

Em estudos que abordam as coberturas de conflitos a partir do século XX – período em que a mídia conquistou espaço relevante nas interações sociais – observa-se a tendência da correlação acima explicada. Nesse contexto, é preciso alertar que não existem generalidades: a cada guerra, novas estratégias são delineadas no setor da informação e, conseqüentemente, causam diferentes reações na opinião pública.

Para se ter uma melhor compreensão das peculiaridades da relação entre mídia e guerra é necessário expor, brevemente, alguns exemplos marcantes: I e II Guerras Mundiais, Guerra do Vietnã, Guerra das Malvinas, Guerra do Golfo, Guerra do Kosovo e Guerra do Afeganistão. Mas antes de abordar esses exemplos é fundamental, primeiramente, referenciar a Guerra da Criméia, no século XIX, que foi o primeiro conflito a receber uma cobertura extensa dos meios de comunicação.

A Guerra da Criméia (1853-1856) envolveu a união entre França e Inglaterra contra a Rússia, que tentava expandir seu território. Na história da cobertura de conflitos ela é considerada como marco inaugural, pois contou com a participação do primeiro correspondente de guerra, o irlandês William Howard Russell, enviado especial do jornal inglês *The Times*. Antes de Russell o que existiam eram cronistas – pessoas que não tinham nenhum vínculo com algum meio de comunicação para relatar um determinado conflito. Os relatos fiéis às cenas de guerra proporcionados por Russell, apesar de não criticarem o governo inglês, imprimiram na opinião pública certa contrariedade, o que fez com que os militares tivessem que repensar as estratégias da guerra. Para Taylor (2003, p.168) essa guerra deve ser considerada um marco na história das coberturas, pois, inaugurou a censura moderna e a convicção de que a informação livre em um conflito poderia prejudicar os objetivos estatais.

Com o advento do século XX, vieram os horrores da guerra total. É importante ressaltar que, no alvorecer da década de 1900, os meios de comunicação de massa já estavam se consolidando como algo significativo da vida social. Os jornais já possuíam circulações diárias; em 1869 os irmãos Lumière apresentavam ao público o cinematógrafo; Guglielmo Marconi, físico italiano, já inventara o telégrafo sem fio, o que proporcionou a criação do rádio. Portanto, no início do século XX essa pequena revolução dos meios de comunicação permitiu seu envolvimento em todas as atividades sociais, incluindo as guerras.

A Primeira Guerra Mundial, de acordo com Taylor (1995, p. 205) sob a perspectiva dos meios de comunicação, pode ser considerada como a guerra das ondas, devido ao fato de o rádio ter sido o meio mais utilizado pelos governos. Foi no contexto da Primeira Grande Guerra que Lasswell (1927, p.14) começou as suas pesquisas sobre a influência das propagandas de guerra: “During the war period it came to be recognized that the mobilisation of men and means was not sufficient; there must be mobilisation of opinion. Power over opinion, as over life and property, passed into official hands”.

Mas foi durante a II Guerra Mundial que a relação entre mídia, governo e opinião pública pôde ser observada de forma mais contundente. A utilização da propaganda pelos participantes atingiu escala nunca antes vista em conflitos. Uma das forças profundas que levaram à dispersão de energia para a guerra total foi a utilização da arma cultural, principalmente do rádio e cinema para a produção de propagandas:

Ainsi la guerre des ondes est acharnée en Europe, et la BBC en sort largement victorieuse, malgré tous les efforts allemands: brouillage des émissions, interdictions de l'écoute, puis de la vente des postes de TSF en France à partir du 31 du mars de 1943 (FRANK; GIRAULT; THOBIE, 1993, p. 53).

Os três autores acima citados explicam que, no conflito, as propagandas eram utilizadas para persuadir em dois níveis: o interno, denominado de “propaganda de guerra”, responsável por manter a moral dos soldados e da população civil de um país; e o externo, chamado de “guerra psicológica”, que procurava influir de forma transnacional para desmoralizar o campo adversário. A II Guerra Mundial ficou conhecida também pela censura imposta pelos governos aos jornais.

A Guerra do Vietnã (1959-1975) foi o primeiro conflito mostrado em tempo real nas telas de televisão. As imagens ao vivo do lançamento de bombas, de soldados e civis feridos, o sofrimento de crianças e refugiados, da contagem dos mortos, despertaram a opinião pública internacional a respeito da legitimidade do conflito e forneceram razões para que ela protestasse contra a guerra. O fato de o governo estadunidense responsabilizar a mídia pela sua derrota, fez da Guerra do Vietnã um divisor de águas na história da cobertura de conflitos. A propaganda de guerra mudou radicalmente e criou-se uma expressão, a “síndrome do Vietnã” para referenciar a possibilidade que um governante teria de não convencer a população devido a uma cobertura oposta dos meios de comunicação: “como resultado, o controle da mídia passou a ser a principal preocupação não só dos Estados Unidos, mas igualmente de outros países” (FONTENELLE, 2004, p.26). Hallin (1989) em seu livro *The*

*Uncensored War*³⁰ apresenta a Guerra do Vietnã como o conflito menos censurado pelos governos do século XX e que é possível comparar a sua liberdade de imprensa à observada durante a Guerra da Criméia, no século XIX.

Ao contrário do que foi observado no Vietnã e, talvez, até mesmo como uma de suas conseqüências, a Guerra das Malvinas, em 1982, foi um dos conflitos mais impermeáveis da história do século XX. O Ministério da Defesa Britânico autorizou a participação de apenas vinte e nove jornalistas (todos britânicos) nas Ilhas. No dia da rendição das tropas argentinas, Margareth Thatcher – então primeira-ministra britânica – determinou o que ficou conhecido como “blecaute”: por nove horas nenhuma matéria deveria ser enviada a Londres, pois a vitória britânica no conflito deveria ser anunciada por ela. Também houve uma forte censura das imagens e reportagens publicadas pelos jornalistas e o resultado foi que as notícias sobre a guerra, não passaram de relatos oficiais autorizados pelo governo e com a visão que este determinava.

Essa mesma preocupação com o controle da mídia pôde ser vista, em 1991, com a Guerra do Golfo. Pode-se dizer que as estratégias programadas pelos militares para essa guerra foram baseadas na tentativa de torná-la séptica para a opinião pública. Com a mídia controlada, a sociedade internacional assistiu ao combate por meio de um ângulo limitado do campo de batalha. Marcada por uma intensa campanha aérea que durou seis semanas e por uma operação em terra com duração de apenas sete dias, o conflito contou com um número limitado de jornalistas e posteriormente à sua deflagração, apenas um repórter, Peter Arnett, que trabalhava na *CNN*, ficou em Bagdá. Nas literaturas sobre a Guerra do Golfo são comuns as referências às imagens televisivas, em tons esverdeados, das bombas “inteligentes” sendo lançadas sobre Bagdá, num cenário que lembra a um jogo de vídeo-game.

De acordo com Castells (2003, p.548), os países democráticos desenvolvidos chegaram a três conclusões sobre as condições necessárias para tornar a guerra mais aceitável para a sociedade. Basicamente, o conflito deve ser instantâneo, escondido da visão pública e não deve envolver civis, justamente como ocorreu na Guerra do Golfo:

A administração profissional de noticiários em uma forma inteligente que entende as necessidades da mídia, enquanto as monitora, pode levar a guerra ao vivo às casas das pessoas com uma percepção limitada e saneada da matança e do sofrimento, tema exaustivamente desenvolvido por Baudrillard. É evidente que a Guerra do Golfo foi o ensaio geral para um novo tipo de guerra (CASTELLS, 2003, p.548).

³⁰ Ver: HALLIN, Daniel. **The uncensored war**. University of California Press, 1989.

Um exemplo desse novo modelo de guerra pôde ser visto na Guerra do Kosovo, em 1999. Virilio (2000) afirma que neste conflito foi instituída a “estratégia da desinformação”, com o objetivo de criar um sentimento de irrealidade que afeta principalmente a capacidade de engajamento da opinião pública internacional. O interessante é que ela não é afetada pela falta de informação, mas sim pela sua abundância que ocorre num espaço de tempo mínimo, tornando impossível assimilar o que está acontecendo no campo de batalha: “desinforma-se o telespectador afogando-o num mar de informações, de dados aparentemente contraditório. Censura-se a verdade dos fatos pela SUPERINFORMAÇÃO, como se pode constatar no caso dos Bálcãs” (VIRILIO, 2000, p. 58, grifo do autor).

A Guerra do Afeganistão, consequência direta dos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono, em 2001, de acordo com Dornelles (2002), igualmente foi uma guerra censurada, porém de uma maneira diferente. Houve por parte da mídia, principalmente norte-americana, a postura de adotar a autocensura e apoiar o governo em suas decisões – conforme será visto, esse comportamento prosseguiu durante a invasão ao Iraque, em 2003. Entrevistas com militares foram proibidas, as matérias de jornalistas no Afeganistão eram revisadas e as imagens de Bin Laden em vídeo não receberam autorização para serem reproduzidas pelos meios de comunicação. Outra característica da invasão ao Afeganistão foi o destaque dado à atuação da rede árabe de TV Al Jazeera. Foi nesse conflito que esse meio de comunicação tornou-se mundialmente famoso por exibir, sem censuras, imagens chocantes do campo de batalha.

O quadro abaixo sintetiza as principais estratégias utilizadas para a mídia explicitada nos exemplos acima mencionados:

Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	*Utilização intensa do rádio pelos governantes
Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	*Utilização do rádio e do cinema como instrumentos de propaganda de guerra
Guerra do Vietnã (1959-1975)	*Jornalistas mostram os horrores da Guerra *A mídia questiona a atuação norte-americana *Divisor de águas na história da cobertura de conflitos
Guerra das Malvinas (1982)	*Controle extremo *Número reduzido de jornalistas britânicos no <i>front</i> *Jornalistas baseavam-se estritamente em fontes militares oficiais
Guerra do Golfo (1991)	*Guerra séptica *Os militares acompanharam de perto a produção das reportagens *Número limitado de jornalistas
Guerra dos Balcãs (1998)	*Semelhante à guerra do Golfo *Utilização das operações psicológicas *Estratégia da superinformação: muitas informações contraditórias
Guerra do Afeganistão (2001)	*Guerra contra o terror *Criação de centros de informação *Surgimento da <i>Al-Jazeera</i> (Guerra da informação)

Quadro 2 - As coberturas jornalísticas em guerras do século XX.

Apesar da obviedade é importante constatar que não são todas as guerras que recebem cobertura massiva e preparada dos grandes meios de comunicação. Muitos autores defendem a hipótese de que, principalmente a partir da década de 1990, somente são, primeiramente, noticiados os conflitos que envolvem algum país potência (THUSSU; FREEDMAN, 2003, p. 3).

Uma das conseqüências dessa tendência vista nos grandes meios de comunicação é que conflitos que ocorrem em inúmeros países não são reportados ou os são de maneira superficial. Caso concorde-se que as coberturas da mídia sejam capazes de influenciar a dinâmica dos conflitos e guerras do cenário internacional, a sua não cobertura também será

capaz de influenciar a tomada de decisões de alguns governos em agir em determinados conflitos ao invés de outros. Diversas vezes, observa-se um sistema no qual somente o problema que é noticiado de maneira incisiva pela mídia recebe a devida atenção internacional.

O recente conflito em Darfur no Sudão Ocidental, que somente recebeu a assistência internacional após a mídia transformar o fato em notícia pode ser um exemplo da não cobertura midiática, da falta de conhecimento da sociedade internacional e, conseqüentemente, da imobilização internacional. A transmissão deste conflito foi essencial para mobilizar a ajuda internacional. Esta dependência dos meios de comunicação para solucionar os problemas internacionais fez com que o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, classificasse este fato como constrangedor. Outros exemplos similares são: a situação em Nagorno-Karabakh, região de população armênia que fica dentro do Azerbaijão e que desde 1991 luta por sua independência, o genocídio em Ruanda, em 1994, que ceifou a vida de quase um milhão de seres humanos, e os conflitos entre civis travados no Congo (ex-Zaire) em 1996.

Durante algum tempo, os crimes cometidos contra civis em Darfur não apareceram nas primeiras páginas dos jornais. Mas há mais de um ano que nelas figuram. O fato de ter sido necessária uma cobertura intensa da mídia mundial para que fossem tomadas medidas é que é uma vergonha, não só para o Sudão mas para o mundo inteiro (ANNAN, 2005, p. A3).

This in turn brings us the thorny question of why politicians respond to crises in some parts of the world, and not in others. One US diplomat, for example, describe to the British journalist Nick Gowing that "Suddan was Somalia without CNN". What he meant by this was that because television cameras had not been focused on the Sudanese, an international outcry had been avoid, and thus the need for intervention on behalf of the international community did not arise. [...]This is felt to explain why ebbs and flows of calls for intervention in Bosnia are connected to TV pictures of bread queues and markets squares being shelled, why the humanitarian effort in Rwanda was mounted, and equally why the crises in East Timor and Nagorno Karabakh were ignored (TAYLOR, 1995, p. 301).

Outra questão que envolve o papel da mídia nas guerras e conflitos diz respeito à utilização da propaganda de guerra. Taylor (1995, p. 9) argumenta que suas técnicas são utilizadas pelos governos desde a Grécia Antiga. Ao longo da História esse tipo específico de persuasão objetivou incentivar as pessoas a agirem de modo violento, porém, em uma esfera minimamente aceitável. A função psicológica da propaganda seria afastar dos seres humanos

sentimentos como medo e ignorância na tentativa de provocar determinado comportamento desejado.

Além do exemplo do ministro da propaganda nazista de Hitler, Joseph Goebbels, cujo trabalho se tornou conhecido por suas tristes práticas de persuasão anti-semitas, o genocídio em Ruanda (1994) explicita de maneira bárbara a utilização da propaganda e dos meios de comunicação como instrumento de incentivo à violência. O evento ficou conhecido como “mídia do ódio” devido às transmissões desumanas feitas pela *Radio Télévision Libre des Mille Colines*, que apoiavam o assassinato da minoria Tutsi, divulgando frases como “matem as baratas”. E as publicações do jornal extremista Hutu, Kangura, que divulgavam listas com os nomes de pessoas que deveriam ser assassinadas.

A crença no potencial da propaganda para suscitar atitudes violentas permite refletir sobre seu papel na construção de comportamentos em direção oposta: a necessidade de sua utilização para apoiar propósitos pacíficos. As críticas à forma com que a mídia contemporânea transmite os assuntos da esfera internacional, principalmente em se tratando de conflitos, tem construído fortes argumentos que sugerem a criação de uma estratégia da informação capaz de auxiliar as forças de paz no âmbito da Organização das Nações Unidas e das Organizações Não-Governamentais. As sugestões incluem a criação de um centro de informações no Departamento de Operações de Paz para transmitir informações corretas e substituir as propagandas com vieses agressivos (SPICECHAIRMAOF, apud TAYLOR, 1997, p. 200).

Logo, a partir da análise por meio de uma perspectiva histórica da cobertura da mídia em alguns conflitos do século XX é possível considerar que a necessidade do Estado em legitimar um consenso entre a opinião pública naquilo que concerne a suas atitudes, perpassa pela tentativa de controle da mídia. Contudo, essa dinâmica não deve ser considerada regular e constante.

Em uma situação de conflito armado, a mídia pode tornar-se parcial e nacionalista; o Estado pode exercer censura sobre os meios; e a opinião pública pode ser negligenciada como ator influente nas tomadas de decisões. Entretanto, como mostra a Guerra do Vietnã³¹, a mídia pode funcionar como cão de guarda da sociedade civil, a opinião pública pode exercer seu

³¹ A guerra da Somália, em 1994, pode representar um outro exemplo que segue a mesma dinâmica da relação entre mídia, Estado e opinião pública apresentada na Guerra do Vietnã. A renomada frase de John Shattuck, à época assistente do Secretário da Defesa dos Estados Unidos, expressa com maestria a situação: *the media got us into Somália and them got us out* (SHATTUCK apud TAYLOR p.174, 1997).

papel como ator doméstico influente nas tomadas de decisões e o governo pode acatar os apelos populares.

Por ser a reflexão sobre o passado essencial à compreensão das relações internacionais contemporâneas, o estudo da mídia no conflito do Iraque (2003), deve ser entendido à luz do encadeamento histórico acima apresentado. Compreender o desempenho da mídia nesse contexto não como um evento ímpar, mas, como um fato que se insere dentro da história da atuação dos meios de comunicação em conflitos internacionais passados é o objetivo das próximas duas seções deste capítulo.

3.2.

A guerra encaixotada: as estratégias para a mídia na invasão ao Iraque

Para se compreender a invasão do Iraque é preciso fazer uma breve exposição sobre os fatos que antecederam o conflito. O ponto de partida é situado com a Guerra do Golfo, em 1990, quando o presidente do Iraque, Saddam Hussein, invadiu o Kuwait. O ato foi condenado pelo Conselho de Segurança da ONU e, em uma tentativa de fazer com que as tropas iraquianas se retirassem do país vizinho, foram implementadas sanções econômicas.

A recusa do Iraque em sair do Kuwait resultou em seu bombardeio – autorizado pela ONU – por Estados Unidos, Grã-Bretanha e França que iniciaram campanhas militares aéreas, dentre as quais a mais conhecida foi a “Tempestade no Deserto”. Quase uma semana depois dos bombardeios aéreos, o governo iraquiano aceitou os termos do cessar-fogo, que incluíam a finalização da produção de armas de destruição em massa e a permissão para que inspetores da ONU pudessem monitorar o país. Entretanto, em 1997, Saddam Hussein proibiu os monitoramentos e novamente o Iraque foi bombardeado com a autorização da ONU.

Com os ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, foi inaugurado o que ficou mundialmente conhecido como “guerra contra o terror”. A principal característica desse tipo de guerra é a utilização da estratégia dos ataques preventivos – atacar antes de ser atacado – que foi utilizado no Afeganistão em 2001, sob a alegação de aquele país estar abrigando células da Al Qaeda no regime dos Talebans.

Em 2002 o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em discurso oficial³² definiu outra característica da “guerra contra o terror”: ela seria travada contra os países denominados de “eixo do mal”, constituídos por Síria, Coréia do Norte, Irã e Iraque. A escolha desses países foi baseada na seguinte assertiva expressa em discurso oficial:

A Coréia do Norte é um regime que, enquanto mata de fome seus cidadãos, arma-se com mísseis e armas de destruição em massa. No Irã, enquanto uns poucos reprimem a esperança de liberdade do povo, o país vai em busca desses armamentos e exporta o terror. Há mais de uma década o regime iraquiano conspira para produzir Antrax e armas nucleares.

Mesmo sem apresentar evidências de que o Iraque tivesse alguma relação direta com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, estes últimos tornaram real a possibilidade de invadir aquele país.

O principal aliado do presidente Bush, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, teve mais dificuldades para que o parlamento inglês aceitasse o apoio à invasão do que o presidente norte-americano teve no congresso de seu país. No início de 2003, foi apresentado um dossiê ao parlamento que acusava o Iraque de comprar urânio enriquecido do Níger com a finalidade de produzir armas de destruição em massa. Entretanto, na mesma época essa hipótese foi confrontada pela declaração do então inspetor de armas químicas da ONU, Hans Blix, acerca da ausência de evidências de que o Iraque tinha condições de produzir esses artefatos. Posteriormente, foi comprovado que o dossiê apresentado por Blair era falso e fora plagiado de uma tese de PhD.

Embora não tenha conseguido o apoio dos membros do Conselho de Segurança, principalmente da França, Rússia e Alemanha, os aliados decidiram pela invasão. O conflito no Iraque iniciou no dia 20 de março de 2003, quando venceu o ultimato dado pelos Estados Unidos e aliados para que Saddam Hussein renunciasse ou “enfrentasse a Guerra”. Já no dia primeiro de maio do mesmo ano, a bordo do porta-aviões *Abraham Lincoln*, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush declarou o final simbólico do conflito, dizendo tratar-se de “uma vitória em uma guerra contra o terror que começou em 11 de setembro de 2001 e continua”.

Após quase cinco anos da deflagração e com o enforcamento de Saddam Hussein, como se sabe, a guerra não acabou. O Iraque se encontra em uma situação caótica e o sofrimento da

³² Documento disponível no site: www.whitehouse.gov/news/release/2002/01/20020129-11.html. Acesso em: 12/11/2006.

população pode ser visto nos jornais: quase todos os dias uma notícia aborda alguma atrocidade ocorrida no país. De acordo com a ONU, após a invasão, entre desabrigados e refugiados estão mais de quatro milhões de iraquianos.

Em janeiro de 2008, um estudo realizado por uma entidade norte-americana sem fins lucrativos denominada *The Center for Public Integrity* divulgou uma análise³³ na qual mostrou que o governo Bush mentiu deliberadamente sobre as suspeitas de que o Iraque produzia ou detinha armas de destruição em massa. A pesquisa reuniu 935 declarações falsas – em pronunciamentos, relatórios, entrevistas e outros meios – divulgadas durante dois anos, a partir de 11 de setembro de 2001. Foi com base nessas declarações que a mídia construiu a sua guerra.

Censura, autocensura, propaganda, excesso de notícias, guerra de informações, *infotainment*, notícias falsas e versões contraditórias são algumas das características que definem as reportagens da deflagração do conflito no Iraque, pelo menos por algumas mídias localizadas nos países participantes do conflito. Muitos autores concordam que durante o período do início da guerra, entre março e maio de 2003, a atuação de grande parte da mídia anglo-americana foi parcial e nacionalista (TAYLOR, 2003; FONTENELLE, 2004; TUMBER e PALMER, 2004).

Por parte da mídia norte-americana a causa dessa atuação está diretamente relacionada ao abalo coletivo sofrido pela população devido aos ataques de 11 de setembro de 2001. Houve uma significativa alteração no padrão jornalístico dos Estados Unidos, que anteriormente aos ataques, se comportava como um “cão de guarda da sociedade civil” e mantinha considerável independência com relação ao governo. Posteriormente aos fatos ocorridos em 11 de setembro de 2001, a mídia norte-americana passou a publicar reportagens acríicas, nacionalistas e sem grandes questionamentos (SILVA, 2005, p. 6). Para Taylor (2003), a mídia norte-americana cedeu o seu apoio voluntariamente, sem a necessidade do uso de meios coercitivos por parte do governo.

Com relação à mídia inglesa, é possível afirmar que sua atuação foi mais independente e questionadora quando comparada à mídia dos Estados Unidos. Na verdade, a principal característica da mídia inglesa foi a sua oscilação entre formular ou não um consenso com o governo britânico. Pesquisa com as reportagens sobre o conflito publicadas nos principais

³³ Documento disponível no site: www.publicintegrity.org/WarCard/Default.aspx?src=home&context=overview&id=945. Acesso em 30/01/2008.

periódicos britânicos realizada por Tumber e Palmer³⁴ demonstra que, no período pré-invasão a mídia negou a formulação de uma esfera de consenso com o governo. Porém, já no período inicial do conflito as reportagens analisadas mostraram uma tendência de apoio junto às decisões governamentais.

Esta configuração dos meios de comunicação ficou evidente quando eles não contestaram as afirmações do presidente norte-americano George W. Bush acerca das armas de destruição em massa produzidas pelo Iraque e a aquisição iraquiana de urânio enriquecido proveniente do Níger, entre outras alegações, que apesar de posteriormente serem reveladas inverídicas, foram suficientes para levar os aliados, sem a autorização da ONU, à invasão.

Na história das coberturas de guerra a do Iraque foi a que contou com a maior quantidade de jornalistas: mais de três mil se encontravam na região no período da deflagração. Entre eles mais de quinhentos estavam junto às tropas, novidade polêmica que gerou a denominação *embedded* (no Brasil, o termo recebeu diversas traduções como: engajados, encaixotados, enquadrados, embutidos ou enlistados) para esses profissionais.

Pode-se afirmar que os governos norte-americano e britânico conduziram uma estratégia de comunicação que teve efeito na maneira como a guerra foi noticiada no cenário internacional. Dois centros militares de comunicação foram instalados para receber os *embedded*: a Unidade Móvel de Transmissão (UMT), também conhecida como Hub, e o Centro de Mídia do Comando Central, localizado em Doha no Catar (FONTENELLE, 2004, p.53).

O trabalho dos jornalistas enquadrados era cobrir a guerra em conjunto a alguma tropa aliada e enviar as matérias para o Hub. Suas vantagens seriam ter acesso a imagens e acontecimentos do campo de batalha, ou seja, registrar a guerra cruamente. Entre as restrições impostas pelos militares às reportagens de guerra estavam: a proibição da publicação das táticas e procedimentos do exército, do número das unidades, das fotos ou imagens de prisioneiros de guerra. Apesar da aparente liberdade de expressão, o convívio diário entre enlistados e soldados criou uma relação mista de confiança, amizade e medo entre as partes, o

³⁴ Ver: TUMBER, Howard; PALMER, Jerry. **Media at war**: the Iraq crisis. Sage, 2004.

que acabou por esvaziar o sentido profissional do jornalista de guerra³⁵.

Na visão de Silva (2004, p.12) como a vida do repórter – cuja função era escrever sobre as atividades militares – dependia dos soldados, não era possível desenvolver um trabalho imparcial: “como o repórter poderia ser crítico nessas condições, mesmo que – na maioria dos casos – não fosse imposta censura sobre o material escrito ou narrado? [...]”. Em tom provocativo, os críticos desse tipo de cobertura passaram a utilizar o trocadilho *in bed* (na cama), para se referir à relação de intimidade entre os repórteres enlistados e os militares durante a invasão ao Iraque.

A figura abaixo ilustra a dinâmica da produção das matérias pelos repórteres *embedded*:

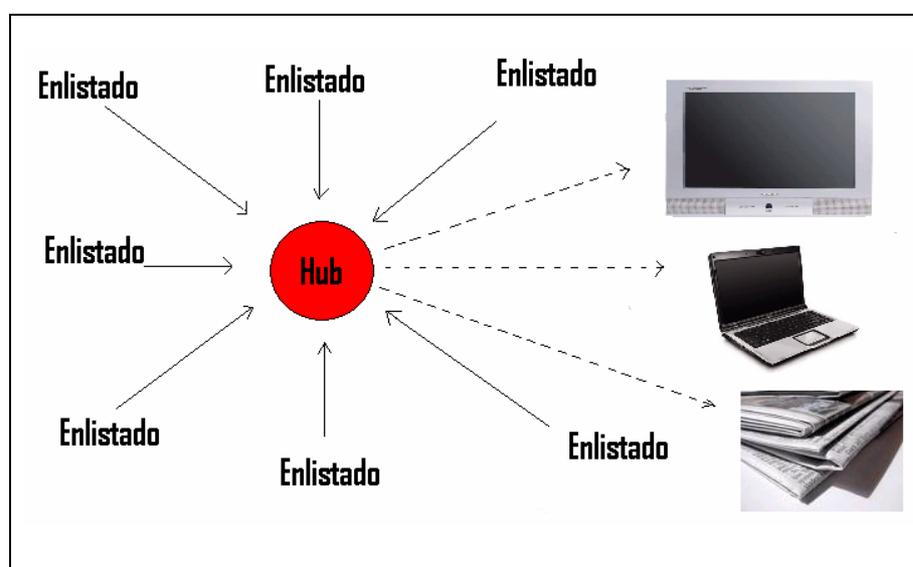


Figura 1- Modo de produção das matérias pelos enlistados durante o conflito no Iraque (Baseado em: FONTENELLE, 2004).

Em Bagdá, havia um outro grupo de jornalistas cobrindo os fatos. Chamados de independentes por não estarem associados aos centros de informações ou ao programa dos enlistados, esses quase duzentos profissionais também não tinham liberdade para produzir

³⁵ Nas palavras de Jeff Gralnick, enlistado pela *NBC News*: *you will fall in with a bunch of grunts, experience and share their hardships and fears and then you will feel for them and care about them. You will wind up loving them and hating their officers and commanders and the administration that put them (and you) in harm's way. Ernie Pyle loved his grunts; Jack Laurance and Michel Herr loved theirs; and I loved mine. And as we all know love blinds and in blinding it will alter the reporting you thought you were going to do. Trust me. It happens, and it will happen no matter how much you guard against it* (GRALNICK, Jeff apud TUMBER; PALMER, 2004, p.51).

suas matérias. Hospedados, em sua maior parte, no hotel Palestina – que foi bombardeado pela coalizão durante o conflito –, eles não podiam sair do estabelecimento sem a permissão do governo iraquiano.

Entre os acontecimentos ocorridos durante a fase da invasão que envolvem a atuação da mídia, alguns exemplos podem ser utilizados para ilustrar as estratégias empregadas no campo da informação.

No dia 21 de março de 2003, três dias após o início do conflito, forças iraquianas capturaram soldados da coalizão. A TV estatal iraquiana e a rede árabe de TV Al-Jazeera exibiram as imagens de quatro prisioneiros e de cinco corpos de militares. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush e o secretário da defesa, Donald Rumsfeld, sugeriram às TVs e aos jornais que omitissem as imagens, as quais feriam a norma da não exibição de prisioneiros instituída pela Convenção de Genebra. Em sintonia com o governo, tanto a imprensa de grande circulação norte-americana quanto os canais de televisão não exibiram os retratos com a justificativa de se tratarem de fotos chocantes. Acusada de adotar a autocensura, a mídia norte-americana foi bastante criticada nesse episódio (CANZIAN, *Folha de S.Paulo*, 2003).

No dia 8 de abril do mesmo ano, mais dois casos do “teatro da guerra” foram duramente questionados pela opinião pública internacional. Alegando erro de informações, um tanque de guerra norte-americano disparou contra o Hotel Palestina, onde estavam hospedados os correspondentes independentes de vários países. Dois cinegrafistas, um da Reuters e outro da TV espanhola Telecinco morreram. No mesmo dia, igualmente utilizando justificativas acidentais, forças da coalizão bombardearam o escritório da Al-Jazeera no Iraque matando um correspondente (FONTENELLE, 2004, p. 67 -68).

A derrubada da estátua de Saddam Hussein, em 9 de abril de 2003, também causou furor quanto à forma com que foi transmitida por algumas redes televisivas norte-americanas como a CNN e a Fox News³⁶. De acordo com Silva, (2004, p.17) algumas imagens de TVs européias produzidas com tomadas de maior distância da praça onde estava a estátua ofereceram a real dimensão dos fatos: foram poucos os iraquianos que estavam presentes. Em

³⁶ Durante o início do conflito no Iraque, a *Fox News* foi considerada a rede de TV norte-americana que mais adotou o patriotismo e a autocensura como linha de produção de suas reportagens. Christiane Amampour, correspondente internacional da *CNN* criticou a cobertura feita pela *Fox* e afirmou que ela provocou reflexos na *CNN*: “a imprensa norte-americana foi amordaçada e se auto-amordaçou. Lamento dizer isso, mas as emissoras de TV com certeza, e talvez até certo ponto a minha estação, foram intimidadas pelo governo e pelos seus soldados na *Fox News*. Houve de fato, um clima de medo e de autocensura no tipo de transmissão que fizemos” (AMAMPOUR apud SILVA, 2003, p.17).

um enfoque mais fechado do cenário as redes norte-americanas ofereceram a falsa impressão de que uma multidão de iraquianos acompanhava de forma comemorativa a derrubada.

O caso da soldado Jessica Lynch representa um dos maiores símbolos do espetáculo da guerra e da apropriação dos meios de comunicação. Em dois de abril de 2003, imagens mostraram a soldado sendo resgatada das forças iraquianas por membros da coalizão. A operação foi filmada por fontes oficiais e posteriormente divulgada para a imprensa mundial em formato alusivo aos grandes filmes épicos “hollywoodianos”. Para Goyzueta (2003, p. 57) a libertação de Lynch representou “a versão feminina do resgate do soldado Ryan”. Somente depois de alguns dias a farsa foi descoberta. Na verdade, Jessica Lynch não era prisioneira das forças iraquianas. Ela estava em um hospital, na cidade de Nasiriya, onde recebia cuidados médicos após seu veículo sofrer um acidente devido à explosão de uma granada. Neste caso, pode se observar a falta de questionamentos da imprensa com respeito às versões oficiais.

Outros fatos igualmente revelam a guerra da informação no período da deflagração da crise iraquiana. A demissão do repórter Peter Arnett das redes de televisão *NBC* e *National Geographic*, em 31 de março de 2003 é mais um deles. O motivo foi que o repórter concedeu uma entrevista à rede de TV do Iraque na qual criticava as estratégias militares dos Estados Unidos e aliados em território Iraquiano.

Outro exemplo aborda um dos casos mais polêmicos do relacionamento entre mídia e governo ingleses: o suicídio do cientista inglês David Kelly, especialista em armas biológicas do governo britânico, em 17 de julho de 2003. Kelly foi acusado de ser a fonte secreta de que se valera a matéria publicada pela rede de televisão britânica BBC. A reportagem acusava o governo britânico de ter superestimado informações na preparação do dossiê utilizado como principal argumento da coalizão para a invasão do Iraque. A polêmica causada pela matéria da BBC gerou uma crise política no governo Blair e elevaram-se as suspeitas de que o Iraque não possuía as armas de destruição em massa.

É razoável concordar com a hipótese de Tumber e Palmer (2004) e Fontenelle (2004) que ao se considerar a atuação dos jornalistas, não há dúvidas de que, durante a invasão ao Iraque, foi estabelecida uma relação mais aberta e pró-ativa com a mídia. Entretanto, foi justamente essa a estratégia de controle adotada pelos governos norte-americano e britânico. A democratização ao acesso à informação, cristalizada na atividade dos embutidos, foi bastante superficial, uma vez que houve, por constrangimento, segurança, voluntarismo ou coerção, uma austera censura no momento da produção das reportagens: “desta forma, eles

manipularam o processo de geração da notícia, ajudando a modelar o que era lido e visto em veículos de informação de todo o mundo” (FONTENELLE, 2004, p.94).

Somente a partir de 2004 a mídia anglo-americana, principalmente norte-americana, gradualmente despertou. Questionamentos sobre a duração do conflito, sobre a inexistência das armas de destruição em massa e até mesmo as imagens de corpos de militares da coalizão vieram a ocupar as primeiras páginas dos jornais. Um exemplo perturbador dessa nova atitude independente da imprensa foi a divulgação das fotos e depoimentos dos detentos das prisões de Abu Ghraib e Guantánamo, que retratavam cenas brutais das torturas que lhe foram infligidas por soldados da coalizão.

Entre maio e agosto de 2004, jornais e redes de TV que possuem peso político histórico nos Estados Unidos publicaram editoriais admitindo falha na cobertura do conflito no Iraque. O *New York Times* foi o primeiro a assumir os erros e, no dia 26 de maio de 2004, publicou um editorial pedindo desculpas aos leitores, principalmente pela ausência de questionamentos nas matérias publicadas sobre a posse de armas de destruição em massa pelo Iraque. Em 12 de agosto do mesmo ano, foi a vez do jornal também norte-americano *Washington Post* admitir que a sua cobertura da guerra fora imparcial e favorecera as posições da Casa Branca.

Assim, como as notícias sem embasamento, os mea-culpas atravessaram as fronteiras e mostraram à sociedade internacional a aplicação prática do clichê: “numa guerra, a primeira vítima é a verdade”:



Figura 2 – Manchetes sobre o mea-culpa da mídia norte-americana publicada pelo jornal Folha de S. Paulo (2004): “Erramos em tudo diz ancora da CNN” ; “Post admite falha na cobertura anterior à Guerra no Iraque” e “ NYT faz mea-culpa sobre sua cobertura”.

3.3.

A guerra vista em um caleidoscópio: as imagens ao redor do mundo

Na seção anterior, foi argumentado como a necessidade de se conquistar os corações e mentes da sociedade internacional determinou a estratégia de guerra para os meios de comunicação na invasão ao Iraque. Contudo, uma nova situação se estabeleceu na cobertura da condução deste conflito: ela pôde ser considerada uma guerra de várias visões. Como um caleidoscópio, o conflito projetou diferentes imagens ao redor do mundo.

Empresas de comunicação de diversos países enviaram seus repórteres para cobrir a ação. Alguns exemplos são: a rede mexicana Telemundo, a portuguesa RTP, a francesa TV5, a rede do Catar Al-Jazeera, etc. Nesse meio tempo, os três jornais brasileiros – O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo – analisados nesse trabalho, também enviaram seus

correspondentes. Outra novidade do conflito que contribuiu para uma maior pluralidade de visões, foi a intensa utilização da Internet, principalmente na forma de *blogs* e *sites*, como ferramenta de expressão.

Uma possível explicação para essa pluralidade de enfoques encontra respaldo na cisão internacional precedente ao conflito, essencialmente, devido ao fato da ONU não ter autorizado a invasão ao Iraque. A guerra já começara caracterizada pelas divergências de opiniões. O fato de ter atingido um baixo consenso legitimador entre os países contribuiu para diversificar a cobertura jornalística e, conseqüentemente, permitiu a circulação de vozes plurais na interpretação do conflito.

Apesar de ser utilizada por uma minoria da população mundial, a Internet representou uma potente via de comunicação neste conflito. Por meio de *sites* caseiros e *blogs*, jornalistas, civis, organizações, instituições usaram a rede para expressarem suas opiniões sobre o conflito. O grande destaque da *web* foi o *blog* “Salam Pax” criado por um jovem arquiteto iraquiano – identidade somente revelada posteriormente – cujo pseudônimo era o próprio nome de seu blog: Salam, que significa paz em árabe. Nele, direto de Bagdá, o iraquiano descrevia, em língua inglesa, os bombardeios, a dificuldade de se conseguir água e comida, a vida sob o regime de Saddam Hussein, a situação das ruas, a cobertura da imprensa, os ataques aos civis. Seus relatos ganharam espaço em uma coluna do jornal britânico *The Guardian*, foram transmitidos diariamente em forma de vídeo pela BBC e deram origem a um livro³⁷ publicado em 2003.

Outro exemplo que demonstra a pluralidade de enfoques da guerra foi o fato de as primeiras imagens do conflito não terem sido capturadas por uma das grandes empresas internacionais de comunicação. O primeiro bombardeio foi clicado por lentes da empresa de comunicação portuguesa RTP, pelos jornalistas Carlos Fino e Nuno Patrício. Os telespectadores brasileiros que assistiram à guerra pela TV Cultura tiveram a oportunidade de acompanhar a cobertura ao vivo do Iraque pela visão de Fino e Patrício, devido a um contrato entre as emissoras portuguesas e brasileiras. Tais reportagens supriram um pouco a falta de um correspondente de TV brasileiro no Iraque. Nas palavras de Fino:

Ao contrário da Primeira Guerra no Golfo, em que a CNN era a única estação global, há hoje mais de uma dezena de cadeias com redes de satélite que cobrem, permanentemente o mundo inteiro, incluindo a RTP [...]. Mas a democratização das tecnologias – satélites e videofone – não explica tudo. Acredito que aquilo que nos permitiu ser os primeiros a transmitir as primeiras imagens da guerra se ficou a

³⁷ Ver: SALAM PAX, **O blog de Bagdá**. Cia das letras, 2003.

dever precisamente ao fato de aquele primeiro tiro ter sido inesperado [...] (2003, p.203).

A rede árabe Al-Jazeera (a península, em português), inaugurada em 1996 no Catar, pode ser considerada como o principal símbolo da diversidade de visões do conflito e igualmente das transformações ocorridas nos últimos anos no cenário das notícias internacionais. Após os eventos de 11 de setembro de 2001, o canal árabe ficou mundialmente conhecido, principalmente, por ter acesso a novos atores políticos das relações internacionais, como por exemplo, a rede Al Qaeda e também por conseguir entrevistas exclusivas com personalidades de difícil contato como Osama Bin Laden.

Acusada por governos ocidentais de auxiliar as práticas terroristas, os escritórios da rede foram bombardeados por forças da coalizão na Guerra do Afeganistão, em 2002 e no Iraque, em 2003. No mundo árabe, onde grande parte da mídia está em mãos estatais, a rede de TV é igualmente criticada. Vista como contestadora das políticas árabes, alguns governos como, por exemplo, da Tunísia, da Jordânia, do Marrocos, do Bahrein e do Egito acusam a emissora de intervir, por meio de suas transmissões, em assuntos políticos internos (SAKR, 2004; MILADI, 2003).

Durante a deflagração do conflito no Iraque, a rede surpreendeu a opinião pública internacional por mostrar imagens que foram consideradas chocantes pela mídia ocidental. Cenas de prisioneiros de guerra, militares e civis feridos e corpos de ambas as partes do conflito foram exibidos no ar sem nenhum tipo de censura. Nas palavras de Miladi:

Few could have imagined that a new and challenging way of understand impartiality in communicating conflict would arise from an Arab television channel in a region where broadcasting has been stigmatized for decades by heavy censorship and complete sate control (2003, p. 149).

Apesar da invasão do Iraque ter contado com uma pluralidade de enfoques nunca antes vista, concorda-se com Silva (2003) ao constatar que é fundamental considerar que essas visões alternativas causaram pouco impacto na opinião pública internacional. Essas interpretações da guerra foram bastante significativas nos países de origem dos meios de comunicação que participaram como novos atores no conflito. O autor revela ainda a sua experiência em ter feito a contraposição dos fatos por meio das diferentes coberturas oferecidas pelos meios de comunicação:

Eu estava em Portugal no dia da queda de Bagdá, e no receptor do meu quarto de hotel, podia pular entre CNN, FOX, BBC, RTP1, RTP2, TV5 e TVE. Graças a isso

pude ver como foi enganosa a impressão de que as imagens da CNN e Fox dava, de que uma multidão de iraquianos havia derrubado a estatua de Saddam Hussein. As tevês européias, com simples tomadas de maior distância da praça onde estava a estatua, ofereciam a real dimensão dos fatos: não chegavam a duas centenas os iraquianos que participavam da operação, basicamente executada por soldados americanos (2003, p.17).

Embora a experiência de se constituir uma imagem sobre algum fato ser uma atividade subjetiva, que depende do quanto o observador se interessa e busca determinadas informações em fontes sobre um evento qualquer, é possível afirmar que as opções para se formar a imagem da guerra do Iraque, no Brasil, não puderam contar com uma gama extensa de escolhas.

Somente os telespectadores que possuem assinatura de TV a cabo tiveram a chance de assistir à contraposição dos fatos da guerra feita pelas diversas redes internacionais que estiveram presentes no conflito – com exceção da Al-Jazeera, que não é transmitida no País. Nenhum jornalista de televisão do Brasil esteve no Iraque, nem como embutido nem como independente. O jornalista Marcos Uchoa, da rede Globo, sem visto para o Iraque, reportou grande parte da guerra do Kuwait, de onde entrava ao vivo nos telejornais da emissora.

Já na mídia impressa, os três periódicos analisados nessa pesquisa enviaram correspondentes para o Iraque. O Estado de S. Paulo enviou o jornalista Lourival Sant’Anna, O Globo, José Meirelles Passos e o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Sérgio Dávila e o foto jornalista Juca Varella. Sant’Anna e Meirelles tentaram conseguir visto de entrada no Iraque antes do início do conflito, mas não tiveram êxito e ficaram em Amã, capital da Jordânia. As primeiras reportagens produzidas pelos dois no Iraque e publicadas em seus respectivos jornais só apareceram posteriormente à queda de Bagdá, em 9 de abril de 2003. Os correspondentes da Folha de S. Paulo estiveram em solo iraquiano desde o início da deflagração e permaneceram na capital Bagdá até a queda do regime, simbolizada pela derrubada da estátua de Saddam Hussein. Baseadas em histórias de interesse humano – *side* ou *features* –, suas matérias e fotos mostraram como os bagdalis viviam sob o ataque anglo-americano³⁸.

Assim, a deflagração da guerra, como as imagens formadas em um caleidoscópio, apresentou reflexos diversificados e promoveram aos leitores e telespectadores um espetáculo

³⁸ Ver: DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá**: a guerra do Iraque segundo os bombardeados. DBA, 2003.

à parte, dependendo da posição geográfica em que eles se encontravam e de seu acesso aos diferentes meios de comunicação. Antes de apresentar os resultados da análise das matérias publicadas pela imprensa nacional no contexto da invasão ao Iraque, no quarto capítulo, é fundamental esclarecer, brevemente, como se posicionou a diplomacia brasileira perante o conflito. Esse exercício se mostra fundamental devido ao fato de uma das categorias organizadas para a análise da imprensa brasileira abordar essa temática.

3.4. A diplomacia brasileira e a invasão do Iraque

O Brasil não apoiou a invasão ao Iraque. Com a finalidade de entender como se formou a posição da diplomacia brasileira perante a deflagração desse conflito, propõe-se discutir a posição do país em duas dimensões de análise: uma histórica e outra política. Primeiramente, na dimensão histórica, analisou-se a questão da “tradição” nos movimentos da política exterior brasileira. Posteriormente, na dimensão que foi denominada como política, refletiu-se acerca da política externa traçada pelo Governo Lula no período da deflagração do conflito.

Pode-se afirmar que a política exterior brasileira possui fundamentos que são revitalizados constantemente pelo corpo diplomático do País e sua dinâmica é independente dos regimes políticos adotados ao longo da História brasileira. Cervo (1994, p.26-28) explica que “o grau de previsibilidade da política exterior do Brasil é dos mais elevados em termos comparativos”, e que esse acúmulo histórico pode ser analisado como uma tendência.

Esse paradigma da política exterior brasileira é pautado por três princípios: o **Pacifismo**, cuja tradição vem sendo firmada desde 1876, quando o Brasil retirou as suas tropas do Paraguai. Entre as suas principais características estão: a valorização das negociações, a autodeterminação dos povos e a não intervenção. O **Juridicismo**, que surgiu da reação aos tratados assinados à época da Independência e implica no respeito aos tratados e normas assinados. E por fim, o **Pragmatismo**, incorporado pela tradição brasileira com a política externa executada pelo Barão do Rio Branco (1902-1912). Suas principais características se baseiam na obtenção de resultados, no alcance dos interesses nacionais e nos ganhos concretos sobre os valores políticos e ideológicos.

No que concerne à Guerra no Iraque, considera-se a hipótese de que a posição brasileira em não intervir no conflito seguiu o paradigma de tradição da política exterior brasileira. O principal documento que sustenta tal assertiva é o pronunciamento oficial³⁹ do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a intervenção, em 21 de março de 2003, um dia depois de a guerra ter sido declarada oficialmente pelo Presidente norte-americano, George W. Bush. Constata-se que, nesse discurso, encontram-se os três fundamentos da política exterior brasileira.

O fundamento pacifista pode ser observado no momento em que o Presidente Lula afirma que “buscou todas as soluções pacíficas para a resolução do conflito”, condenou “a ação armada no Iraque” e que conversou pessoalmente com vários governantes no intuito de impedir a guerra. Alguns exemplos ilustrativos dessas conversas incluem os diálogos com o chanceler da França, Dominique Villepin, com o primeiro-ministro britânico Tony Blair, com o secretário dos Estados Unidos Colin Powell e com o Papa, João Paulo II.

O juridicismo é igualmente notório nesse discurso. Pode-se observá-lo quando o Presidente Lula condena a atitude norte-americana, que “utilizou o recurso à força sem autorização da ONU”; quando afirma que a “crise deveria ser resolvida de forma pacífica e com o Iraque cumprindo plenamente as resoluções do Conselho de Segurança”; e quando explicita o desejo de “viver em um mundo onde todas as leis dos direitos humanos sejam respeitadas”.

Por sua vez, o pragmatismo, apesar de ser o fundamento menos exposto no discurso, pode ser constatado no momento em que o Presidente cita a questão do desenvolvimento econômico: “Todos precisamos de estabilidade e de paz, para levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social”.

Dessa forma, a respeito da intervenção no Iraque, o Governo Lula parece ter mantido os princípios construídos ao longo do tempo pela política exterior brasileira. Em artigo publicado na RBPI, Cervo (2003), ao refletir sobre os principais pontos desse Governo, comenta a posição brasileira no conflito e faz uma ressalva com relação aos Estados Unidos:

Com esse “acumulado histórico”, pretende o governo de Lula lutar pela autodeterminação e não-intervenção, promover o nacionalismo cooperativo e não confrontacionista, valorizar o pacifismo da política internacional, zelar pelo respeito aos estatutos jurídicos da ordem, reservar a cordialidade oficial com os vizinhos e recheiar o conjunto estratégico de ação externa com a ideologia desenvolvimentista.

³⁹ Ver: BRASIL. Radiobrás. **Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lamentando o início da guerra no Iraque.** Disponível em: www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_200303_2.htm. Acesso em: 17 /04/2005.

Nesse sentido, todo cuidado exige-se da diplomacia brasileira para não irritar os Estados Unidos, seja pela oposição de princípio a sua nova doutrina de intervenções preventivas, seja pelo abandono da subserviência econômica e política (CERVO, 2003, p.11).

Outro aspecto explicativo relevante da tomada de decisão brasileira com relação à guerra é pautado como uma possível estratégia brasileira de inserir o País em questões relevantes do cenário internacional. É justamente nessa época que a diplomacia brasileira inicia sua expectativa em pleitear uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Conforme Souto Maior (2003, p.19), para o Brasil, a solução dos conflitos internacionais, como no caso do Iraque e da crise do Oriente Médio, deve ser encontrada no âmbito da ONU. Na análise do autor sobre os primeiros meses do Governo Lula, a diplomacia vinha se mostrando com um “perfil alto”, levando suas teses a foros de projeção internacional, como no Foro Social Mundial, em Porto Alegre, onde o Presidente Lula declarou a sua posição contra a Guerra no Iraque, e no Foro Econômico Mundial, em Davos, onde o Presidente disse – logo após o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell afirmar que os Estados Unidos estavam prontos para invadir o Iraque – que a fome e a miséria deveriam ser combatidas com a finalidade de se construir um mundo pacífico e menos intolerante.

De acordo com Almeida (2004) a política externa do Governo Lula é a vertente governamental que mais adotou os princípios do discurso do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, essa postura não representa uma ruptura total no curso das administrações anteriores, existe uma continuidade nos assuntos internacionais. Essa continuidade, no entanto, representa uma “nova roupagem”, a qual sustenta o discurso petista. Nessa linha de pensamento, a diplomacia do Governo Lula possui como uma de suas principais características o ativismo, marcado principalmente pelas inúmeras viagens e visitas, e por um dinâmico circuito de contatos ao redor do mundo.

O plano político é caracterizado pela necessidade de projetar o Brasil no cenário internacional, com auspícios de pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e pela necessidade de se opor ao unilateralismo e propor o multilateralismo como uma forma de equilibrar as relações internacionais. Há também nesse Governo uma ênfase na defesa das soberanias e na igualdade entre os países, e busca-se fazer alianças econômicas com potências médias e economias emergentes: “Para o governo Lula não há obstáculos financeiros nem

militares que impeçam a projeção do Brasil como um líder, não somente na região, sendo este tema um dos principais objetivos da atual administração” (ALMEIDA, 2004, p.164-168).

Ainda conforme o autor (2004, p.176), após os ataques a Nova York e Washington em 11 de setembro de 2001 e a invasão ao Iraque, observa-se uma desarmonia entre os interesses brasileiros e os norte-americanos, e que, para o Brasil, as relações com os Estados Unidos são importantes, porém, não essenciais. Esses antagonismos são evidentes ao se analisar os objetivos traçados para a política externa de cada país.

Enquanto o Brasil endossa a importância do multilateralismo para uma relações internacionais mais equilibrada, sugere uma reforma na Carta da ONU e ainda se propõe como um líder no cenário internacional; por sua vez, os Estados Unidos se posicionam de maneira unilateral nas relações internacionais e desrespeitam os princípios e normas das Nações Unidas. Nas palavras de Souto Maior (2003, p.20): “Assim, para o Brasil, o multilateralismo, menosprezado por Washington, é praticamente um dever da política externa dos países democráticos – um corolário da sua opção interna pela democracia”.

Por conseguinte, pode-se afirmar que existe uma coerência na decisão da política externa brasileira em não apoiar a invasão ao Iraque. Essa coerência baseia-se na tradição dos três princípios da política exterior brasileira, ou seja, em uma sintonia que toca o paradigma da continuidade. E igualmente encontra respaldos na política externa estabelecida pelo Governo Lula, estruturada na tentativa de projetar o Brasil como um líder no cenário internacional contemporâneo e, principalmente, em pleitear uma vaga no Conselho de Segurança da ONU.

Por fim, observa-se no Governo Lula, a necessidade de chamar a atenção do mundo para o Brasil. Esse desejo tem se manifestado de forma concreta pelas ações da política externa brasileira nos grandes temas internacionais. A posição brasileira em não apoiar a invasão ao Iraque deve ser entendida nesse contexto.

A repercussão dessa posição na imprensa brasileira é um dos temas que o último capítulo versa em uma das categorias organizadas. A seguir, então, apresenta-se a análise das matérias sobre o Iraque publicadas pelos jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo.

4. **ECOS DO FRAGOR: A INVASÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA**

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (Volochinov [Mikhail Bakhtin], 1929-30).

Se as imagens da invasão do Iraque formadas ao redor do mundo podem ser refletidas por meio da metáfora do caleidoscópio, como se constituíram, então, os fragmentos que compuseram a representação da invasão a partir do Brasil? Esse capítulo apresenta a análise qualitativa e quantitativa das fontes documentais, ou seja, as matérias sobre a Guerra no Iraque publicadas por três veículos impressos brasileiros – Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo – entre março e maio de 2003.

De início, explica-se a metodologia adotada para a realização desse trabalho, nesse caso, a análise do discurso. Por ser um método cuja aplicação no campo das Relações Internacionais, em especial em matérias jornalísticas, é relativamente recente, faz-se necessário primeiramente, apresentar as principais discussões, avanços e críticas, envolvendo sua utilização, principalmente pelos construtivistas – pois é sobre as reflexões deles que o marco teórico dessa pesquisa se baseia⁴⁰. Embora relevante, não será aqui discutida a utilização da análise do discurso por outras correntes das Relações Internacionais, como por exemplo, a pós-estruturalista, que também se destaca pela produção de estudos com esse foco. Em seguida, apresenta-se, brevemente, a linha de análise do discurso adotada para o estudo das matérias publicadas pela imprensa brasileira: a Análise de Discurso da Escola Francesa, também conhecida como AD.

Na última seção apresenta-se os objetos, recortes e categorias da pesquisa empírica. E nas suas respectivas subseções são apresentados os resultados da análise da imprensa brasileira. Por fim, o comportamento dos três diários durante o período da guerra será confrontado com as propostas teóricas anteriormente enunciadas sobre o papel da mídia nas Relações Internacionais.

⁴⁰ Cf. cap. 1.

4.1. **Análise de Discurso e Relações Internacionais**

Estudos envolvendo linguagem representam, nos últimos anos, uma das áreas mais polêmicas das Relações Internacionais. Por ser uma atividade relativamente recente no *mainstream*, observa-se que faltam pesquisas empíricas e sobram críticas negativas acerca de sua utilização. Caracterizada pela falta de consenso entre os autores, acusada de ser relativista e não possuir rigor científico, dividida entre correntes positivistas e pós-positivistas, a adoção da análise de discurso nas Relações Internacionais ainda é considerada por muitos autores como um método marginalizado e “marginalizador” daqueles que o utilizam.

Por outro lado, florescem reflexões que procuram “desmistificar” a linguagem como método, oferecendo trabalhos estruturados na aplicação empírica. É em conjunto dessas análises que se pretende compreender o papel da linguagem nas Relações Internacionais, principalmente sob o prisma dos construtivistas, particularmente dos modernistas-lingüístas, utilizados como marco teórico no capítulo primeiro desse trabalho.

As análises do discurso incluem-se no grupo das pesquisas descritivas e se fazem com o objetivo de interpretar, descrever, observar, classificar e relacionar fenômenos. Nas Relações Internacionais sua utilização remonta às décadas de 80 e 90, com o chamado terceiro debate que se consolidou devido às discussões paradigmáticas – principalmente entre realistas e neoliberais – e às propostas pós-positivistas nos estudos da disciplina.

Esse debate deve ser entendido no contexto das transformações internacionais ocorridas a partir da década de 1980. A incapacidade de as teorias tradicionais conseguirem prever o fim pacífico da Guerra Fria – e principalmente, de explicá-lo de forma satisfatória -, a Guerra do Golfo e o desmantelamento da União Soviética colocaram em xeque os métodos e teorias destinados à produção de conhecimento da área (GADDIS, 1995, p.5). Tais fatores explicam porque muitos autores recorreram a níveis mais abstratos de análises para interpretar os fenômenos internacionais. Caracterizado por uma série de movimentos questionadores e críticos, o terceiro debate ainda não está circunscrito no tempo e pode representar “uma crise de hegemonia do neo-realismo e suas vertentes auxiliares” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.14).

O estudo do discurso interpela diversas correntes das Relações Internacionais como o pós-estruturalismo, o feminismo e o construtivismo social, mas apresenta nuances, conceitos e posicionamentos díspares entre elas e dentro delas. Apesar das diferentes reflexões produzidas

por essas correntes acerca do estudo do discurso, elas convergem em um único feixe: a marginalização da linguagem nos estudos das Relações Internacionais.

Entre os construtivistas, foco dessa reflexão, duas argumentações podem explicar porque os estudos sobre análise de discurso permaneceram à parte do *mainstream* das Relações Internacionais. Primeiramente, tem-se o fato de que ainda pouca atenção foi dedicada aos métodos e critérios apropriados para esse estudo. E em segundo lugar, existe entre alguns autores o duplo objetivo de tornar o construtivismo mais aceitável para as teorias positivistas e ao mesmo tempo negar uma possível classificação pós-estruturalista a suas pesquisas. Por isso, de acordo com os críticos dessa teoria, alguns pensadores descartariam de suas obras análises mais profundas acerca da linguagem.

A propósito do construtivismo é comumente ressaltada a dificuldade de se realizar pesquisas empíricas a partir de seus pressupostos teóricos. Essa crítica sustenta que a teoria construtivista das Relações Internacionais não é consistente com os padrões de explicações causais, pois se trata de uma análise de tradição interpretativa em sua essência. Kratochwil concorda com apenas a primeira parte desse argumento: que um dos principais desafios do construtivismo diz respeito à metodologia. Entretanto, o autor admite a possibilidade de os programas de pesquisa ficar em aberto, com diferentes construtivistas seguindo caminhos diversificados (NOGUEIRA & MESSARI, p. 168, 2005).

Milliken (1999) e Sjöstedt (2007) discordam dessa visão metodológica livre e propõem que o estudo do discurso nas Relações Internacionais deve seguir por uma via crítica e estruturada. Em artigo publicado no *European Journal of International Relations*, Milliken atesta que apesar de novos estudos explorarem a temática da representação política, escassa atenção foi oferecida aos métodos apropriados sobre como fazer isso: “The problem is not, as some critics would have it, that there is little or no research. Rather, it is that no common understanding has emerged in International Relations about the best ways to study discourse” (1999, p.226). Esse fato colocaria os analistas de discurso das Relações Internacionais em desvantagem com relação à comunidade científica, pois levaria por terra a possibilidade de um diálogo sobre métodos.

A autora, então, propõe três tipos de análise de discurso que poderiam ser utilizados pelos construtivistas em pesquisas empíricas. A primeira sugestão seria a de uma análise predicativa ou metafórica das fontes, o que a autora denominou como “um sistema de significados”. O segundo seria a análise da “produção discursiva” para buscar compreender porque alguns e não outros discursos se tornam privilegiados e se legitimam no cenário

internacional. Esse tipo de análise anseia por explicar como o discurso produz o mundo e como os indivíduos aceitam essa representação como algo natural. E o último tipo proposto baseia-se em uma perspectiva mais pós-estruturalista e utiliza conceitos como, por exemplo, “desconstrução”, formulado por Derrida. Esse tipo de análise foi denominado de “o jogo da prática” e busca compreender como os discursos fixam um “regime da verdade” e proliferam significados dominantes e hegemônicos.

Seguindo o mesmo raciocínio de Milliken, Sjöstedt (2007) igualmente se propõe a contribuir com o avanço metodológico das pesquisas construtivistas. Entretanto, em artigo publicado na *Foreign Policy Analysis*, a autora realiza essa tarefa por meio da empiria. Com o objetivo de compreender as origens discursivas das doutrinas, Sjöstedt faz uma análise comparativa dos discursos sociais e políticos das doutrinas Bush e Truman por meio de três recortes analíticos: segurança; normas e identidades. Os resultados alcançados são: a semelhança entre os argumentos utilizados por ambas as construções de movimentos doutrinários e a necessidade de se fazer análises de discursos mais estruturadas: “a constructivism approach that employs a structured design is able to present more persuasive arguments than the traditional inductive-style narrative favores by many constructivist studies” (2007, p.223).

A segunda argumentação, que procura explicar porque o estudo da linguagem recebe pouca atenção entre alguns construtivistas, sustenta-se nas proposições formuladas por Zehfuss (2002) e Fierke (2002). Em comum, elas defendem que a opção de alguns construtivistas por adotarem uma via média entre os racionalistas e pós-estruturalistas fez com que o papel da linguagem fosse negligenciado com o intuito de tornar a teoria mais aceitável para as perspectivas positivistas.

Considerada como crítica do construtivismo e seguindo uma linha pós-estruturalista, Zehfuss (2002) argumenta que a opção pelo caminho do meio posicionou o construtivismo em um local mais próximo do racionalismo. E ainda, segundo a autora, esse meio-termo permitiu a utilização estratégica da teoria pelas correntes dominantes, o que esgotou a possibilidade de haver uma concessão de espaço a fim de se discutir as perspectivas mais radicais.

Já Fierke (2002) afirma que o construtivismo representa um método para o estudo das relações internacionais que pode oferecer posturas críticas em suas análises. Com esse intuito seria necessário que as questões afetas à linguagem fossem mais bem aceitas pelos pesquisadores de Relações Internacionais. E que a pergunta orientadora desse debate não

deveria ser “se” os mecanismos da linguagem são importantes para a disciplina, mas como e porque eles são relevantes. Nas palavras da autora:

The question of language in International Relations has been marginalized, given assumptions that dealing with language is equivalent to being uninterested in research as a result, many constructivists have kept a safe distance, referring only to norms or meanings, and maintaining a game-theoretic focus on signaling rather than direct communication. The debate has come to be defined by whether language is important to the analysis of International affairs (FIERKE, p.351, 2002).

Diante dessa discussão sobre quais seriam os pressupostos metodológicos ideais a serem adotados pelos construtivistas, é possível argumentar que a grande dificuldade de se estabelecer parâmetros para as pesquisas encontra-se no fato de, como já explicado anteriormente, existirem vários tipos de construtivismo que vão desde os mais positivistas, como Wendt⁴¹, aos mais pós-modernos, como Ashley⁴².

Ao se definir como uma via média entre o liberalismo e realismo por um lado e os radicais por outro, o construtivismo adquiriu a forma de um guarda-chuva que passou a abrigar diversos pensadores que discordavam das concepções tradicionais das Relações Internacionais. Porém, esse ponto em comum não foi o suficiente para se produzir uma massa homogênea. Questões metodológicas e a própria forma de enxergar o mundo e a dinâmica científica provocaram nuances entre os autores construtivistas, que igualmente discordam entre si.

Como, então, seria possível estabelecer parâmetros semelhantes para mecanismos de reflexão, que, embora se abriguem sob o arco de um mesmo guarda-chuva, apresentam visões diferentes?

Argumenta-se que a necessidade de se estabelecer um método fechado para as pesquisas construtivistas pode minar uma das características fundamentais dessa teoria: a sua diversidade explicativa. Além disso, seria muito difícil - até mesmo impossível - atingir um consenso metodológico entre os autores, o que torna essa tarefa um desperdício de energia, além de gerar mais cisões. Por serem múltiplas as causas dos fenômenos internacionais, diferentes interpretações geram novas discussões acadêmicas que podem possibilitar melhores compreensões acerca da complexidade da vida internacional.

⁴¹Ver: WENDT, Alexander. **Social theory of international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

⁴² Ver: Ashley, R.K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millenium: Journal of international Studies**, V. 17, n.2, p. 227-262, 1988.

Por isso, mais uma vez, concorda-se com Kratochwil (1995) quando ele afirma que a metodologia adotada pelos diversos construtivistas pode ficar em aberto. Isso não implica afirmar que as pesquisas sejam feitas com falta de rigor científico e senso crítico. Nesse ponto os esforços de alguns autores em demonstrarem a possibilidade de pesquisas empíricas são muito bem-vindos. O que não o é a necessidade de se cristalizar um único caminho construtivista que produza conhecimento por meio da negação das demais possibilidades interpretativas.

Portanto, a falta de consenso para a utilização do método da análise de discurso nas Relações Internacionais não deve representar obstáculo para a produção de conhecimento. Ao contrário, novas pesquisas que adotarem este caminho servirão para testar sua eficácia ou falibilidade e, assim, contribuirão para os estudos construtivistas da disciplina. Adiante se explica o método escolhido para a análise das matérias brasileiras sobre a Guerra no Iraque.

4.2.

A Análise do Discurso como método

Sendo a análise do discurso o método elegido para a verificação das matérias publicadas pela imprensa brasileira no contexto do conflito do Iraque, é fundamental esclarecer alguns conceitos e princípios desse caminho.

De início há de se diferenciar rapidamente a análise do discurso da análise de conteúdo. Esta última procura extrair o sentido dos textos, captar o que está por trás deles, respondendo à seguinte pergunta: o que esse texto quis dizer? A linguagem, nesse tipo de análise, apresenta-se como um mecanismo neutro, transparente. Já a análise do discurso procura entender como a relação social se constrói no plano discursivo. Ela procura responder “como” o texto significa, como são produzidos os sentidos. Para isso, o texto é concebido como um espaço de construções de visões diferenciadas sobre o real.

A linguagem enquanto discurso representa a interação social, ela não é neutra, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.

A análise do discurso representa a ruptura que colocava como objeto da lingüística apenas a língua, tendo-a como algo abstrato e ideal a constituir um sistema sincrônico e homogêneo. O conceito de história e ideologia vem para deslocar o conceito de sujeito como

fonte-origem de sentido. Este passa a caracterizar-se pela dispersão, por um discurso heterogêneo que incorpora, assume diferentes vozes sociais.

As considerações de Saussure ao separar a língua da fala e de Bakhtin ao estabelecer o princípio de que a língua é um fato social, nos remete a idéia de que a palavra é um signo dialético, vivo e dinâmico (BRANDÃO, 1995, p.12). Pode-se, então, dizer que a análise do discurso utiliza o texto para compreender como o discurso se materializa, como se produzem os sentidos.

Existem diferentes possibilidades de compreensão e diversas propostas para se fazer uma análise do discurso. Perante as necessidades de reflexão que por ora se apresentam, a inspiração para se fazer a análise qualitativa das matérias produzidas pela imprensa brasileira, no contexto da Guerra no Iraque, veio da Análise de Discurso da Escola Francesa.

A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos. As duas grandes vertentes que influenciaram a corrente francesa são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser⁴³ e, do lado do discurso, as idéias de Foucault⁴⁴. É sobre os conceitos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos grandes nomes da escola, vai elaborar a sua pesquisa sobre a formação discursiva.

Com relação ao lugar da interpretação é preciso destacar que a AD não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave”. Não existe uma verdade oculta atrás dos textos, mas, sim, gestos de interpretações que o analista, com os recursos metodológicos adequados, deve ser capaz de compreender. A AD visa à compreensão de como um objeto simbólico produz os sentidos. Nas palavras de Orlandi (2001, p.26): “Não há uma chave, há método, há construção de um dispositivo teórico”.

Ainda de acordo com a mesma autora, a interpretação aparece em dois momentos da análise. Primeiramente, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise e o papel do analista é descrevê-la. Posteriormente, evidencia-se que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista estaria envolvido nesse gesto interpretativo. Por isso, é necessário introduzir um dispositivo teórico-metodológico que possa intervir na relação entre o analista e o objeto analisado, tornando a análise menos subjetiva possível.

Um outro ponto relevante é a noção de que o analista não busca, por meio da interpretação oferecida, esgotar todo o sentido do texto. Ele oferece possíveis leituras a

⁴³ Ver: ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

respeito dos fatos, mas, sem o objetivo de cristalizá-las, nem torná-las verdadeiras. Uma vez que o discurso é vivo para receber novas perspectivas, não é possível esgotar o sentido dos enunciados:

A Análise de Discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (PÊCHEUX apud MAINGUENEAU, 1987, p.11).

Ao se considerar que o objeto de análise são as matérias produzidas pela imprensa, é preciso compreender que qualquer forma de transmissão pela mídia não informa primeiramente apenas o que ocorre na realidade, mas lança mão também de uma interpretação dos fatos relatados.

As notícias devem ser vistas, então, como construções lingüísticas do mundo, como resultante da interação entre a mente, a linguagem, os constrangimentos jornalísticos e os fenômenos reais que nelas são representados em uma determinada época. É por isso que, para Charaudeau (2006), a comunicação midiática se propõe para o interlocutor em relação com o jogo das aparências: “[...] se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade. As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (2006, p.19).

Então, para transmitirem credibilidade aos seus leitores, os discursos propostos pelas mídias devem estar revestidos de objetividade, mesmo que as notícias oferecidas por ele sejam pequenos recortes subjetivos dos inúmeros acontecimentos cotidianos. Essa relação de proposição verdadeira só se torna possível porque o leitor deposita certa confiança no meio de produção jornalística e compactua com ele:

Os jornais preferem manter o discurso da objetividade e os leitores, mesmo sabendo que os veículos fazem escolhas seletivas e não podem noticiar todo o universo de acontecimentos, confiam em sua capacidade de decidir o que tem importância suficiente para virar notícia. Isso não significa que a imprensa mente – embora alguns o façam – mas que simplesmente não há “a verdade” a ser transmitida, apenas relatos (CERQUEIRA, 2005, p.29).

⁴⁴ Ver: FOCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

Portanto, a verificação dos três diários brasileiros no contexto da invasão do Iraque procura oferecer uma outra interpretação a respeito dos fatos. Entretanto, como já afirmado, livre da intenção de torná-la uma verdade absoluta. Objetiva-se interagir com o discurso oficial da imprensa tentando compreender o seu efeito de sentido com a finalidade de fornecer reflexões acerca de como é construída a produção das notícias internacionais por esses meios de comunicação.

Assim, a análise proposta nesse trabalho toma como base alguns princípios discursivos instruídos pela Escola Francesa: a noção de que o discurso é uma organização situada para além da frase e está submetido a regras vigentes em um grupo social determinado. Ele é orientado e se constrói em função de uma finalidade, é uma forma de ação interativa e contextualizada, não possui um sentido esgotável e, finalmente, o discurso deve ser considerado no bojo de um interdiscurso, ou seja, só adquire sentido no interior de outros discursos.

Por fim, é mister ressaltar que a pesquisa empírica não é feita por um dispositivo qualitativo somente, inspirado pela AD. A incursão pela análise quantitativa é igualmente necessária para a verificação das matérias publicadas pelos jornais de referência. A próxima seção está dedicada a esta tarefa.

4.3.

O discurso da Imprensa

A análise realizada, como já se disse, procura verificar como se deu a influência do discurso da mídia internacional na imprensa brasileira durante um período limitado da Guerra no Iraque, iniciada em 2003. Foi com base nesse questionamento que se planejou a pesquisa empírica apresentada nas próximas subseções.

De acordo com as médias de circulação diária, considerou-se relevante o conteúdo de três jornais impressos brasileiros: Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo. A partir dessa referência realizou-se dois recortes.

O primeiro, temporal, no qual se considerou como marco histórico fundamental o início do conflito em 20 de março de 2003, quando vence o ultimato dado pelos Estados Unidos a Saddam Hussein e o dia primeiro de maio do mesmo ano, quando o presidente George W.

Bush declara (de forma simbólica) o final da Guerra do Iraque. As páginas noticiosas foram então abarcadas entre o dia 20 de março de 2003 e 2 de maio do mesmo ano, pois a declaração sobre o fim simbólico do conflito, em primeiro de maio, somente foi reproduzida nos jornais no dia seguinte.

O segundo recorte é o espacial, no qual foram considerados notícias e editoriais sobre o conflito. As matérias analisadas delimitaram-se ao caderno Internacional dos meios de comunicação impressos – nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo eles recebem o mesmo nome: Mundo e no periódico O Estado de S. Paulo ele se chama “Internacional”. Diariamente, foi selecionada a matéria principal da primeira página do caderno internacional (de cada periódico) que trazia notícias sobre o conflito no Iraque. Descartou-se, então, as páginas que continham apenas *headlines* (chamadas) sobre o conflito e artigos publicitários. Os editoriais dos três jornais foram selecionados de acordo com a delimitação temporal da pesquisa, desse modo, foram considerados todos os textos opinativos sobre o conflito no Iraque publicados entre 20 de março e 2 de maio de 2003.

Nos recortes temporal e espacial, somaram-se 132 peças de análise, sendo 44 de cada diário. A soma dos editoriais resultou em quarenta e oito. O jornal Folha de S. Paulo liderou o ranking com 25 artigos opinativos. Em seguida veio O Globo com 14 e, por fim, O Estado de S. Paulo com 9.

Nessas matérias e editoriais é aplicada a análise de discurso qualitativa e quantitativa. As perspectivas dessa análise são organizadas em quatro categorias, cujas definições respondem às propostas desse trabalho. Por fim, o comportamento dos três principais veículos impressos do Brasil, no período do conflito no Iraque, é confrontado com as propostas teóricas anteriormente explicitadas sobre o papel da mídia nas Relações Internacionais. As quatro categorias de análise são:

- *Agentes da globalização ou homogeneização? A mídia internacional na imprensa nacional.* Nessa categoria analisa-se quais meios de comunicação foram utilizados pelos periódicos brasileiros para a produção das matérias sobre o conflito no Iraque.
- *A Guerra emoldurada: os temas abordados pela imprensa.* Nessa categoria é analisado quais foram os temas que sobressaíram nos jornais acerca da invasão.
- *Quem fala na guerra? A referência das fontes na imprensa.* Nessa categoria são referenciadas as fontes consideradas nas matérias dos jornais sobre a invasão do Iraque.

- *A posição oficial: os editoriais contra a invasão.* Nessa categoria é analisado o posicionamento dos textos opinativos perante o conflito.

4.3.1.

Agentes da globalização ou homogeneização? A mídia internacional na imprensa nacional

A análise quantitativa dos meios de comunicação utilizados pelos periódicos brasileiros para a produção das matérias sobre a invasão ao Iraque, considerou as referências apontadas pelos próprios jornais em cada matéria.

Ressalta-se que O Estado de S. Paulo foi o único meio de comunicação nacional que especificou para os seus leitores quais foram as agências internacionais de notícia usadas para a produção de suas matérias. As reportagens fornecidas pelo O Globo, quando não assinadas por seus correspondentes internacionais ou pelo enviado especial ao Iraque, não informaram de maneira explícita quais foram as fontes de base. A única referência oferecida pelo jornal é a localização geográfica da produção da notícia reproduzida, por exemplo: *de Bagdá*. Entretanto, o jornal costuma citar essas fontes no decorrer do texto, o que deixa evidente a utilização das agências internacionais. Por isso, essas matérias foram consideradas como provenientes dessas empresas de comunicação. O jornal Folha de S. Paulo, assim como O Globo, também não especifica claramente aos seus leitores quais foram as suas fontes, mas indica no final de cada matéria a seguinte referência generalizada: *com agências internacionais*.

É preciso alertar também que o contrato estabelecido com as agências internacionais não obriga os seus contratantes a publicarem a íntegra das matérias compradas. Por isso, muitas vezes, como observado nas matérias brasileiras sobre a invasão do Iraque, os jornais consideram diversas agências internacionais para a publicação de uma mesma notícia.

No período analisado, nota-se que nos três periódicos nacionais mais da metade da produção das matérias sobre o conflito no Iraque são originadas das agências internacionais de notícia em conjunto com os artigos traduzidos de outros meios de comunicação estrangeiros.

Considerando os conteúdos produzidos pelos próprios meios de comunicação – matérias ou artigos dos enviados especiais ao Iraque e dos correspondentes em outros países – O

Estado de S. Paulo produziu para o seu público leitor apenas 7% do total de suas matérias; O Globo, 32% e o jornal Folha de S. Paulo lidera o ranking de autoria própria com 43%.

A necessidade de informar os leitores, de complementar a pauta jornalística internacional e as questões econômicas ficam evidentes ao se observar as porcentagens de uso pelos periódicos nacionais das agências internacionais de notícia. O Estado de S. Paulo posiciona-se no topo, com 89% de sua produção, em segundo lugar está a Folha de S. Paulo com o índice de 55% e, por fim, O Globo que apresentou aos seus leitores 48% de matérias baseadas nas agências.

	O Estado de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo
Matérias de Agências (O Estado de S. Paulo)	39	-	-
Não Informado (O Globo)	-	21	-
Agências internacionais (Folha de S. Paulo)	-	-	24
Enviado especial ao Iraque	1	7	16
Artigos de Jornais Traduzidos	2	9	1
Correspondente em Outro País	2	7	3
Total de matérias analisadas	44	44	44

Tabela 3 – Produção das matérias sobre a Guerra no Iraque

O fato de o jornal Folha de S. Paulo, que possuía um enviado especial no Iraque, desde o início da invasão, apresentar porcentagens maiores que as apresentadas por O Globo com relação ao uso das agências internacionais mostrou-se surpreendente, pois esperava-se que a presença de um jornalista no *front* desde o início do conflito pudesse “aliviar” a recorrência desses meios.

Entretanto, esse índice pode ser mais bem examinado ao se observar a utilização pelos três diários nacionais dos artigos de jornais estrangeiros traduzidos. Enquanto O Estado de S. Paulo apresenta um índice de 4% e a Folha de S. Paulo de 2%, O Globo publicou 20% do total de seu conteúdo como artigos traduzidos.

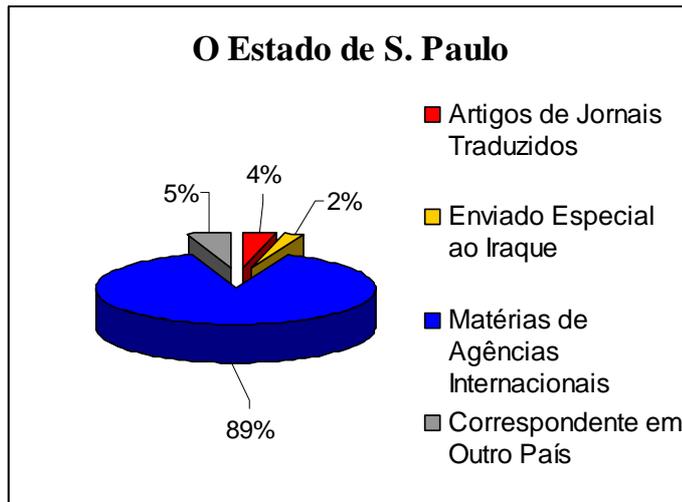


Gráfico 1 – Origem das matérias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo

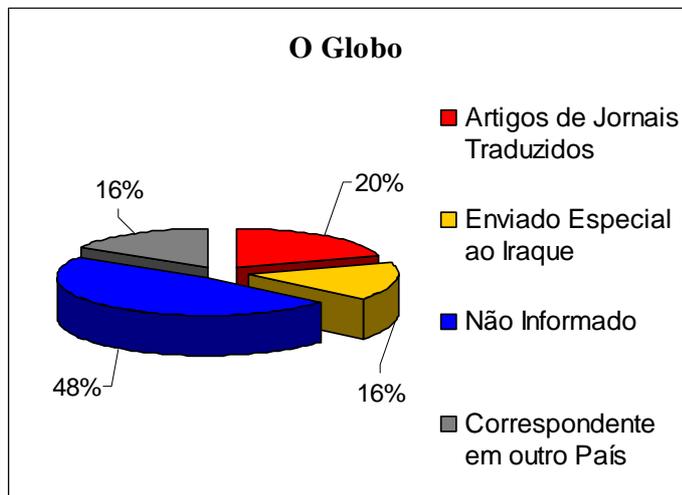


Gráfico 2 – Origem das matérias publicadas pelo jornal O Globo

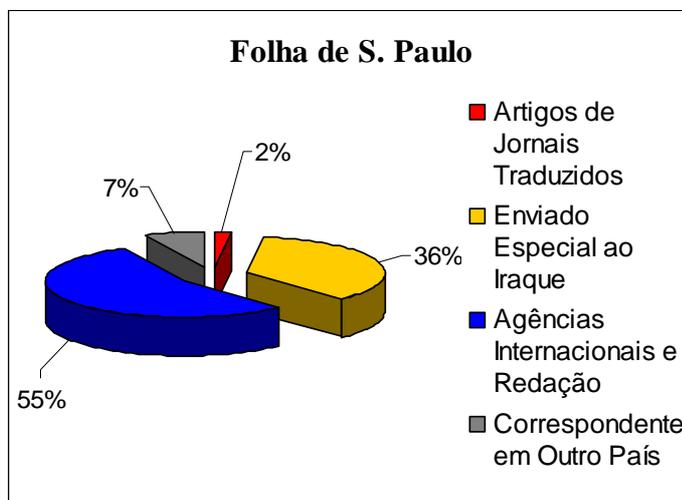


Gráfico 3 – Origem das matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo

A análise qualitativa das matérias acusa a forte tendência de os periódicos nacionais seguirem as pautas formuladas pelas grandes empresas de comunicação globais. Fatos singulares, por vezes contraditórios, e que se mostraram inverídicos posteriormente, ganham destaque e tornam-se consenso na imprensa nacional.

Essa é umas das conseqüências do recurso excessivo⁴⁵ aos artigos traduzidos de periódicos internacionais e às agências internacionais de notícia pela imprensa brasileira: as semelhanças e até igualdades nos temas, títulos, artigos, fotos e citações publicados durante a invasão ao Iraque pelos três jornais. Alguns exemplos de títulos semelhantes são:

Sexta-feira, 31 de março de 2003

O Estado de S. Paulo: “Iraque apresenta a nova tropa: 4 mil suicidas árabes”.

Folha de S. Paulo: “Iraque anuncia que tem 4 mil mártires”.

Terça-feira, 12 de abril de 2003

O Estado de S. Paulo: “Casa Branca: o regime acabou (mas o caos continua)”.

O Globo: “Cedo para anunciar a vitória: Bush afirma que regime iraquiano caiu, mas alerta que guerra continua e que não sabe se Saddam está vivo”.

Terça-feira, 15 de abril de 2003

O Estado de S. Paulo: “EUA ameaçam Síria com Sanções”.

O Globo: “Mais pressão sobre a Síria: EUA acusam país de fazer testes com armas químicas e ameaçam impor sanções”.

Folha de S. Paulo: “EUA ameaçam Síria com Sanções”.

Sexta-feira, 23 de abril de 2003

O Estado de S. Paulo: “França propõe suspensão de sanções”.

Folha de S. Paulo: “França recua e defende fim das sanções”.

Sexta-feira, 24 de abril de 2003

O Estado de S. Paulo: “Bush adverte Irã sobre interferência”.

Folha de S. Paulo: “EUA advertem Irã contra no Iraque”.

⁴⁵ Para uma explicação em perspectiva comparativa com relação ao uso de artigos traduzidos e das agências internacionais de notícia pelos jornais brasileiros ver cap 2, p. 61 e 62 dessa pesquisa.

Sexta-feira, 25 de abril de 2003

O Estado de S. Paulo: “Preso Aziz, “a cara” do governo Saddam”.

O Globo: “Tareq Aziz se entrega em Bagdá”.

Folha de S. Paulo: “Aziz, vice-premiê de Saddam é preso”.

Segunda-feira, 28 de abril de 2003

O Globo: “EUA prendem autoproclamado prefeito de Bagdá”.

Folha de S. Paulo: “EUA prendem prefeito autoproclamado de Bagdá”.

Quarta-feira, 30 de abril de 2003

O Estado de S. Paulo: “Eua reprimem protesto: 15 mortos”.

O Globo: “Tiros contra manifestantes: soldados dos EUA reprimem protesto no Iraque, matam 13 e provocam indignação”.

Folha de S. Paulo: “EUA matam 15 manifestantes iraquianos”.

A publicação de artigos traduzidos por jornais estrangeiros nos cadernos internacionais dos três jornais, igualmente explícita a relação de dependência e a escassez de recursos da imprensa nacional. Nesse caso específico, nota-se a opção dos periódicos brasileiros pelo material das mídias norte-americanas.

No período analisado, dos doze artigos publicados pelos três diários, onze são provenientes de meios de comunicação dos Estados Unidos. A exceção veio por conta do jornal O Estado de S. Paulo que publicou um artigo, como matéria principal, pertencente a um jornalista da agência de notícias alemã, DPA, sobre as estratégias da mídia no conflito do Iraque. Os nove artigos traduzidos pelo O Globo são originários do *Washington Post* e do *New York Times*. E o único artigo publicado pelo jornal Folha de S. Paulo como matéria principal foi a transcrição de uma entrevista com o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, veiculada na rede televisiva norte-americana *NBC* – a mesma rede que demitiu o repórter Peter Arnett por ter concedido uma entrevista à rede de TV Iraquiana criticando a estratégia militar norte-americana no Iraque. A reprodução desses artigos igualmente gerou uma pasteurização dos temas nos cadernos internacionais dos três periódicos.

Por exemplo, no dia 21 de abril de 2003, O Estado de S. Paulo e O Globo reproduziram o mesmo texto publicado pelo *New York Times*. De autoria dos articulistas Thom Shanker e

Eric Shimitt, o artigo argumentava sobre a necessidade de novas bases militares norte-americanas no Iraque.

Lembremo-nos que tanto o *New York Times* quanto o *Washington Post*, em editoriais publicados em 2004⁴⁶, admitiram que suas coberturas, no início da guerra, foram parciais e que houve falta de questionamento por parte dos jornalistas com relação ao governo e às fontes ouvidas. Entretanto, nenhum dos jornais brasileiros assumiu o mea-culpa perante seus leitores por ter reproduzido os materiais provenientes desses meios de comunicação sem questionar a credibilidade dessas fontes.

A ausência de critérios na imprensa brasileira para a publicação das matérias compradas ficou ainda mais evidente quando ela se encontrou na linha de fogo da propaganda de guerra. Esta situação pode ser explicada tomando como exemplo a reprodução do caso “Jessica Lynch”. Dos três jornais, O Globo e Folha de S. Paulo foram os veículos que trouxeram em suas reportagens principais o caso que ficou conhecido como um dos símbolos do espetáculo da guerra e que, posteriormente, se mostrou inverídico⁴⁷. Em matéria do dia 2 de abril de 2003, O Globo publicou uma foto da soldado e anunciou seu resgate pelas forças norte-americanas “após ficar quase um mês desaparecida devido a uma batalha com as forças iraquianas”. Na mesma data, o jornal Folha de S. Paulo ofereceu menos destaque ao assunto, mas informou em um parágrafo o suposto “resgate” de Jessica Lynch.

No mesmo caminho dos títulos e artigos publicados encontram-se as imagens estampadas nas matérias dos jornais analisados. Dois exemplos comparativos entre os diários Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo ilustram essa questão. Nos dias 23 de março e 10 de abril, ambos os diários reproduziram as mesmas fotos. Na primeira data, a “coincidência” fica por conta da exibição do corpo de um soldado iraquiano, morto em confronto com as tropas britânicas. E a segunda reprodução igual é uma imagem capturada pelo foto jornalista Karim Sahib da *AFP* que clicou o momento em que alguns iraquianos sapateavam a estátua de Saddam Hussein recém derrubada, por militares norte-americanos.

⁴⁶ Cf. cap. 3, p. 80.

⁴⁷ Cf. cap 3, p. 78.

As análises qualitativa e quantitativa das origens das matérias publicadas pela imprensa nacional acerca do conflito no Iraque indicam uma forte homogeneização nos assuntos tratados. A principal causa desse problema poderia ser explicada por meio da relação de dependência da imprensa nacional das mídias internacionais. No meio acadêmico são abundantes as teorias que defendem ser a dependência das agências internacionais de notícia – e outros meios de comunicação estrangeiros – por parte das mídias dos países periféricos a causa que legitima a abordagem de assuntos específicos e gera a construção de uma “pauta internacional global”. Essa dependência, por fatos históricos, se dá principalmente com relação aos Estados Unidos – potência da comunicação internacional desde a II Guerra Mundial.

Na imprensa brasileira, os motivos dessa relação dependente também são comumente justificados pelas limitações financeiras que impossibilitam aumentar o número de correspondentes no exterior. Assim, ao analisar as matérias dos periódicos nacionais sobre a ocupação do Iraque tem-se a impressão de que é impossível discordar dessa constatação: de fato, a imprensa nacional depende dos jornais e agências estrangeiros.

Entretanto, as teorias dependentistas ou do imperialismo cultural não explicam por si só a opção da imprensa por reproduzir determinados meios de comunicação ao invés de outros. Por exemplo, não consegue explicar porque quase todos os artigos traduzidos publicados pelos jornais brasileiros, como matéria principal, são norte-americanos e não de outros veículos de comunicação como o francês *Le Monde* e o espanhol *El País*, cujos direitos de reprodução eram garantidos pelos periódicos nacionais, à época da invasão ao Iraque. Ou ainda, porque as redes árabes de notícia, como, por exemplo, a *Al Jazeera*, que já vinha sendo utilizada pelos grandes meios globais de comunicação não são consideradas como fontes, conforme será examinado na próxima categoria de análise.

Questões como essas sugerem que existem outras variáveis relevantes que se colocam no caminho entre a dependência dos materiais estrangeiros e a forma como são apresentadas as notícias internacionais aos leitores da imprensa brasileira. Até chegar ao leitor, as notícias passam por um processo de seleção e filtragem que envolve desde o olhar do repórter à obediência à linha editorial adotada pelo veículo de informação. Assim, a fabricação das notícias envolve também processos subjetivos que influenciam na opção daquilo que deverá ou não ser publicado.

Portanto, a hipótese defendida nesse trabalho é que, no contexto do conflito do Iraque, a ausência de pluralidade de fontes nas matérias principais da imprensa brasileira não ocorre

somente por uma condição imposta pelo sistema da comunicação internacional, que se expressa na questão da dependência. Ela encontra explicação igualmente na escolha racional dos três jornais brasileiros por determinados meios de comunicação.

4.3.2.

A Guerra emoldurada: os temas abordados pela imprensa

A leitura das matérias publicadas pelos três periódicos permitiu que elas fossem classificadas de acordo com alguns temas que se destacaram no decorrer do conflito. A presença desses enquadramentos na imprensa nacional é importante não somente por revelarem quais assuntos sobre a invasão do Iraque foram ou não discutidos, mas porque dizem respeito aos critérios de seleção, apresentação e exclusão que os grandes jornais consideram no processo de construção das notícias. A ênfase oferecida a determinado tema por um meio de comunicação revela a opção consciente e intencional da linha política adotada pela redação. Portanto, os recortes jornalísticos influenciam diretamente na maneira como as notícias são apresentadas aos leitores. O conceito de enquadramento (*framing*) é referenciado de acordo com a definição básica proposta por Entman (1993), a qual envolve duas ordens essenciais: selecionar e enfatizar.

To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described (1993, p. 52, grifos do autor).

Constatou-se a presença de quatro temas enfatizados nos três periódicos:

Ação Militar dos Estados Unidos e aliados: centrado nas estratégias e operações de guerra; nos armamentos utilizados; na configuração das tropas referentes ao exército dos Estados Unidos e aliados.

Ação Militar do Iraque: igualmente centrado nas estratégias e operações de guerra; nos armamentos utilizados; na configuração das tropas, mas referentes ao exército iraquiano.

Quadro Político: apresenta as principais implicações da guerra para outros países que estão ou não envolvidos diretamente no conflito. São matérias que focaram na relação de poder e na geopolítica das relações internacionais no contexto do conflito

Quadro Civil: concentra-se na análise das conseqüências destrutivas da guerra para as pessoas envolvidas no conflito, principalmente para os civis iraquianos.

Nos três jornais, a análise das matérias mostra que os temas sociais e políticos receberam pouca atenção em comparação com os dados obtidos nos temas militares. Estes últimos constatam que a opção dos periódicos foi focalizar nas estratégias militares dos Estados Unidos e aliados. A tabela abaixo explicita que mais de 50% das matérias produzidas pela Folha de S. Paulo e pelo Estado de S. Paulo se concentraram nesse enquadramento. Enquanto O Globo chegou perto dessa porcentagem ao dedicar 21 de suas 44 matérias a esta temática:

Temas Abordados	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Militar (EUA e aliados)	24	21	29
Militar (Iraque)	6	3	4
Social	9	11	4
Político	5	9	7
Total	44	44	44

Tabela 4 – Os enquadramentos das matérias da imprensa brasileira na Guerra do Iraque

Verifica-se que o diário O Globo foi o que mais apresentou aos seus leitores panoramas sobre a população iraquiana e sobre as questões políticas do conflito. E ao mesmo tempo, foi o veículo que menos retratou as atividades militares das forças do Iraque. O periódico Folha de S. Paulo foi o meio de comunicação que quantitativamente mais enquadró os temas militares do lado iraquiano, porém, perspectivas sobre a política no cenário internacional representaram índices menores quando comparadas aos outros dois meios informativos.

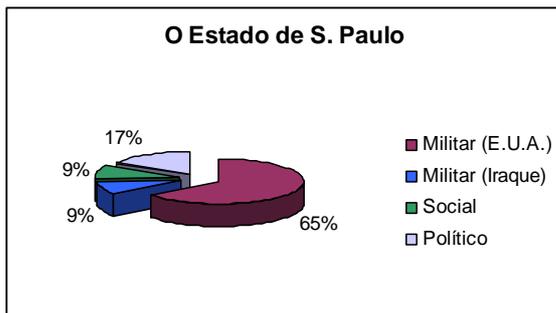


Gráfico 4- Porcentagem dos enquadramentos do jornal O Estado de S. Paulo

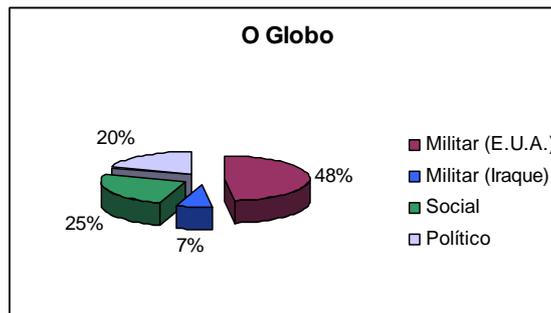


Gráfico 5- Porcentagem dos enquadramentos do jornal O Globo

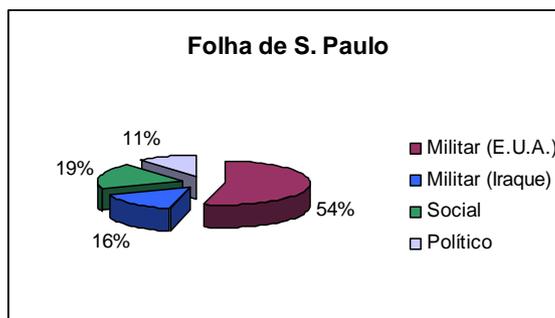


Gráfico 6- Porcentagem dos enquadramentos do jornal Folha de S. Paulo

Também por meio do exame dos títulos das reportagens é possível perceber qualitativamente as diferenças nas opções de enquadramentos sobre o conflito nos três meios de comunicação brasileiros.

Uma amostra da forte presença do enquadramento militar dos Estados Unidos e aliados nos jornais de referência é obtida ao se considerar os títulos publicados no dia 2 de abril de 2003. Nessa data, os três meios de comunicação trouxeram como destaque as estratégias militares dos Estados Unidos e aliados: “Coalizão supera linha vermelha e inicia grande investida para Bagdá” (O Estado de S. Paulo); “EUA retomam ofensiva em direção a Bagdá” (O Globo); “EUA iniciam grande batalha contra as defesas de Bagdá” (Folha de S. Paulo).

Já as diferenças entre os enquadramentos das matérias militares, políticas e sociais nos periódicos podem ser observadas, como por exemplo, no dia 13 de abril de 2003. O Estado de S. Paulo trouxe como tema a estratégia militar dos Estados Unidos e aliados em atrair a população iraquiana com a finalidade de restabelecer a ordem naquele país. O título da matéria é: “Unidos contra o caos”. Já O Globo optou por oferecer aos seus leitores informações políticas sobre o cenário internacional e abordou o tema da possibilidade de a “doutrina Bush” adotar a guerra preventiva, dessa vez contra a Síria: “Doutrina Bush escolhe

o próximo alvo”. E por fim, o jornal Folha de S. Paulo abordou a mesma notícia dada pelo outro diário paulista, porém com um enfoque civil: “Iraqianos pressionam os EUA a pôr ordem em Bagdá”.

Outros dois exemplos exploram as diversidades temáticas nas publicações. No dia 20 de março de 2003, data da deflagração da guerra, O Estado de S. Paulo trouxe como matéria principal o iminente ataque dos Estados Unidos e aliados no que seriam as próximas 48 horas: “Ataque agora só depende do clima”. A Folha de S. Paulo e O Globo trouxeram aos seus leitores as perspectivas daqueles que sofreriam os ataques, com os seguintes títulos respectivamente: “Bagdá espera em silêncio” e “A angustiante espera por um ataque”.

No dia 19 de abril, a Folha de S. Paulo e O Globo abordaram temas sociais ao publicarem matérias sobre os protestos dos iraquianos contra a presença dos norte-americanos e aliados em seu país. Por sua vez, O Estado de S. Paulo focalizou sua matéria de chamada na captura pelos militares norte-americanos de Al-Najim, um dos principais líderes do governo do Iraque.

Algumas amostras podem explicar de maneira mais clara como a opção por determinado enquadramento influencia na maneira como as matérias são apresentadas aos leitores. E como um mesmo fato ocorrido no contexto da invasão ao Iraque foi publicado com enfoques diferentes pela imprensa brasileira.

No dia 24 de março enquanto O Estado de S. Paulo publicou uma matéria – “O dia mais difícil: resistências e baixas” – na qual relatava as baixas nas tropas norte-americanas sofridas durante “duros combates no sul do Iraque”, a Folha de S. Paulo enfatizou as operações militares iraquianas sob o seguinte título: “Iraque exhibe cinco americanos capturados” e trouxe como foto a imagem de um iraquiano segurando uma arma com as mãos voltadas aos céus. De acordo com a legenda da foto, ele estaria agradecendo a Alá.

Outra amostra compara as publicações do Estado de S. Paulo e do Globo, no dia 9 de abril. Os sofrimentos da população iraquiana em Bagdá, que acabara de ser cercada, foi o tema da matéria do diário carioca, sob o título de “Rotina de macas sujas de sangue: hospitais estão superlotados em Bagdá. Falta luz, freezers de necrotério quebraram, anestésicos são escassos”. Por outro lado, O Estado de S. Paulo relatou a dificuldade das tropas norte-americanas e aliados de entrarem na capital do Iraque: “Um dia no inferno: com forte bombardeio, tropas dos Eua invadem o centro de Bagdá”.

Além das diferenças percentuais nos enquadramentos social, ação militar Iraquiana e político verificadas nos periódicos nacionais, o que a análise por meio dos temas revela de

mais surpreendente é que, no processo de interpretação, apresentação e exclusão das notícias, a opção por temas relativos aos esforços militares norte-americanos e dos aliados foram os que mais sobressaíram nos três jornais nacionais: 65% no Estado de S. Paulo; 54% na Folha de S. Paulo e 48% no Globo. Se fosse possível transpor em imagem a visão de um leitor comum que se informou sobre a Guerra do Iraque, por meio dos três jornais em questão, o resultado provavelmente seria um quadro retratando alguma estratégia militar dos Estados Unidos.

A partir dos dados levantados tem-se a confirmação da hipótese de que, em tempos de crises e conflitos, os Estados neles envolvidos tendem a controlar os meios de comunicação e estes, por vezes, tendem a privilegiar as versões oficiais, fato que pode ser observado por meio da análise por enquadramento. Durante a invasão do Iraque configurou-se essa dupla tendência: os Estados envolvidos, principalmente o governo norte-americano, tentaram controlar os meios de comunicação e, por sua vez, a mídia agiu de forma parcial e complacente, como explicado no capítulo 3.

Mais uma vez, se considerarmos que a maior parte das matérias publicadas pelos jornais nacionais foram produzidas com base nas agências internacionais de notícia, essa hipótese poderia ajudar a compreender a centralização das matérias nas estratégias militares dos Estados Unidos e aliados. Entretanto, como afirmado na subseção anterior, defende-se a idéia de autonomia por parte dos jornais, que podem optar por relatar determinadas temáticas ao invés de outras.

Portanto, o que a análise por meio dos enquadramentos revela, além da parcialidade das questões tratadas, é que os três meios de comunicação nacionais adotaram o mesmo discurso no contexto da invasão ao Iraque: relatos construídos em tons bélicos, que privilegiaram as estratégias militares dos Estados Unidos e aliados. Essa mesma constatação é analisada de uma maneira mais detalhada na próxima subseção.

4.3.3.

Quem fala na guerra? A referência das fontes na imprensa

A questão acerca de que vozes dominam as reportagens de guerra representa um mecanismo de indicação de balanço e equilíbrio que deveria estar presente no processo de construção dos fatos pelos meios de comunicação. O espaço no texto dedicado à inclusão da

fala de um ator é um dos principais modos de se medir a imparcialidade ou parcialidade de um discurso, pois permite observar quais fontes os jornalistas ouvem para a produção das notícias. Assim, no contexto de uma guerra, uma matéria imparcial seria aquela que tivesse um equilíbrio nas delegações de fala. Na Análise de Discurso Francesa esse procedimento é denominado “desembreagem interna” e consiste na utilização do discurso indireto para a produção de um texto. Uma de suas finalidades é oferecer legitimidade ao que foi escrito. Na verificação dos três periódicos, as fontes diretamente referenciadas nas matérias foram alocadas nas seguintes categorias:

- Governo ou Militares dos Estados Unidos e aliados
- Governo ou Militares Iraquianos
- Civis Iraquianos
- Redes de TV ocidentais
- Redes de TV orientais
- Especialistas, intelectuais, Ongs e outros representantes da sociedade civil

A análise das vozes nos três jornais mostra que maior espaço nos textos foi oferecido à fala de militares ou governo dos Estados Unidos e aliados, quando comparados com as outras categorias. O Estado de S. Paulo foi o veículo que mais publicou a fala dessas fontes. No entanto, essa constatação é invertida ao se notar que, ainda na análise de fontes de militares e governos, porém do lado iraquiano, pouca atenção foi oferecida a esses oficiais. O Globo foi o meio de informação que menos proporcionou aos seus leitores relatos dessa categoria: das 44 matérias analisadas, apenas 4 as citam.

Fontes	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
G/M* dos EUA e aliados	69	79	106
G/M* iraquianos	26	4	14
Redes de Televisão ocidentais	10	4	14
Redes de Televisão orientais	7	2	11
Civis iraquianos	25	22	9
Sociedade Civil	2	17	6

*G/M = Governo e Militares.

Tabela 5 – Fontes referenciadas nas matérias publicadas pelos três periódicos nacionais

É conveniente afirmar que, diversas vezes, os três jornais reproduziram as mesmas citações das mesmas fontes em suas matérias o que mais uma vez demonstra a homogeneização das notícias. É válido citar alguns exemplos. No dia 15 de abril de 2003, os três periódicos publicaram em suas respectivas matérias – cujo tema era a ameaça dos Estados Unidos à Síria – as mesmas falas atribuídas ao então Secretário da Defesa Donald Rumsfeld, ao ex-secretário de Estado Colin Powell e a Ari Fleischer, à época porta-voz da Casa Branca.

Fatos semelhantes ocorreram nos dias 16 e 28 de abril quando, primeiramente, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo publicaram as mesmas citações do general norte-americano, Jay Garner – que foi indicado pelos EUA para administrar o Iraque nas primeiras semanas após a queda de Saddam Hussein. As matérias em questão abordavam o tema da oposição iraquiana a uma possível liderança norte-americana na região. E posteriormente, no dia 28 de abril, O Globo e Folha de S. Paulo transcreveram as mesmas indicações do Comando Central dos Estados Unidos ao publicarem uma notícia que tratava sobre a prisão de um líder iraquiano pelas forças norte-americanas.

Levando em consideração que a guerra foi travada em regiões urbanas do Iraque, os civis foram pouco ouvidos nesse conflito. O fato do jornal Folha de S. Paulo ter sido o diário que mais ofereceu espaço para essas falas pode ser explicado porque seu correspondente estava baseado no Iraque desde o início da invasão. Foi possível observar ainda que grande parte das referências feitas à população foi localizada nas matérias publicadas pelos três correspondentes brasileiros no Iraque – Sérgio Dávila, Lorival Sant’Anna e José Meirelles.

Nota-se que a presença das falas civis em suas matérias são constantes. Abaixo, alguns trechos de suas matérias:

Vinte minutos depois de terminado o discurso de Saddam e três outras vezes depois, às 20h40 e 21h30 e 0h de hoje, sempre de acordo com os horários locais, as sirenes antiaéreas soaram de novo na cidade, alertando para o perigo de novos ataques. “Vamos ganhar essa guerra enquanto membros da nação árabe e reforçar a união no oriente médio” disse à Folha o motorista Alaá Sadoon, depois de ouvir o discurso (Folha de S. Paulo, Sérgio Dávila, 21 de março de 2003).

Duas semanas depois da queda da estatua de Saddam em Bagdá, os iraquianos começam a buscar palavras para os seus sentimentos em relação a esse homem, que às vezes, não tinham coragem de revelar sequer dentro da própria casa. “Saddam era um f...da p...”, desabafou finalmente o major Adnan, depois de vários dias de convívio com o repórter do Estado, que o contratou como motorista, e só depois de ouvir muitos relatos de pessoas que sofreram como ele (O Estado de S. Paulo, Lourival Sant’Anna, 27 de abril de 2003).

Al Hity nada tem de radical. Ele fala com a voz baixa, quase como se estivesse pedindo desculpas. Mas aos poucos, como diz, algo parece estar mudando dentro dele: Estou triste demais com tudo isso. Mas já decidi uma coisa: continuarei lecionando matemática e também passarei a me dedicar a ensinar aos meus alunos a odiar os Estados Unidos. Esse país destruiu a minha vida – disse (O Globo, José Meirelles Passos, 24 de abril de 2003).

Outro aspecto indicado por essa categoria de análise é a utilização das redes de TV como fontes. Principalmente das redes de TV orientais como Al Jazeera, Al Arabya, TV de Abu Dabi e TV Iraquiana na produção das matérias sobre o conflito. Elas foram comumente utilizadas como contra ponto em algumas notícias, e, às vezes, como fonte de informações exclusivas em outras. Nota-se, que apesar de tímida, foi possível detectar sua presença nas matérias vindas das agências internacionais de notícia e dos jornais estrangeiros. Portanto, é muito importante ressaltar que as redes de TV árabe não representaram fontes ouvidas nas matérias produzidas pelos próprios jornais nacionais. Por ter sido o periódico que mais utilizou as agências internacionais de notícia como fonte, O Estado de S. Paulo apresentou uma maior quantidade de citações provenientes da mídia árabe. Destaca-se alguns trechos da sua presença nos três meios de comunicação:

A Al Jazeera (Catar) e a TV Abu Dhabi mostraram ontem um documento escrito à mão com uma suposta mensagem de Saddam dizendo à polícia secreta que parasse de combater os invasores (Folha de S. Paulo, 20 de abril de 2003).

Segundo informações da rede de TV do Catar Al Jazeera, dois canais de televisão iraquianos saíram fora do ar depois que suas sedes foram atingidas por bombas (O Estado de S. Paulo, 26 de março de 2003).

Horas depois a Al Jazeera exibiu vídeos onde duas mulheres, separadamente, prometiam atacar os invasores americanos em operações suicidas, sem dar detalhes sobre a ação. Em seguida, a TV Iraquiana afirmou que elas teriam realizado o atentado à barreira (O Globo, 5 de abril de 2003).

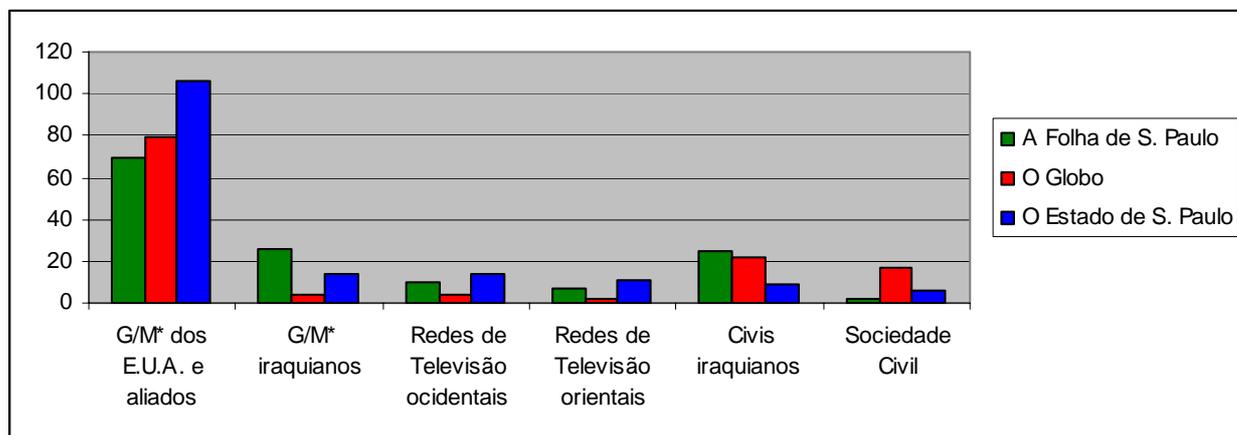


Gráfico 7 – Quadro comparativo da quantidade de fontes citadas pelos periódicos nacionais

A presença dessas redes televisivas na produção das matérias corrobora com a idéia de que a Guerra no Iraque pode ter representado um *turning point* na história da cobertura das guerras, ao ter contribuído para que diferentes relatos participassem da construção do conflito e oferecessem diferentes perspectivas à sociedade internacional. Apesar disso não significar que esses novos atores da comunicação internacional sejam fontes neutras e que suas informações sejam confiáveis – exatamente como também não são aquelas fornecidas pelas grandes empresas da comunicação internacional – suas presenças contribuem para que discursos mais polifônicos sobre a ordem internacional sejam produzidos.

Por fim, no contexto da guerra no Iraque, a análise sobre quem é permitido falar ou não na imprensa brasileira correlaciona-se com os enquadramentos apresentados na última subseção, porém de uma maneira mais detalhada. A preponderância de temas militares dos Estados Unidos e aliados na imprensa nacional refletiu nas delegações de fala desses oficiais, o que trouxe como consequência a reprodução de um discurso “oficialesco” da guerra no Iraque pelos periódicos nacionais. Observa-se ainda que pouco espaço foi dado às reflexões da sociedade civil, como especialistas e acadêmicos, que poderiam oferecer versões mais imparciais sobre a invasão. Quanto mais plurais as fontes e mais equilíbrio nos espaços oferecidos a elas, maior a diversidade de visões e, conseqüentemente, menor é a influência de

versões oficiais sobre um determinado conflito. Na guerra do Iraque, a imprensa brasileira não adotou esses pressupostos.

4.3.4.

A posição oficial: os editoriais contra a invasão

Os editoriais dos jornais representam textos opinativos da direção de um meio de comunicação. Ao contrário das notícias eles não têm obrigação de ser imparcial ou objetivo. Por isso, é o espaço onde existem grandes possibilidades de se extrair os valores que determinam a identidade política da linha editorial de cada veículo.

A análise dos editoriais indica que todos os diários se posicionaram contra a invasão ao Iraque. Nos primeiros textos opinativos publicados a partir do dia 20 de março de 2003, data da deflagração da guerra, os jornais Folha de S. Paulo e O Globo já demonstravam esse posicionamento. O Estado de S. Paulo não deixa clara a sua postura no primeiro texto publicado sobre o conflito, no dia 21 de março, de 2003. Porém, no segundo opinativo fica evidente a opção contrária à invasão:

Teria sido possível evitar essa guerra? A resposta é sim, se as relações entre os povos fossem regidas pela racionalidade. Mais uma vez prevalece a vontade do mais forte, do mais bem armado, do que se comporta como o senhor da razão. [...] Quando resolveu partir sozinho, de arma na mão, para o Golfo pérsico, Bush atingiu a autoridade da ONU – gravemente (“Reconstruir” – O Globo).

Se toda Guerra carrega o estigma da brutalidade, o presente conflito no Iraque recebe ainda a marca da arrogância. Por alguma razão oculta, Bush parece acreditar na idéia de que jogando uma quantidade avassaladora de bombas ajudará a fundar um Iraque democrático. E, para ter a oportunidade de demonstrar essa tese estapafúrdia, não hesitou em falsificar pretextos para a guerra e romper com a maior parte da comunidade internacional. [...] A aplicação metódica da Doutrina Bush lançaria o mundo num estado de guerra permanente pelo menos tão nocivo quanto às tiranias que promete eliminar (“Guerra Estúpida” – Folha de S. Paulo).

Os Estados Unidos não têm a menor intenção de permitir que a ONU assuma um papel substantivo no Iraque pós-Saddam. Os sinais emitidos por Washington são tão inconfundíveis como clamoroso é o contraste entre sua pujança militar e sua miopia política (“O Veto de Washington à ONU” – O Estado de S. Paulo).

Os títulos (mais conhecidos como chapéu ou cartola) criados para definir as matérias sobre a invasão podem representar uma forma de indicação para se aferir a posição adotada pelos meios de comunicação nacionais. A seção sobre o conflito no Iraque de O Globo foi denominada de “A Guerra de Bush”, o que causou o efeito de um tom bastante crítico ao expressar a intenção de que a guerra fora causada por uma única pessoa. Nessa mesma linha crítica e sugerindo o mesmo efeito de se denominar um responsável pelo conflito, encontra-se o título do diário Folha de S. Paulo: “Ataque do Império”. Em uma vertente mais neutra, sem provocar demais acusações O Estado de S. Paulo publicou seus textos sob o seguinte chapéu: “II Guerra do Golfo”. Para efeito comparativo, o jornal norte-americano *New York Times*, utilizou como título para as suas reportagens sobre o Iraque a frase *A nation at war* (uma nação em guerra), a rede árabe de televisão *Al Jazeera* utilizou o termo “recolonização” (citado em TUMBER e PALMER, 2006) e a rede inglesa de comunicação *BBC* denominou o conflito de *Iraq War* (Guerra no Iraque).

Outro indicador do posicionamento dos jornais pode ser encontrado nos termos utilizados para caracterizar as atitudes e os governos de ambos os lados do conflito. Por exemplo, O Estado de S. Paulo utilizou termos sem predicativos para se referir ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao ex - primeiro ministro britânico, Tony Blair e ao governo norte-americano. Em sua maior parte eles foram referenciados como: “Bush”, “Blair”, “Washington” e “Casa Branca”. Já o então presidente do Iraque foi citado pelo jornal como “déspota” “ditador” e “tirano”. O Globo, em sua maior parte utilizou em seus textos opinativos termos mais neutros como “Bush”, “Blair”, “Saddam”, o que garantiu ao veículo certa imparcialidade nos seus textos. A Folha de S. Paulo apresentou a mesma tendência predicativa do Estado de S. Paulo, porém com o foco no lado oposto. Ao se referir aos Estados Unidos e aliados, o jornal utilizou palavras como: “Falcões de Washington”; “George Bush e Tony Blair, líderes dos países que fazem a guerra”; “máquina de guerra norte-americana”; “tropas invasoras”; “Bush e seus asseclas”; “George Bush e a máquina de propaganda norte-americana”. E, ao se referir ao ex-presidente do Iraque, Saddam Hussein, os termos utilizados foram: “Saddam” ou “Saddam, que governou uma ditadura cruel”.

Não obstante os três meios de comunicação tenham assumido uma postura contrária à invasão do Iraque foi possível observar, que, os textos opinativos por eles produzidos, com exceção do jornal Folha de S. Paulo, se concentraram muito mais na condução da guerra do que no questionamento de sua legitimidade e motivação, como demonstram os gráficos abaixo:

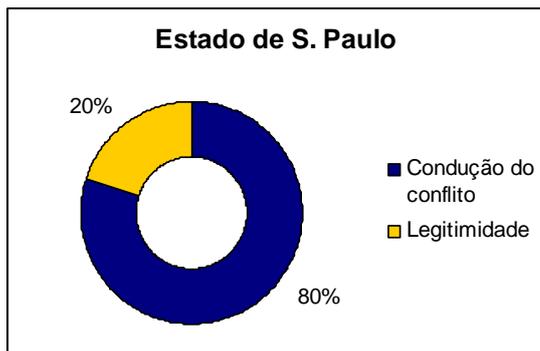


Gráfico 8 – Relação entre editoriais do Estado de S. Paulo que abordaram a legitimidade do conflito ou a sua condução

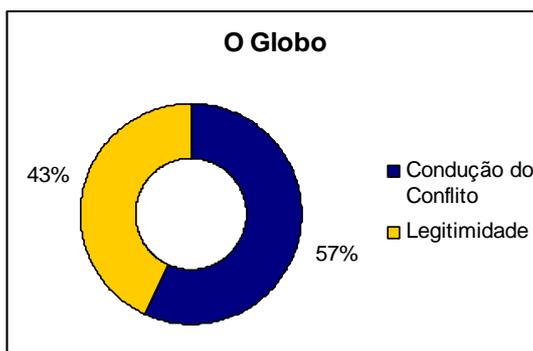


Gráfico 9 – Relação entre editoriais do Globo e que abordaram a legitimidade do conflito ou a sua condução

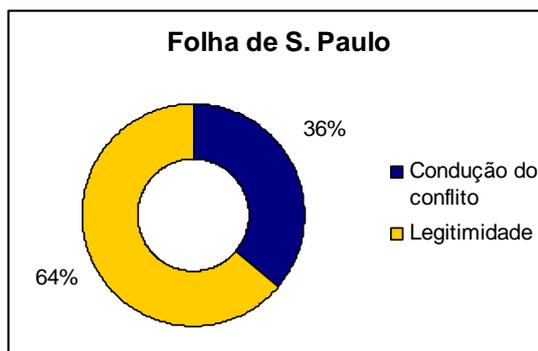


Gráfico 10 – Relação entre editoriais da Folha de S. Paulo que Abordaram a legitimidade do conflito ou a sua condução

Essa questão pode ser observada na atenção dispensada pelos editoriais ao tema das armas de destruição em massa, que foi o argumento forjado utilizado pelos Estados Unidos e aliados com a finalidade de justificar a ocupação do Iraque. Apenas um editorial do Globo e um do Estado de S. Paulo questiona a existência desses armamentos em solo iraquiano. A Folha de S. Paulo aborda a não localização do arsenal em quatro editoriais. Tal quantidade pode ser explicada devido ao fato do jornal Folha de S. Paulo ter sido o veículo de informação que mais produziu textos opinativos sobre o conflito no Iraque quando comparado com os outros dois jornais.

A identidade da linha política dos editoriais pode ser avaliada também por meio de uma análise dos temas publicados por eles no início da invasão ao Iraque. O Estado de S. Paulo, por ter produzido menos textos no período, foi o veículo que apresentou uma menor pluralidade de temas abordados sobre a guerra. Seu foco se concentrou nos assuntos militares. As opiniões do Globo circunscreveram-se às questões políticas e militares. O diferencial desse veículo foi trazer aos seus leitores duas análises baseadas em perspectivas históricas referentes ao conflito no Iraque. Por fim, a Folha de S. Paulo foi o meio de comunicação que argumentou por meio de uma maior diversidade de enfoques e opinou sobre quatro temas

inexistentes nas discussões dos outros jornais: a atuação da mídia; a opinião pública brasileira sobre o conflito; as causas da invasão e as conseqüências sociais da guerra.

Temas editoriais	O Estado de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo
Social	-	1	4
Político	2	5	6
Militar	4	5	6
Diplomacia brasileira	1	1	1
História	-	2	-
Papel da ONU	2	-	-
Economia	1	-	2
Mídia	-	-	2
Opinião pública	-	-	1
Causas da guerra	-	-	3
Total	9	14	25

Tabela 6- Temas abordados pelos editoriais dos jornais no contexto da invasão ao Iraque

Questão relevante observada nos editoriais dos três jornais é a presença de reflexões vindas de especialistas e de jornais estrangeiros com a finalidade de auxiliar na construção das argumentações. O Globo utiliza-se desse recurso duas vezes, baseando-se em articulistas do *New York Times*. O Estado de S. Paulo cita um especialista do Sarah Lawrence College, de Nova Iorque e em outros dois editoriais utiliza-se de argumentos fornecidos também pelo *New York Times* para sustentar o seu ponto de vista. O jornal Folha de S. Paulo ofereceu espaço em um editorial para o pesquisador indiano, Muqtedar Khan.

É surpreendente o fato de que nas matérias principais sobre o conflito no Iraque produzidas pelos próprios meios de comunicação e nos seus editoriais, especialistas e pesquisadores de universidades brasileiras em Relações Internacionais, Política Internacional e História não sejam cotados como formuladores de opinião para a produção das matérias da grande imprensa. Questionados sobre essa situação, em entrevista feita por Souza (2006), os editores do caderno internacional dos três jornais, à época do conflito no Iraque, assumiram,

com base em argumentações superficiais, a preferência por especialistas de outras nacionalidades:

Talvez seja até um preconceito de minha parte, mas eu sempre dizia para a minha equipe: entre um acadêmico brasileiro para falar de um assunto não relacionado ao Brasil, vamos priorizar o estrangeiro. Por quê? Até pela minha experiência em universidades, por ouvir os acadêmicos em palestras ou entrevistas, sinto que muitas vezes sabem menos do que nós, jornalistas. As universidades brasileiras não têm recursos. Tentamos entrevistas algumas vezes antes da Guerra no Iraque. Por exemplo: vamos falar sobre África. Vamos ouvir algum catedrático da USP. Havia um que tinha ido a África uma vez, há muitos anos, a biblioteca da USP não tem nada. Então a desvantagem é muito grande em relação a um europeu, americano ou especialista da África. O desnível é muito grande. Um catedrático em Iraque numa universidade americana ou européia, já estudou no Iraque, vive indo até lá, tem acesso a muitos livros, a líderes, a biblioteca do setor dele é maior do que muitas na USP (Sérgio Malgerbier, editor da Folha de S. Paulo, em 2003).

Eu acho que no meio acadêmico brasileiro há muitas limitações. Entre um analista brasileiro e um estrangeiro prefiro o estrangeiro. O Brasil sempre teve uma característica isolacionista e há poucos anos o país começou a abrir-se mais para o exterior. Isso criou uma deficiência de quadros em política externa. Durante a Guerra no Iraque eu via no Globo News entrevistas com especialistas brasileiros e eu percebia que eles repetiam o que estava nos jornais. Nem certo dia teve um deles que repetiu toda a edição do Estadão. Citou várias coisas que havíamos publicado. Dava para perceber que ele leu o jornal e foi dar a entrevista. Não vi nenhum cara com uma grande sacação. Todo país continente é isolacionista. Os Estados Unidos eram até a primeira Guerra Mundial., antes de emergirem como a maior potência mundial, a Rússia é até hoje, a China criou uma muralha. O Brasil é o único país de língua portuguesa na América. Com a globalização é evidente que há uma grande deficiência de quadros nas Relações Internacionais (Paulo Eduardo Faria Nogueira, editor do Estado de S. Paulo, em 2003).

Eu acho que as pessoas no exterior têm mais facilidade, são mais acessíveis. Aqui alguns não querem falar por telefone, pedem para mandar as perguntas antes. Não sei é por que a comunidade acadêmica no exterior já está mais acostumada a dar entrevistas que respondia muito rápido pela internet, pelo telefone. Mas a gente conseguia achar analistas daqui, até por que tem coisas que dá para analisar daqui. Por exemplo: como fica a América Latina nessa história toda. Também ouvimos observadores da imprensa nacional, analistas em questões jurídicas sobre os presos de guerra. É uma boa opção (Cláudia Sarmiento, editora do caderno Mundo do Globo, em 2003).

Os jornais brasileiros pouco ou nenhum destaque deram à posição da diplomacia brasileira em não apoiar a invasão ao Iraque. Não se encontram nas matérias das páginas internacionais respaldos acerca dessa decisão. Nos editoriais dos jornais, apenas três referências, uma de cada meio de comunicação, são feitas sobre o Itamaraty. É importante ressaltar, conforme já explicado no capítulo dois, que à época do início do conflito no Iraque, o Governo Lula tentava imprimir ao País a função líder no cenário internacional. Houve uma

intensa mobilização política com o intuito de impedir a guerra e, ao mesmo tempo, atrair a atenção do mundo para o Brasil, que começava a sua tentativa em pleitear uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Cada meio de comunicação conferiu em seus textos opinativos uma perspectiva diferente para os assuntos afetos à política externa brasileira.

A possibilidade da posição brasileira perante o conflito “irritar” o *establishment* norte-americano e trazer algum tipo de mal estar nas relações entre os dois países, como ocorreu com o México (devido aos laços com o Nafta) e o Chile (que estava para assinar o acordo de Livre Comércio com os EUA), foi o assunto abordado pelo editorial do Estado de S. Paulo, no dia 8 de abril de 2003. O título do texto é: “preocupações com o antiamericanismo”. O editorial defende que a prerrogativa brasileira em não apoiar a ocupação do Iraque não deve ser traduzida como um sentimento antiamericano e que esse tipo de postura deve ser contido nos meios políticos e diplomáticos nacionais:

Essa distinção tem sido feita pelo Itamaraty. Certamente, por influência dos diplomatas profissionais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva moderou as suas declarações contrárias à guerra, o que levou a embaixadora dos Estados Unidos a afirmar que “o fato de discordarmos sobre a forma preferida de ação nesta questão não deve e não irá interferir na ampla agenda de assuntos econômicos, científicos, sociais, ambientais e outros nos quais nossos países trabalham”. Sempre que surge a oportunidade, os diplomatas brasileiros têm ressaltado que a condenação da guerra preventiva e sem a autorização da ONU - feita pelo Brasil em todos os foros dos quais participa - não pode e não deve ser acompanhada da exacerbação do sentimento antiamericano. [...] O Itamaraty, portanto, faz bem ao afirmar que a posição que o País adotou na ONU e nos outros foros internacionais, na questão do Iraque, não reflete qualquer sentimento de antiamericanismo.

Já o editorial do jornal Folha de S. Paulo, no dia 8 de abril de 2003, aponta a necessidade de o Brasil concentrar seus esforços diplomáticos na tentativa de convencer outros atores do cenário internacional sobre a importância da ONU no processo de reconstrução do Iraque pós-guerra. À época, a divisão entre Estados Unidos e Inglaterra com relação ao envolvimento da ONU era um assunto relevante da política internacional. Os primeiros ministros ingleses Tony Blair, assim como os líderes de outros países europeus defendiam a participação do órgão. Por outro lado, representado pelo então vice-presidente norte-americano Dick Cheney, os “falcões” defendiam uma gestão estadunidense do país invadido:

Cabe a países como o Brasil pressionar para que a ONU seja a protagonista da “reconstrução”. A organização, que já foi amesquinhada por Bush na deflagração do conflito, é a única capaz de emprestar alguma legitimidade à administração pós-guerra.

E por fim, o editorial do diário O Globo publicado no dia 20 de abril, trazia como tema as conseqüências econômicas da invasão do Iraque para o Brasil. De acordo com o texto, a quebra do multilateralismo por parte dos Estados Unidos poderia representar um grande obstáculo para os objetivos comerciais brasileiros caso essa prática fosse adotada também na área da diplomacia comercial. Para o Brasil, essa atitude traria péssimas conseqüências para as negociações comerciais, principalmente relativas às pautas dos subsídios agrícolas. A política externa deveria, então, estar atenta a essa questão:

O ministro das relações exteriores, Celso Amorim, admite o efeito negativo da guerra sobre as negociações. Problemas previsíveis ocorrerão nas conversas entre Estados Unidos e parte ponderável da Europa, dividida diante da guerra. E será quase inevitável algum reflexo na criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA. A diplomacia precisa agir contra esse cenário.

Pode-se dizer, então, que as questões afetas à política externa brasileira nos três jornais nacionais foi um tema minimamente explorado. Acredita-se que a relevância em estudar como ela é reportada – ou não – em um meio de comunicação não especializado encontra-se no fato de esse tema constituir uma ponte, cuja ligação direta se dá com a formação da opinião pública. Afinal, em se tratando de política internacional a maior parte dos brasileiros toma conhecimento do que está acontecendo no mundo por meio da imprensa comum. Portanto, é importante que as decisões tomadas nessa política pública específica sejam mais bem debatidas nos jornais de referência do Brasil com a finalidade de se criarem espaços de discussão na sociedade.

Um outro ponto importante, com relação à publicação nos diários nacionais das atividades da política externa brasileira, inclui a divulgação e implementação dessa política em um âmbito internacional. Uma vez que os grandes jornais de um país, muitas vezes, são utilizados como fontes para que outros governos e jornalistas estrangeiros saibam o que está se passando em um determinado território, seria relevante que decisões políticas, de interesses explícitos, fossem publicadas nas páginas nacionais. Isso poderia elevar a chance de elas ganharem destaque internacional e criar-se-ia a possibilidade de reduzir o monólogo que impera nos assuntos discutidos nas seções internacionais dos jornais.

E, igualmente, é razoável considerar que caso essas políticas repercutam em um plano interno e internacional, isso poderia auxiliar no cumprimento dos objetivos propostos pelos atores. É dessa forma que a diplomacia pública age ao divulgar e promover internacionalmente os propósitos políticos de um governo. No caso da posição de diplomacia brasileira, no contexto da guerra no Iraque, observa-se, contudo, que a política adotada pelo Governo Lula não obteve grandes reflexos no plano doméstico nem no plano internacional.

Comparando os textos opinativos dos três jornais, é possível afirmar que o periódico Folha de S. Paulo foi o meio de comunicação que mais apresentou análises críticas e questionamentos com relação à invasão ao Iraque, o que pode também ser explicado pelo fato deste veículo ter publicado mais editoriais do que seus outros dois colegas. Em seguida veio O Globo e, por último, posiciona-se O Estado de S. Paulo. Em comum, os assuntos militares, referentes às estratégias e condução do conflito foram as preocupações dos três meios de comunicação, que dispensaram grande parte de seus textos a esse tema. Outras convergências dizem respeito à pouca atenção dada aos assuntos da política externa brasileira e à indisposição dos jornais em abrirem espaço para as reflexões de acadêmicos e analistas brasileiros acerca das questões internacionais.

4.4

Considerações sobre a análise da imprensa

A partir da análise das matérias e editoriais publicados pela imprensa brasileira, no contexto da invasão ao Iraque foi possível identificar os seguintes pontos:

- Os jornais Folha de S. Paulo e O Globo não especificam claramente a seus leitores as origens das matérias provenientes das agências internacionais de notícia.
- Nos três periódicos analisados mais da metade da produção das matérias sobre a invasão ao Iraque são originadas das agências internacionais de notícia em conjunto com artigos traduzidos de outros meios de comunicação estrangeiros.
- O Estado de S. Paulo ofereceu aos seus interlocutores apenas 7% de matérias de autoria própria; O Globo, 32% e a Folha de S. Paulo, 43%.
- Forte tendência dos periódicos nacionais seguirem as pautas formuladas pelas grandes empresas de comunicação globais.

- Semelhanças e até igualdades nos temas, títulos, artigos, fotos e citações publicados durante o conflito pelos três jornais (homogeneização da imprensa).
- A ausência de critérios e questionamentos para a publicação das matérias compradas pela imprensa brasileira.
- Preferência dos periódicos pelas mídias norte-americanas.
- Incapacidade das teorias baseadas na questão da dependência, sozinhas, explicarem a influência da mídia internacional nas mídias dos países periféricos, como o Brasil.
- Forte opção por temas relativos aos esforços militares norte-americanos e dos aliados nos três jornais nacionais: 65% no Estado de S. Paulo; 54% na Folha de S. Paulo e 48% no Globo.
- No processo de delegação de falas, maior espaço nos textos dos três jornais foi oferecido à fala de militares ou governo dos Estados Unidos e aliados.
- Discursos construídos em tons bélicos e oficiais, que privilegiaram as estratégias militares dos Estados Unidos e aliados.
- As redes de TV árabe não representaram fontes ouvidas nas matérias produzidas pelos próprios jornais nacionais. Somente apareceram na imprensa nacional por meio das matérias compradas das agências internacionais e artigos estrangeiros.
- Poucos textos com enfoque civil e pouco espaço para a fala dos membros da sociedade civil
- Os editoriais dos três jornais se posicionaram contra a invasão ao Iraque.
- Os textos opinativos por eles produzidos, com exceção do jornal Folha de S. Paulo, se concentraram muito mais na condução da guerra do que no questionamento de sua legitimidade e motivação.
- Tanto nos materiais principais sobre o conflito no Iraque produzidos pelos próprios meios de comunicação como nos seus editoriais, as reflexões de especialistas e pesquisadores de universidades brasileiras em Relações Internacionais, Política Internacional e História não são consideradas como formuladores de opinião.
- Questões relativas à política externa brasileira e à posição da diplomacia em não apoiar a invasão ao Iraque não encontram respaldo nas matérias das páginas internacionais. E nos editoriais dos jornais, a discussão dessa temática é mínima.
- A comparação dos textos opinativos dos três jornais permite afirmar que o jornal Folha de S. Paulo foi o meio de comunicação que mais apresentou análises críticas e questionamentos com relação à invasão ao Iraque. Em seguida posiciona-se O Globo e depois O Estado de S. Paulo.

A Análise de Discurso das matérias e editoriais no contexto da invasão ao Iraque demonstra as semelhanças e diferenças dos três periódicos com relação à influência da mídia internacional e com relação ao modo como apresentaram a construção do teatro da guerra a seus leitores.

Em um plano “micro”, comparativamente, entre os jornais pode-se constatar que o fato do jornal Folha de S. Paulo ter produzido mais matérias de autoria própria, oferecido mais espaço às falas civis, utilizado termos mais opositores e questionado mais vezes a legitimidade do conflito, acarretou em uma maior autonomia desse diário com relação à influência da mídia internacional e uma postura mais crítica sobre a invasão do Iraque. Em seguida, se posiciona O Globo, que como trunfo foi o meio de comunicação que mais enquadrado os aspectos civis e políticos do conflito e utilizou em menor quantidade as agências internacionais de notícia. Apresentando uma análise mais concentrada nos aspectos militares da coalizão e exibindo menos questionamentos que os demais jornais, O Estado de S. Paulo pode ser considerado o jornal que menos aspectos críticos publicou sobre o conflito. Porém, um ponto positivo de sua cobertura foi ter sido o diário que mais publicou as agências árabes de notícia em suas matérias.

Apesar das peculiaridades de cada meio, no período analisado, de uma maneira “macro”, pode-se afirmar que prevaleceu, nos três periódicos, um discurso belicoso e oficialesco, centrado nas estratégias militares dos Estados Unidos e aliados. Também foi possível perceber a construção de discursos frágeis, marcados pela falta de critérios e questionamentos com relação às matérias compradas. A presença dos três correspondentes brasileiros no Iraque não amenizou essa situação, devido à pouca quantidade de matérias principais por eles publicadas. Entretanto, quando impressas nos jornais, elas forneceram relatos preciosos e privilegiaram as falas da população iraquiana.

A homogeneização das notícias, a ausência de pluralidade de enquadramentos, a parcialidade nos relatos publicados, a recorrência às mesmas mídias internacionais, a falta de debates sobre política externa brasileira bem como das reflexões de analistas das universidades do País são algumas das características encontradas nas matérias analisadas. Além de refletirem a dinâmica do fluxo de notícias da comunicação internacional, a questão da dependência dos países periféricos, o domínio das agências internacionais de notícia e a preponderância das mídias norte-americanas, a forma como a imprensa brasileira apresentou aos seus leitores a invasão ao Iraque também expressou a escolha racional dos editores e jornalistas em se concentrarem em alguns aspectos do conflito e relativizarem outros. Isso fez

com que, os três jornais, mesmo escrevendo a partir de um País que não foi ator participante do conflito, às vezes, exibissem um comportamento muito parecido com os das imprensas dos países envolvidos na guerra, como, por exemplo, a mídia norte-americana ou até mesmo a Iraquiana (com a grande diferença de que no Iraque, não somente à época da invasão, a censura dos meios de comunicação não é uma opção).

Seja por costume, facilidade, custos, intenção ou dependência, a cobertura da guerra no Iraque apresentada pela imprensa brasileira contribuiu com a formação de uma pauta internacional de notícia, fato que pôde ser visto pela homogeneização das notícias publicadas.

Uma vez que por questões econômicas não é possível aos jornais terem um leque amplo de correspondentes no exterior e assim publicarem uma maior quantidade de notícias de autoria própria, a produção de um noticiário internacional de boa qualidade, crítico e independente deveria considerar a adoção de critérios eficientes que permitissem minimizar o impacto da publicação de notícias que se assemelham a propagandas – situação bastante comum em um contexto de guerra. Em um momento em que surgem novos atores na comunicação internacional – por exemplo, agências de notícia como a Phonix e Al Jazeera – igualmente, é imprescindível diversificar as fontes de informação utilizadas na produção das matérias principais a fim de se produzir textos menos oficiais e mais objetivos.

Ao se considerar que o mundo é social e lingüisticamente construído, a necessidade de discursos mais imparciais e polifônicos, conseqüentemente, capazes de mediar e fazer serem ouvidas as diversas vozes que compõem a sociedade internacional são essenciais também nos cadernos internacionais da imprensa brasileira.

CONCLUSÃO

Por que a imprensa brasileira relatou a invasão do Iraque dessa forma?

De acordo com as reflexões oferecidas pela área de estudos da Comunicação Internacional poder-se-ia apontar pelo menos três possibilidades discutidas nesse trabalho.

Primeiramente, conforme visto no capítulo 2, as pesquisas baseadas no fluxo de notícias indicam a existência de uma via de informação unidirecional e desigual entre os países no cenário internacional. Nessa linha de pensamento seguem os estudos realizados pela Unesco na década de 1980 e a análise de WU (2004) desenvolvida em 1995, nos quais ambos denunciam as grandes corporações da mídia e apontam para a necessidade de novas perspectivas nos assuntos internacionais publicadas ao redor do mundo. O argumento baseado na desigualdade entre os países no campo da comunicação internacional ainda ganha fôlego atualmente, conforme visto nos foros internacionais. Do debate iniciado pela NOMIC na década de 1970, até a nova discussão da *WSIS* em 2005 – a respeito da governança global da internet – esta temática está presente.

Nesse contexto, o surgimento de novas mídias de países periféricos, que poderia indicar uma mudança no desigual cenário global da informação, ainda não apresenta atores capazes de competir em uma estrutura caracterizada pelos grandes monopólios da comunicação, cujo domínio é exercido, principalmente, pela mídia anglo-americana. Boyd-Barret (2004) argumenta que o excepcional desenvolvimento das agências internacionais de notícia faz com que elas atuem como *agenda setting* do cenário internacional e, assim, contribuam para a homogeneização das matérias jornalísticas sobre o mundo e, também, para a falta de pluralidade de enfoque nas informações passadas. Todos esses fatores seriam responsáveis, então, para a configuração de um discurso monofônico e despersonalizado sobre os acontecimentos internacionais.

A segunda explicação considera como ponto central o contexto de guerra no qual as matérias foram produzidas. Conforme foi visto no capítulo 3, o domínio da mídia é um aspecto essencial para as estratégias de guerra formuladas pelos Estados. Para assumirem um conflito eles precisam estabelecer um consenso entre a população e, nessa tarefa, os meios de comunicação, responsáveis pela formação da opinião pública, ganham relevância. Somado à isso, existe ainda a tendência da mídia – por coerção, censura, auto-censura, política editorial, etc – em privilegiar e publicar as versões oficiais de um dos lados do conflito. A legitimação

desses discursos oficiais ocorreria em um plano global, uma vez que guerras e conflitos sempre recebem atenção especial dos meios de comunicação em qualquer parte do mundo.

Entretanto, como se sabe, o Brasil não foi um ator participante da invasão ao Iraque, o que a princípio descartaria a necessidade de se formular um consenso triangular, definido como tenso, entre mídia, política e opinião pública no País. Mesmo assim, a análise das matérias, publicadas pelos três periódicos nacionais, aponta para uma preponderância dos discursos oficiais norte-americanos e dos aliados.

O argumento da dependência com relação à mídia internacional seria a terceira possibilidade explicativa para o comportamento da imprensa nacional durante a invasão ao Iraque. Baseado em questões financeiras – o endividamento dos meios de comunicação brasileiros – os jornais teriam que suprir a pauta internacional com as notícias compradas de agências e periódicos estrangeiros. Conseqüentemente, haveria uma contenção para a formação de um ângulo nacional na abordagem da notícia internacional.

Porém, a análise das matérias sobre o Iraque, publicadas na imprensa brasileira, demonstra duas questões, as quais expressam que não são somente os três fatores “macro” acima referidos – fluxo de notícias; contexto da guerra; relação dependente – que contribuíram para que a cobertura dos três jornais se configurasse de tal modo. Primeiramente, tem se o fato de os jornais analisados, comparativamente, mostrarem uma significativa diferença na maneira de abordar o conflito. E o segundo ponto é o fato de os periódicos, entre as diferentes possibilidades de uso de jornais estrangeiros, mostrarem preferência pelos norte-americanos, no caso da pesquisa, pelo *Washington Post* e *New York Times*.

O que esses dois pontos revelam de mais precioso é que existia a possibilidade de escolhas para a construção das notícias sobre o Iraque, caso contrário, a cobertura feita pelos três jornais brasileiros, comparativamente, não apresentaria as discrepâncias apresentadas. Essa idéia vai de encontro a noção difusa de que a imprensa nacional, no contexto da invasão, se encontrava diante de uma situação pré-determinada, sem a possibilidade de apresentar aos seus leitores perspectivas diferenciadas sobre o conflito no Iraque. É importante explicar de maneira mais detalhada esses dois pontos.

O resultado da análise das matérias publicadas pelos três diários mostrou uma forte tendência deles seguirem as pautas formuladas pelas grandes empresas de comunicação globais; forte opção por temas relativos aos esforços militares norte-americanos e dos aliados e basearem sua cobertura em discursos construídos em tons bélicos e “oficialescos”.

Igualmente, o resultado mostrou uma significativa variação na cobertura oferecida pelos diários. Por exemplo: o jornal Folha de S.Paulo foi o periódico que mais publicou editoriais questionando a legitimidade do conflito, O Estado de S. Paulo foi o que mais reproduziu as falas dos aliados e O Globo o que mais publicou matérias enquadradas em temas da política internacional. Essas discrepâncias não podem ser explicadas pelas questões “macros”.

Defende-se que os leitores dos diários representam as determinantes principais para se compreender as variações de coberturas da invasão pela imprensa brasileira. Por serem empresas que participam de uma lógica comercial, os jornais impressos necessitam manter uma clientela, a qual aparenta estar satisfeita com as suas dinâmicas de construir as notícias. Esse pacto é firmado ou rejeitado diariamente pelos leitores que optam por comprar ou não os periódicos. Uma vez que as matérias foram escritas para um determinado público, ele é um ponto sensível que ajuda a explicar a configuração dos jornais. Conforme indicado pelas perspectivas da nova história cultural, e principalmente por Chartier (2001), os leitores encontram-se invariavelmente inscritos no texto e este por sua vez inscreve-se de múltiplas formas em seus leitores. Com efeito, argumenta-se que a diferença entre as coberturas apresentadas pelos jornais brasileiros pode ser explicada pelos gostos, concepções políticas e preferências subjetivas do público alvo dos três diários.

Já a adoção pela imprensa nacional de alguns periódicos estrangeiros ao invés de outros encontra explicação plausível em um ângulo editorial. A equipe de redação, o chefe da seção internacional, ou o conselho editorial de cada jornal é responsável por fazer a filtragem dos materiais jornalísticos que devem ou não ser comprados e das matérias e artigos que devem ou não ser publicados. Essas escolhas são feitas de acordo com os interesses da empresa de comunicação, podendo ser eles políticos, econômicos, baseados em uma questão de tradição, etc. Assim, a política editorial adotada pelas seções internacionais é responsável por impor um limite a respeito de quais notícias serão contadas e principalmente por quem.

À época da invasão ao Iraque, o fato de os três jornais brasileiros possuírem uma gama de assinaturas de periódicos estrangeiros e somente publicar artigos de jornais norte-americanos pode ser explicado em conexão a esse ponto de vista editorial. Ressalta-se que apesar das existências de mídias variadas no cenário global da comunicação, a imprensa nacional preferiu não diversificar as suas fontes. O exemplo da não utilização da Al Jazeera, como uma fonte direta durante a invasão ao Iraque, é o mais adequado para ilustrar essa tendência da imprensa nacional.

Dessa forma, o que essas duas considerações revelam de mais importante é que para se entender o fluxo de notícias no cenário internacional é preciso que a pergunta orientadora verse não somente a respeito de *qual* a influência do discurso da mídia internacional na imprensa brasileira, mas é preciso que igualmente questione como ele influencia e por que. Nesse contexto, argumenta-se, então, que os fatores “micro” que se situam em cada seção internacional dos três jornais são variáveis que não podem ser deixadas de lado para se compreender a dinâmica da produção das matérias sobre a guerra no Iraque.

É baseado nesse argumento que se discorda veementemente das explicações centradas somente na teoria da dependência, do contexto de guerra e do fluxo de notícias no cenário internacional. Elas não podem e também não devem explicar sozinhas a influência do discurso da mídia. Diz-se “não devem” pelo fato de que quando utilizadas como argumentos primordiais, essas compreensões, ao negligenciarem os fatores internos de cada meio de comunicação, retiram deles as suas responsabilidades acerca das produções jornalísticas. Assim, quando solitárias, essas explicações baseadas em aspectos “macro” minam a possibilidade de que notícias embasadas em enquadramentos plurais e de qualidade sejam publicadas nos jornais brasileiros na seção dedicada aos assuntos internacionais.

A análise desenvolvida nesse trabalho tem a limitação de se resumir às matérias e aos editoriais publicados pela imprensa nacional em um curto período da guerra no Iraque. Igualmente é limitada pelo fato de não ter como objetivo o estudo da identificação específica de quem são os leitores da seção internacional dos três jornais analisados. Logo, não é possível deduzir padrões que pretendam analisar a influência da mídia internacional nos meios de comunicação de outros países, principalmente daqueles que não possuem uma ampla quantidade de correspondentes que produzam as principais matérias sobre os assuntos internacionais.

Entretanto, ainda que limitadas a esse escopo, as evidências encontradas de que os fatores ligados à política editorial e ao público leitor dos meios de comunicação são de tais forma marcantes que podem servir aos futuros estudos da comunicação internacional, cujo foco se concentre no fluxo de notícias entre os países.

A proposta de se considerar, nas análises da mídia, tanto o plano externo quanto o plano interno traz consigo duas conseqüências, ambas já explicadas ao longo dessa pesquisa. No nível nacional, as variações de cobertura nos três jornais sugerem que eles não poderiam ser vistos como um ator coeso. Portanto, fazer generalizações e tratá-los como um único bloco, além tornar a pesquisa superficial, não expressaria as particularidades da produção das

matérias em cada meio de comunicação nacional. No contexto doméstico, é preciso considerar que cada caso é um caso.

Entretanto, a análise de discurso das matérias publicadas pela imprensa brasileira também mostrou generalizações relevantes nos três periódicos, como, por exemplo, o fato de eles darem quase nenhuma atenção à posição da diplomacia nacional e aos discursos do Governo brasileiro durante a guerra no Iraque. No bojo das propostas de classificação da mídia, formuladas por Gilboa (2002), não se encontra um papel que se encaixe à situação da imprensa brasileira nesse contexto. Ela não foi um ator controlador nem constrangedor, uma vez que não substituiu ou constrangeu a tomada de decisão do governo brasileiro em não apoiar a guerra. Tampouco ela foi um ator interventor, conflituoso ou instrumental. Essas duas últimas classificações poderiam ser utilizadas para caracterizar a mídia norte-americana, uma vez que, no período inicial do conflito, ela atuou complacente com as decisões do governo.

Assim, é possível afirmar que no contexto da invasão ao Iraque, a imprensa brasileira agiu mais como um palco do que como um ator. Ao oferecer excessivo espaço em suas páginas às notícias vindas das agências internacionais, aos artigos traduzidos de jornais estrangeiros, e à fala de especialistas de outros países é razoável considerar que a imprensa nacional exerceu a função de uma arena para a proliferação de discursos alheios. Como consequência, os três jornais contribuíram com a configuração de uma “pauta internacional das notícias”, fato evidenciado pela homogeneização de títulos, fotos, artigos publicados por estes meios.

Ao considerar a imprensa brasileira como um palco, é necessário retomar as perspectivas formuladas pelos construtivistas modernistas-lingüistas, apresentadas no capítulo primeiro. No contexto do conflito do Iraque, a análise das matérias publicadas pela imprensa nacional mostrou uma significativa presença do discurso da mídia internacional e que esse discurso foi reproduzido de maneira repetitiva, como se fossem ecos, pelos três periódicos. Sob a ótica de Onuf, essa situação é caracterizada como uma convenção, uma vez que os interlocutores passaram a reproduzir um ato da fala e acreditaram na significância daquilo que era repetido.

Na invasão ao Iraque, um exemplo dessa situação é o fato de a imprensa brasileira, como a mídia norte-americana, não ter questionado a hipótese de que o Iraque possuía armas de destruição em massa. É razoável pensar na possibilidade de essa assertiva ter se tornado uma convenção no plano internacional. É dessa maneira que, para os construtivistas

modernistas-lingüistas, a linguagem e os discursos podem legitimar aspectos sociais, políticos e culturais e, conseqüentemente, construir a realidade internacional.

Os jornais brasileiros – em uma análise comparativa de suas diferentes coberturas – optaram por apresentar a invasão do Iraque para seus respectivos leitores “conforme seu capricho, sua ilusão e sua miopia”, como o poema de Carlos Drummond de Andrade citado na abertura dessa dissertação. Ademais, o fato de os jornais terem agido como um palco em um cenário marcado pela desigualdade no fluxo de notícias e dominado por poucos, permite refletir sobre esse percurso com apoio na ilustração *His masters' voice* do artista alemão, Michael Sowa – também exposto no início desse trabalho – que retrata diferentes cães ouvindo atentamente às mensagens que saem de um único gramofone.

Por fim, apesar da emergência da mídia nas relações sociais ser um fenômeno relativamente recente – possui por volta de um século – a sua rápida interação com o sistema internacional é um fato que não pode ser ignorado pelos demais atores e, principalmente, pelos pesquisadores em Relações Internacionais. Na sociedade da informação, a política internacional não é somente feita por meio da utilização da mídia, mas também percebida através dela. Ressalta-se que essa percepção oferecida pelos meios de comunicação não é necessariamente uma pintura fiel de como o mundo é, mas, uma construção estruturada em todos os tipos de subjetividade inerentes ao homem. Por isso, considerar a mídia como um ator relevante no cenário internacional implica a responsabilização das suas atitudes nesse cenário.

Com efeito, existe a necessidade de discursos mais plurais serem construídos. E quando o assunto é guerra, essa necessidade é ainda mais urgente, devido ao fato de que, quando não questionadas, a utilização de manipulações e propagandas não forma somente um consenso ou uma convenção entre os membros da sociedade internacional, mas injustamente legitimam a morte de milhões de seres humanos. O papel da mídia como ator deve igualmente ser responsabilizado por participar, junto com os outros fatores, dessa configuração.

Com certo otimismo, a invasão ao Iraque mostrou-se como um esboço de que a pluralidade de enfoques é possível. Pela primeira vez na história, diversos meios de comunicação com diferentes perspectivas cobriram a guerra. Infelizmente, a imprensa brasileira não conseguiu se destacar nessa categoria.

É importante ressaltar que não se defende nesse trabalho, que as matérias sobre os assuntos internacionais sejam construídas com “um olhar genuinamente brasileiro”. Caso essa idéia fosse adotada, seria necessário elogiar a mídia norte-americana por sua excepcional

atuação na invasão ao Iraque. O que se argumenta é a necessidade de trazer para os leitores brasileiros notícias internacionais construídas por meio de discursos polifônicos, que traduzam como os fatos apresentados se relacionam diretamente com o seu dia-a-dia. E que também considerem as atuações brasileiras em uma política pública específica: a política externa, com o intuito de se formar um espaço de discussão sobre esses assuntos.

Esse trabalho tem a perspectiva de que novos estudos abordem o papel da mídia nas questões internacionais. E a sugestão é a de que eles considerem as diversas áreas que tangenciam esse tema e que articulam entre si. Os estudos das Relações Internacionais obedecem à uma dinâmica complexa, cuja compreensão pode ser melhor obtida por meio das pesquisas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. Constructivism and International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Sage Publications, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, 2004.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ANNAN, Kofi; KONARÊ, Alpha Oumar. **Folha de São Paulo**. Uma oportunidade de paz em Darfur. 26 jun. 2005. p. A3.

ASHLEY, R.K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millenium: Journal of international Studies**, v. 17, n.2, p. 227-262, 1988.

BAKER, Niger. Invisible giants, quiet revolution. In: PATERSON, Chris; SREBERNY, Annabelle. **International news in the twenty-century**. UK: John Libbey, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOYD-BARRET, Oliver. Cyberspace, globalization and empire. **Global Media and Communication**, v. 2, p.21-41, 2006. Disponível em: www.gmac.sagepub.com
Acesso em: 22/01/2007.

BOYD-BARRET, Oliver; RANTANEN, Terhi. News agencies as news sources: a re-evaluation. In: PATERSON, Chris; SREBERNY, Annabelle. **International news in the twenty-century**. UK: John Libbey, 2004.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise de discurso**. Campinas: Unicamp, 1995.

BRASIL. Radiobrás. **Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lamentando o início da guerra no Iraque**. Disponível em: www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_200303_2.htm Acesso em: 17 /04/2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMARGO, Julia. O papel da informação-comunicação na historiografia das Relações Internacionais: Uma análise da Escola Francesa. In: **Caderno de Resumos** da Anpuh, São Leopoldo, 2007.

CANZIAN, Fernando. **Folha de S. Paulo**. Bush exige “humanidade” do Iraque. 24 març. 2003, p. A-13.

CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Sage Publications, 2002.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERQUEIRA, Rodrigo. **Diários do Príncipe**: Imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002). 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC-RIO.

CERVO, Amado Luiz (Org.). **O desafio internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, janeiro de 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **Cultural history**: Between practices and representations. New York: Cornell University Press, 1988.

_____. **Práticas da leitura**. Estação Liberdade, 1999.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COHEN, Bernard. **The press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1969.

DÁVILA, Sérgio. **Entrevista concedida sobre a atuação da mídia brasileira durante o conflito no Iraque**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: julia_fcamargo@hotmail.com. Em: 21/02/ 2005.

DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

DORNELES, Carlos. **Deus é inocente a imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2002.

DOUGHERTY, James; PFZATAGRAFF, Jr. Robert. **Contending theories of international relations**, New York: Longman, 2001.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Universidade de Brasília e Imprensa Nacional, 2000.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of international communication**, n. 43, 1993.

FAZENDA, Ivani. **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

FEARON, James; WENDT, Alexander. Rationalism v. Constructivism: a skeptical view. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Sage Publications, 2002.

FIERKE, K.M. Links across the Abyss: language and logic in international relations. In: **International Studies Quarterly**. v. 3, n. 46, p. 331-354, 2002.

FINO, Carlos. **A Guerra ao vivo**. São Paulo: Verbo, 2003.

FOCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FONTENELLE, Paula. **Iraque**: A guerra pelas mentes. São Paulo, SP: Sapienza, 2004.

FREEDMAN, Des; THUSSU, Daya Kishan. **War and the media**. Sage Publications, 2003.

GADDIS, John Lewis. International Relations Theory and the End of the Cold War. In: **International Security**. v. 17, n. 3, p. 5-58, 1992.

GARAMBONE, Sidney. **A primeira Guerra mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Editora Martins Fontes, 2003.

_____. **Giddens and the 'G' world. An interview with Anthony Giddens**. Global Media and Communication, v. 1, p.63-77, 2005. Entrevistado por: Terhi Rantanen. Disponível em: <www.gmac.sagepub.com> Acesso em: 22/01/2007.

GILBOA, Eytan, Global Communication and foreign policy. **Journal of Communication**, dez., p. 731 -748, 2002.

GIRAULT, René; FRANK, Robert; THOBIE, Jacques. **La loi des géants 1941 -1964**. Masson, 1993.

GOYZUETA, Verônica. Jornalismo na guerra: nossas falhas em evidência. In: GOYZUETA, Verônica; ORGIER, Thiery. **Guerra e imprensa**: um olhar crítico da cobertura da guerra do Iraque. Summus, 2003.

GOYZUETA, Verônica; ORGIER, Thiery. **Guerra e imprensa: um olhar crítico da cobertura da guerra do Iraque**. Editora: Summus, 2003.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornal impresso**. Humanista, 2004.

HABERMAS, Jürgen. O valor da notícia. **Folha de S. Paulo**. Caderno MAIS! 27 mai, 2007.

_____. **Teoria de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.

HALL, Rodney Bruce; KRATOCHWIL, Friedrich Von. Medieval tales: neorealist "science" and the abuse of history. **International Organization**, v. 47, n. 3, p. 479-491, 1993.

HALLIN, Daniel. **The uncensored war**. University of California Press, 1989.

HERMAN E. S.; CHOMSKY N. **Manufacturing Consense**. Pantheon Books, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX**. Companhia das letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUDSON, Valerie M. Foreign Policy analysis: actor specific theory and the ground of international relations. **Foreign Policy Analysis** v.1, n.1, p.1-30, 2005.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, v.32, n.4, p.379-396, 1988.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. Longman, 2001.

KRATOCHWIL, Friedrich V. **Rules, Norms and Decisions**. On the conditions of practical and legal reasoning in international Relations and domestic affairs. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KRATOCHWIL, Friedrich V.; RUGGIE, John Gerard Ruggie. International organization: a state of the art on an art of the State. **International Organization**, v. 40, n. 4, p. 753-775, 1986.

KUBALKOVA, Vendulka. **Foreign Policy in a constructed world**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2001.

LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international relations theory in a post-positivism era. **International Studies Quarterly**, v.33, n.3, p.235-254, 1989.

LASSWELL, Harold. **Propaganda techniques in the world war**. New York: Alfred Knopf, 1927.

LAZARSELD, Paul, F. The prognosis for international communication: Special Issue on International Communications Research. **The Public Opinion Quarterly**, v. 16, n.4, p. v-x, winter 1952-1953. Disponível em: < www.jstor.org > Acesso em: 23/11/2006.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Free Press, 1922.

LOWENTHAL, Leo. Introduction: Special Issue on International Communications Research. **The Public Opinion Quarterly**, v. 16, n.4, p. v-x, winter 1952-1953. Disponível em: < www.jstor.org > Acesso em: 23/11/2006.

MALBERGIER, Sérgio. **A Guerra do Iraque que chega ao Brasil: o círculo vicioso das fontes dos jornais brasileiros**. Dissertação (Mestrado em jornalismo comparado). USP, 2006. Entrevistado por: Maria Teresa Jesus de Souza.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências da análise de discurso**. Campinas: Pontes, Edunicamp, 1987.

MAINGUENEAU, DOMINIQUE. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave em análise do discurso**. Tradução: Freda Indursky. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAN-CHAN, Joseph. Global media and the dialectics of the global. **Global Media and Communication**, v.1. n. 1, p. 24-28, 2005. Disponível em: < www.gmac.sagepub.com > Acesso em: 22/01/2007.

MARTINS, E. C. R. **Relações internacionais: cultura e poder**. Saraiva, 2007.

_____. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: **Um passeio com Clio**, Cléria Botelho da Costa (org.). Brasília: Paralelo 15, 2002.

MATTÈLART, Armand. **A globalização da comunicação**. São Paulo: Edusc, 2000.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, L. Donald. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **The public opinion quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MECLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2002.

MELISSEN, Jan. **The new public diplomacy: soft power in international relations**. Palgrave Macmillan, 2007.

MILADI, Nouredine. Mapping the al-jazeera phenomenon. In: FREEDMAN, Des; THUSSU, Daya Kishan. **War and the media**. Sage Publications, 2003.

MILNER, Helen V. **Interests, institutions and information: domestic politics and international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in international relations: a critique of research and methods, **European Journal of International Relations**. v. 5, n. 2, p.225-54, 1999.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: St. Martins's Press, 2005.

NOGUEIRA, Paulo E. F. N. **A Guerra do Iraque que chega ao Brasil: o círculo vicioso das fontes dos jornais brasileiros**. Dissertação (Mestrado em jornalismo comparado). USP, 2006. Entrevistado por: Maria Teresa Jesus de Souza.

NYE, Joseph. **Entrevista concedida sobre o papel da mídia como um ator das Relações Internacionais**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: julia_fcarnargo@hotmail.com
Em: 15 de out. 2004.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.): **International relations in a constructed world**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

_____. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Caroline Press, 1989.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

PADOVANI, Claudia. Debating communications imbalances from the Mc Bride Report to the world summit on the information society: an analysis of a changing discourse. **Global Media and Communication**. v. 1, p. 316-338, 2005. Disponível em: www.gmac.sagepub.com> Acesso em: 22/01/2007.

PADOVANI, Claudia; KAARLE, Nordestreng. From WICO to WSIS: another world information communication order? **Global Media and Communication**, v. 1, 2005. Disponível em: < www.gmac.sagepub.com > Acesso em: 22/01/2007.

PASQUALL, Antonio. The south and the imbalance in communication. **Global Media and Communication**, v. 1, p.289-300, 2005. Disponível em: < www.gmac.sagepub.com >
Acesso em: 22/01/2007.

PATERSON, Chris; SREBERNY, Annabelle. **International news in the twenty-century**. UK: John Libbey, 2004.

PAX, Salam. **O blog de Bagdá**. Cia das letras, 2003.

PUTNAN, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two level games, in EVANS Peter et al.; **Double-edge diplomacy; an interactivity approach**. Berkley, University of California Press, 1993.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Bertrand Brasil, 1989.

RISSE-KAPEN, Thomas. **Bringing transnational relations back in**: No state actors, domestic structure and international institutions. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

RISSE, Thomas. Let's argue: Communicative Action in World Politics. **International Organizations**, n. 54, p. 1-40, 2000.

ROBERTSON, R. **Globalization**: social theory and global culture. London: Sage, 1992.

ROBINSON, Piers. The policy-media interaction model: Measuring media power during humanitarian Crisis. **Journal of Peace Research**, v. 37, n.5. set., 2000, p. 613-633.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Traduzido por E. de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001.

SAKR, Naomi. Al-Jazeera satellite channel: global newscasting in Arabic. In: PATERSON, Chris; SREBERNY, Annabelle. **International news in the twenty-century**. UK: John Libbey, 2004.

SARAIVA, José Flávio. A construção da imprensa notícia internacional na imprensa brasileira. **Revista brasileira de política internacional RBPI**, v. 43 n. 001 p. 186-188, 2000.

SARAIVA, José Flávio (Org.). **Relações internacionais**: dois séculos de história, v.1. Brasília: IBRI, 2001.

_____. **Relações Internacionais**: dois séculos de história, v. 2. Brasília: IBRI, 2001.

SARMENTO, Cláudia. **A Guerra do Iraque que chega ao Brasil**: o círculo vicioso das fontes dos jornais brasileiros. Dissertação (Mestrado em jornalismo comparado). USP,

2006. Entrevistado por: Maria Teresa Jesus de Souza.

SHARP, Paul. Revolutionary states, outlaw regimes and the techniques of public diplomacy. In: **The new public diplomacy: soft power in international relations**. Palgrave Macmillan, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. Contradições na cobertura jornalística americana no Iraque. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n.3, p. 12, dez. jan. fev. 2003/2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Civilização brasileira, 1966.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Brasil-Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, 2001.

_____. A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, 2004.

_____. A ordem mundial e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, 2003.

_____. Desafios de uma política externa assertiva. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, jan., 2003.

SOUZA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUZA, M.T.J. **A Guerra do Iraque que chega ao Brasil: o círculo vicioso das fontes dos jornais brasileiros**. Dissertação (Mestrado em jornalismo comparado). USP, 2006.

SJÖSTEDT, Roxanna. The discursive origins of a doctrine: norms, identity, and securitization under Harry S. Truman and George W. Bush. **Foreign Policy Analysis**. v. 3, n.3, p. 233-254, 2007.

SREBERNY, Annabelle. Contradictions of the globalizing moment. **Global Media and Communication**. v. 1, p. 11-15, 2005. Disponível em: < www.gmac.sagepub.com> Acesso em: 22/01/2007.

TAYLOR, Philip M. **Battles of the Mind**. The institute of Communications Studies, University of Leeds, UK, 19 jan. 2003. Disponível em www.ics.leeds.ac.uk. Acesso em 17/04/2005.

_____. **Global communication, international affairs and the media since 1945**. Londres: Rotledge, 1997.

_____. **Munitions of the mind**: a history of propaganda from the ancient world to the present area. Londres: Rotledge, 1995.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes. 2002.

THUSSU, Daya Kishan. **International communication**: continuity and change. A Holder Arnold Publication, 2001.

TUMBER, Howard; PALMER Jerry. **Media at war**: The Iraq Crisis. Sage Publications, 2004.

UNESCO. **Foreign news in the media: International reporting in 29 countries**. Disponível em: < unesdoc.unesco.org/images/0006/000652/065257eo.pdf > Acesso em: 16/11/2004.

UNESCO. **One World, Many Voices**. A report by the international commission for the study of communication problems. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf>. Acesso em: 13/07/2006.

VIRILIO, Paul. **Estratégia da decepção**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2000.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in international relations**: the politics of reality. Cambridge: Cambridge University press, 2002.

WENDT, Alexander. **Social theory of international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. In: **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992.

WHITAKER, Mark. **How a fire broke out**: the story of a sensitive newsweek report about alleged abuses at Guantánamo Bay and surge of deadly unrest in the Islamic world. Disponível em: < www.msnbc.msn.com/id/7935072/site/newsweek . Acesso em: 14/08/2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus lógico-philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1994.

WU, H. Denis. The world's windows to the world: an overview of 44 nations's international news coverage. In: PATERSON, Chris; SREBERNY, Annabelle. **International news in the twenty-century**. UK: John Libbey, 2004.